

Gravação: TC 00 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:03:41

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ähn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento colhido ao 12 dia de Dezembro de 2016, na sede da Superintendência da Polícia Federal do Paraná, presente Marcelo Bahia Odebrecht e seus advogados Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista. Presentes ainda a Procuradora da República Jerusa Burmann Viecili e o Procurador (ininteligível – 00:00:30) da República Antônio Carlos Welter. Marcelo, eu vou lhe fazer algumas perguntas, algumas colocações, eu vou lhe pedir que o senhor responda, por favor, olhando para a câmera. O senhor está presente aqui nos termos da Lei 12.850/2013, para prestar depoimento (ininteligível – 00:00:53) colaborador da justiça e do Ministério Público Federal. Eu queria, por favor, que inicialmente o senhor dissesse, nos confirmasse se esses advogados que eu mencionei são seus defensores e se o senhor comparece aqui de livre e espontânea vontade, em face de um acordo de colaboração que o senhor celebrou com o Ministério Público Federal.

Marcelo Odebrecht: Sim, são meus defensores e compareço espontaneamente.

Juiz: Tá bem, então dando início ao depoimento, eu vou pedir como Termo Zero, que o senhor, por favor, descreva as suas atividades, que o senhor faça um breve histórico da sua vida profissional, por favor.

Marcelo Odebrecht: Eu me formei em 1992, comecei em um projeto em Salvador, no Edifício Banco de Tóquio, uma construção do Edifício Banco de Tóquio, depois trabalhei dois anos na construção da hidrelétrica de Corumbá, em Goiás, depois fui trabalhar um ano nos projetos que a gente tinha na área de offshore na Inglaterra, depois tirei um ano para fazer o MBA, depois fui para os Estados Unidos, onde trabalhei um ano e meio, mais ou menos, na construção de um prédio lá, o [Forking] House. Voltei para o Brasil, para a petroquímica, na área de novos negócios, onde fiquei até 2001. Em 2002, eu assumi como presidente da construtora, que a gente

chama de diretor presidente da construtora, ou [QZLE] da construtora, onde fiquei até... em 2008, no segundo semestre de 2008, em agosto de 2008, já no processo de transição, eu assumi a presidência do conselho da Braskem e a vice-presidência da Odebrecht SA. Em janeiro de 2009, eu assumi a presidência, como presidente da Odebrecht SA, ainda acumulando como diretor presidente da construtora e em 2010 me desliguei totalmente da construtora e fiquei apenas como diretor presidente da Odebrecht SA, da onde eu me afastei em 2015.

Juiz: O senhor teria mais alguma coisa para acrescentar? Por favor? É só isso?

Marcelo Odebrecht: Não, nesse período, além dessas atividades, eu também era membro de conselhos de várias empresas.

Juiz: Empresas do grupo?

Marcelo Odebrecht: Do grupo.

Juiz: Está bem. Os senhores queriam acrescentar algum (ininteligível – 00:03:31).

Oradores: Não.

Juiz: Não, então dou por encerrado o Termo Zero, encerrando a gravação.

...

Fim da gravação

Gravação: TC 01 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:10:13

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Segundo termo de depoimento que presta Marcelo Bahia Odebrecht, na presença dos seus advogados Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista

e ainda na presença dos Procuradores da República Jerusa Viecili e Antônio Carlos Welter. Marcelo, confirme, por favor, que esses são seus defensores e que também tu estas depondo aqui na condição de colaborador do Ministério Público, na forma da Lei 12.850 e que esse teu depoimento é prestado de livre e espontânea vontade e ainda que tu tens conhecimento de que é essencial que tu contribuas de forma efetiva, para que tu tenhas os benefícios previstos no teu acordo.

Marcelo Odebrecht: Sim, são meus defensores e estou aqui de maneira espontânea.

Juiz: Então, Marcelo, eu vou lhe pedir, por gentileza, se tu puderes falar a respeito do conteúdo do Anexo 2 que é a Relação com a Presidência da República, ciência da Presidência da República, folha de pagamento ao PT, Governo Federal, via caixa 2 e sobre desvios de recursos na Petrobrás. Pode falar.

Marcelo Odebrecht: Entre 2002 e 2008, no período em que eu era da engenharia de construção, a relação principal com o PT e Governo Federal se dava através do presidente do conselho da Odebrecht, que era o meu pai, e o diretor presidente da Odebrecht SA, que era Pedro Novis. A partir de 2008, quer dizer, a partir do segundo semestre de 2008, quando eu comecei a assumir o papel na Odebrecht SA, aí a interlocução de Palocci, que eu já conhecia, passou a ser mais comigo. Continuo a ter a relação com outros, mas aí eu passei a ser o principal interlocutor dele e ele passou a ser o meu principal interlocutor. No que tange a ex-presidente Dilma, eu conhecia ela na época que ela era Ministra de Minas e Energia, passei a ter com ela uma interação constante desde então, quer dizer, quando ela foi Ministra de Minas e Energia, quando ela foi Ministra da Casa Civil, depois candidata e depois presidente. Quando ela se tornou presidente, então, quer dizer, a relação com a ex-presidente Dilma, principalmente a partir de 2008, passou a ser (ininteligível - 00:02:39) comigo, essa sim, relação direta. Com o Lula, apesar de eu, obviamente, ter vários eventos em que eu estava com ele, mas a relação direta com o Lula nunca foi minha, tá? Mas com Dilma sim, tá? Agora, os meus principais interlocutores, no que tange aos temas que eu tratava, seja relativos ao PT, seja o Governo Federal, sempre foram Palocci até 2011, que foi quando ele deixou de ser Ministro da Casa Civil. Quer dizer, quando eu assumi a Odebrecht SA, o Palocci já não era mais Ministro, mas, ainda assim, era meu principal interlocutor, eu já conhecia o Guido, mas foi ele que introduziu, quer dizer, a relação, ele que solidificou a minha relação com o Guido e ele continuou sendo meu principal interlocutor até 2011, até ele sair da Casa Civil. A partir daí, o principal interlocutor que eu passei a ter o Guido, e Palocci, a relação com Palocci já vinha, digamos assim, direcionada desde antes de eu assumir, imagino por Lula, a meu pai,

o Pedro Novis e com Guido, quer dizer, foi reforçada por Dilma, várias vezes, que a relação principal seria com ele, inclusive temas de contribuição, qualquer tipo de coisa. E várias vezes que eu estava com ela, quando tinha algum tema, ela se referia: “é com Guido que tem resolver”. No que tange a questão de caixa 2, tanto Lula, quanto Dilma, eles tinham conhecimento do montante, digamos assim, não necessariamente do valor preciso, mas tinham conhecimento da dimensão de todo o nosso apoio ao longo dos anos. Eles tinham, eu diria que a Dilma, ela sabia que grande parte do nosso apoio estava direcionado para João Santana, tá? Várias vezes ao longo tempo, ainda que não fosse ela que pedisse o pagamento para João Santana, porque sempre viam dito por Guido, quer dizer, várias vezes, em nossas conversas se mencionou a questão... ela sabia do apoio que eu dava ao amigo dela, essas coisas todas e especificamente em 2015, no encontro que eu tive, já com a Operação Lava Jato deflagrada, já quando a gente tomou consciência, eu tive consciência de todos os depósitos que tinham sido feitos e eu vou relatar mais à frente, aí sim eu posso afirmar que explicitamente eu mostrei para ela a quantidade, que podia contaminar a campanha dela. Teve um fato...

Juiz: Me perdoe, Marcelo, onde é que aconteceu esse encontro?

Marcelo Odebrecht: Esse foi no México, esse foi no México. Em maio de 2015, entendeu? Nesse momento, o que aconteceu foi que eu estava muito preocupado, porque a gente tinha identificado, através de identificações internas vários depósitos, não necessariamente vinculados à campanha do Brasil, a gente posteriormente descobriu no exterior, mas para João Santana e meu alerta era que, indecentemente de qual era a origem ia contaminar a campanha dela. Isso eu vou explicitar mais à frente. E no que tange a presidente, que eu me recorde, teve apenas um momento onde ela tomou ciência e eu vou mencionar na frente de um ilícito que ocorreu na Petrobrás, que se refere ao PAC SMS, onde eu relatei a ela depois. Os meus encontros com Dilma, quando ela era presidente, em geral se dava, em média, duas vezes por ano, não era uma coisa regular, podia ter mais, três e no outro ano... e em geral, eram encontros longos, quer dizer, era duas a quatro horas, eu, normalmente levava uma agenda e a presidente entrava em muitos os tópicos, mas eu tinha vários encontros com ela, rápidos, ao longo do ano, por conta de eventos como inauguração de obras, visitas que ela fazia a algumas obras nossas, eventos empresariais e nessas oportunidades, eu sempre encontrava uma maneira de estar com ela 5, 10, 20 minutos, onde eu repassava alguns temas mais urgentes com ela.

Juiz: Essas reuniões que aconteciam e que eram mais longas, de duas a quatro horas, tinha mais alguém que participava delas?

Marcelo Odebrecht: Em geral, nessas reuniões longas, não. Algumas específicas, eu diria o seguinte: em algumas poucas, acho que uma ou duas talvez, o Anderson, que era o rapaz que ficava com ela, às vezes, acompanhava, tomava nota, tá? E teve uma reunião que eu lembre, que foi uma reunião bastante longa, que foi discutida a questão das Arenas, foi da Copa do Mundo, que aí sim, nessa reunião teve o Luciano e o Palocci, tá? Isso foi no primeiro semestre de 2011. Obviamente, como eram reuniões longas, e, às vezes, a depender do tema, o que ela fazia ela chamava, dependente daquele tema, ela chamava um ministro, chamava alguém para vir ou ligava, botava em viva voz e aí outras pessoas acabam participando momentaneamente. Luciano Coutinho, essa reunião que teve sobre as Arenas, estava presente o Ministro Palocci, que na época era da Casa Civil e o Luciano Coutinho.

Juiz: E essas reuniões, elas constavam da sua agenda particular?

Marcelo Odebrecht: Essas reuniões todas constavam das agendas, nunca foi nada, não teve nunca nenhuma reunião que foi tratada de uma maneira... todas as reuniões eram públicas, reconhecidas, entendeu? Inclusive, várias vezes eu saía, o pessoal, tinha repórter, já estava esperando. Teve algumas reuniões que foi no Palácio. Em geral, quando era no Palácio, era no Palácio da Alvorada, era na biblioteca que ela tinha, talvez essas reuniões, eu não sabia se constava ou não na agenda pública, mas eu nunca procurei, nunca fiz nenhuma questão de omitir essas reuniões.

Juiz: Sempre foi uma reunião, que se houvesse um registro formal, isso teria havido, nunca houve nenhuma reunião...

Marcelo Odebrecht: Inclusive, todas as reuniões eu tenho as agendas delas. Nesse ponto, eu levava as agendas, levava as agendas para tratar com ela. Não necessariamente eu tratei de todos os temas que eu levava nas agendas, mas eu levava.

Juiz: Bom, eu não sei se você teria mais algum aspecto para acrescentar...

Marcelo Odebrecht: Não, eu acho que não, né? Acho que ficou tudo.

Juiz: Eu dou por encerrado o Segundo Termo de Depoimento: Termo de Colaboração Número 1.

...

Fim da gravação

Gravação: TC 02 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:16:02

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Boa tarde, Marcelo. Termo de Depoimento número 2, relativo ao Anexo número 3: Relação de Interlocutores da Presidência da República/PT presta Marcelo Bahia Odebrecht. Marcelo, eu tenho como seus advogados os doutores Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista. E eu preciso que o senhor confirme, por favor, se eles são seus defensores e também que o senhor está aqui de livre e espontânea vontade para prestar colaboração ao Ministério Público Federal, com base nos termos da Lei 12.850/2013, que a sua colaboração é de livre e espontânea vontade e também que o senhor tem ciência de que os benefícios da colaboração dependem do conteúdo da sua declaração e dos elementos que o senhor vai nos passar.

Marcelo Odebrecht: São meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Então, Marcelo, por favor, o que que pode nos falar a respeito do Anexo 3, o conteúdo do Anexo 3, Relação de Interlocutores da Presidência da República, por favor.

Marcelo Odebrecht: Entre 2008 e 2015, os meus principais interlocutores para tratar todos os temas relativos que eu tratava junto ao PT/Governo Federal eram Palocci, em primeiro lugar e depois Guido Mantega. Dentro dessa relação, eu disponibilizava, quer dizer, negociava com eles valores no processo, mais ou menos, acumulado, que ao longo de 2008, entre 2008 e 2015, acabou sendo um montante que eu acabei disponibilizando para eles ao redor de 300 milhões de reais. Desses 300 milhões de reais e aí eu elaboro um pouco mais à frente, em outros relatos, teve dois momentos onde houve pedidos de contrapartidas específicas para dois pleitos, tá? O resto entrava dentro de uma relação ampla, onde, simplesmente, ia se negociando valores em função de uma agenda grande que a gente tinha com eles, uma expectativa que existia da parte deles. E esses valores que eram disponibilizados, eles acabavam

sendo usados por orientação de Palocci e Guido, para fins diversos: desde doação oficial para campanhas políticas, isso principalmente as campanhas presidenciais de 2010 e 2014, para doações de caixa 2, tanto de campanhas presidenciais, como municipais, como foi o caso para o Haddad e também até para pagamentos para caixa 2 de campanhas do exterior, porque interessavam, por alguma razão, ao PT e ao Governo Federal apoiar. Pagamentos diversos, quer dizer, desde questões do Instituto Lula, que eu vou elaborar um pouco mais na frente e também coisas como apoio a revistas, ou seja, diversos tipos de pagamentos por solicitação e autorização do Guido e do Palocci.

Juiz: Tá. E qual era o objetivo teu, enquanto dirigente do grupo Odebrecht, em estabelecer essa relação com o governo?

Marcelo Odebrecht: É, no fundo, a gente racionaliza da seguinte maneira: a relação com o governo, ela acaba, de qualquer um com o governo, ela acaba tendo que funcionar em cima de um tripé. Quer dizer, a empresa, obviamente, ela precisa ter projetos que interessam ao país, performar, ser cumpridor, isso é um aspecto. Quer dizer, obviamente que nós, como empresa, estávamos envolvidos nos principais projetos do país, investimentos, tudo mais. O segundo tripé é você ter, a segunda perna do tripé é você ter uma relação pessoal. Agora, não adianta nada você ser a melhor empresa, do ponto de vista de entregar, a melhor empresa para o país e construir uma relação pessoal, se você de algum modo também não apoia financeiramente o projeto político, digamos assim, como esse dinheiro vai ser gasto no projeto político, aí... O pedido era sempre a pretexto de campanha. Quer dizer, a gente, a essa altura, não sabe como é. Mas tem essa terceira perna. Então, na prática, para eu ter essa relação com o governo, a gente acabava tendo que ser um grande doador para as necessidades que eles tinham. E quanto maior é a agenda, maior é a expectativa que se cria do outro lado, de que você vai também contribuir. Ou seja, no fundo fica uma dívida em relação ao passado e em relação ao futuro.

Juiz: Certo. Eu gostaria também que esclarecesse um pouquinho mais alguns pagamentos ou algumas doações que foram feitas a partir do teu relacionamento com Antonio Palocci e Guido Mantega, né?

Marcelo Odebrecht: Isso aqui eu menciono... eu tenho uns anexos específicos sobre todos os pagamentos.

Juiz: Certo, mas nesse aqui, nesse anexo aqui, na parte final dele, tu faz menção a alguns pagamentos, que tiveram como interlocutores o Palocci e o Mantega.

Marcelo Odebrecht: Foi, que é basicamente, isso aí eu procuro relatar cada um especificamente, mas eles tinham, é isso, basicamente, as solicitações eram: foi campanha 2010, campanha presidencial de 2010 e 2014 e aí teve tanto o que foi oficial, quanto o caixa 2, teve municipais, quer dizer, no fundo, o seguinte: às vezes, interessava o PT, ou o Governo Federal e o PT queria apoiar alguns candidatos e esse apoio saía dessa conta corrente que eu tinha, tá certo? Isso valia muito para as eleições municipais, mas também ocorreu uns casos no legislativo, tá? Teve também apoios ao exterior, basicamente foi a questão de El Salvador e Peru, foi um pedido feito. Teve pedidos que Palocci sinalizou, que eram para o presidente Lula no instituto ou outras despesas, que eu não sei informar o que era, basicamente o pedido era feito como se fosse para o presidente Lula, mas ele não detalhava o que era. Teve, inclusive, a compra do terreno, que era para ser a futura sede, mas depois que acabou não ocorrendo e se creditou de novo. E teve também, ah sim, e grande parte do recurso acabou migrando, foi para a questão João Santana, para o pagamento do caixa 2, lembrando que João, nesse caso, ele não era só campanha presidencial, envolvia também, por exemplo, o pagamento para El Salvador foi para João Santana e várias campanhas municipais que a gente apoiou, aliás, todas as campanhas municipais que a gente apoiou foram aquelas que a gente apoiou, a pedido de Palocci ou Guido, via João Santana.

Juiz: Tá. Marcelo, eu queria só que tu mencionasses aqui, no anexo, tu faz menção a uma aprovação de uma medida provisória. Como é que se deu essa relação? Ainda que rapidamente, depois você [vai] especificá-la, né?

Marcelo Odebrecht: Desse montante que eu negociei, disponibilizei, teve dois valores que foram pedidos de contra-partida específica para pleitos nossos, que, aliás, foi aonde começou, digamos assim, os dois primeiros créditos nessa conta corrente: que foi o assunto do Refis da Crise, que foi negociado com Guido Mantega, com apoio de Palocci e o assunto do rebate de uma linha de crédito, que o financiamento que teve a linha de crédito de Angola, que foi negociado com Paulo Bernardo, com apoio de Palocci.

Juiz: E essas contas, elas tinham algum nome especial, essa conta...

Marcelo Odebrecht: Sim, sim, eu chamava, internamente a gente chamava conta Italiano, que era aquela que foi da época do Palocci, depois conta pós-Itália, que era do Guido, e também chamava conta do PT. Essa conta, inclusive, alguns dos meus diretos conheciam ela, tanto é assim, que, por exemplo, às vezes quando um candidato do PT buscava algum executivo do grupo e pedia uma contribuição e não

interessava ao executivo do grupo, por alguma razão, apoiar, ele, muitas vezes, dizia assim: “fala lá com o Palocci, fala lá com o Guido, porque Marcelo tem um valor acertado com eles, se você conseguir arrancar desse valor, (ininteligível – 00:10:21), quer dizer... E aí, alguns casos desses, a solicitação veio, a autorização veio e eu bancava. Então, era assim que a gente chamava internamente.

Juiz: E como é que era a atuação dos líderes empresariais do Grupo Odebrecht no funcionamento dessa sistemática de solicitação, de... como é que eles trabalhavam? Eles recebiam demandas e levavam para ti? Como é que funcionava?

Marcelo Odebrecht: Não, em geral, como é que funcionava? Eu entrava, em geral, para apoiar soluções de problemas. Quer dizer, eu nunca discuti com, seria com Palocci e Guido, a criação de oportunidade de negócios. No fundo, seja pela burocracia do governo, seja pelas promessas não cumpridas, os problemas ocorriam, sabe? Por exemplo, existia uma promessa, você fez uma solicitação de um investimento baseado em um financiamento. Você começa a fazer um investimento baseado em um financiamento. Aí o financiamento trava. Aí o pessoal recorria a mim, para eu ir lá.

Juiz: Os LE's.

Marcelo Odebrecht: Os LE's. Então, no fundo, existiu várias demandas dos LE's de meu apoio junto a Guido, junto a Palocci, junto à presidente. Bom, eu sempre dizia: “olha, alguém vai ter, a gente vai ter que pagar essa conta”, porque se eu não levasse também nenhum tipo de pedido, também eles teriam mais problema de vir com expectativa alta de contribuição minha e eu sempre dizia para os LE's: “se vocês me dão vários pedidos e pleitos, quando eu levo, vai criar na cabeça do governo uma expectativa de que eles também podem recorrer a mim para pegar mais dinheiro, é natural”. Então, o meu alinhamento que eu tinha: de alguma maneira, eu procurava ratear entre os LE's o custo dessa conta corrente, de acordo com os pedidos que fazia. De uma maneira mais também uniforme, porque tinham outros LE's que estavam apoiando outros candidatos, então, de alguma maneira, essa dinâmica funcionava assim: então eu tinha rateado com eles o compromisso que eles fariam esse depósito. Aí, quando vinha a demanda, eu já tinha, mais ou menos, da onde eu ia ter esse dinheiro para, digamos assim, alimentar a conta corrente .

Juiz: Certo. E o funcionamento desse sistema, dessa conta corrente, ela era do conhecimento de quem, além do Palocci e do Guido Mantega? O Lula e a Dilma tinham um conhecimento?

Marcelo Odebrecht: Não, olha, eu não tenho indicação disso. Eu sei o seguinte: o Lula e a Dilma, eles sabiam da dimensão dos nossos apoios, sabiam que era grande, sabiam que grande parte do apoio era direcionado para João Santana e outras demandas. Eu não posso dizer se eles sabiam como exatamente funcionava e, se no caso específico, eu diria que no caso específico do Rebate Angola é provável que o Lula conheça, porque ele, a indicação de Paulo Bernardo veio dele. Até porque Paulo Bernardo não tinha por que se meter nisso. A indicação desse assunto Rebate Angola, Paulo Bernardo seria a pessoa para conversar com a gente sobre o Rebate Angola. Na questão do Refis da Crise, eu não posso dizer que, eu não posso afirmar se alguém conhecia.

Juiz: Tá, deixa eu reformular um pouco a minha pergunta: eu até acredito que não houvesse um conhecimento específico de cada fato, de cada pagamento de alguma coisa. Agora, do funcionamento do sistema como um todo, tu imaginas que eles soubessem? Tivessem conhecimento...

Marcelo Odebrecht: Veja bem, eles claramente, essa lógica que existia, o seguinte: é óbvio que eles sabiam que a razão pela qual eu estaria doando aquela dimensão que eles conheciam é porque eu tinha uma agenda grande, então, sabia. Tanto é assim... e na cabeça deles, apesar de, muitas vezes, eu levava para eles problemas para solucionar que eles mesmos criavam, quer dizer, que a burocracia do governo criava, na cabeça deles, eles estavam ajudando a gente. Então, muitas vezes você escutava coisas do tipo: "vocês nunca ganharam tanto dinheiro". Então, é óbvio que eles sabiam que a razão pela qual a gente tinha essa dimensão de valores acertados de pagamentos seria em função de nossa agenda com eles. Então, isso eles sabiam, obviamente que existia essa expectativa.

Juiz: Bom, tu ainda vais esclarecer melhor, tem um anexo específico da planilha Italiano e pós-Itália, né? Vai esclarecer um pouquinho melhor. Teria algum outro acréscimo a fazer, com o termo desse...

Marcelo Odebrecht: Não, acho que foi isso.

Oradora não identificada: Doutores, tem algum questionamento?

Oradora não identificada: Não.

Juiz: Então, dou por encerrado o Termo de Depoimento Número 3, relativo ao Termo de Colaboração Número 2.

...

Fim da gravação.

Gravação: TC 03 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:36:19

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento Número 4, que presta Marcelo Bahia Odebrecht. Marcelo, eu vou lhe pedir a gentileza, por favor, de confirmar os seus defensores, que estão apostados como sendo Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista e ainda que tu prestas esse depoimento de livre e espontânea vontade, em face do termo de colaboração celebrado com o Ministério Público Federal, com base na lei 12.850. E ainda que esse acordo prevê a tua plena colaboração a respeito dos fatos e em função dessa tua colaboração, tu vais ter uma série de benefícios. Por favor.

Marcelo Odebrecht: São meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Muito bem. Marcelo, eu lhe peço a gentileza, por favor, de falar a respeito do conteúdo do Anexo 4, cujo título é: Planilha Italiano, Período Antonio Palocci.

Marcelo Odebrecht: Na verdade, essa conta Italiano, quer dizer, essa minha relação financeira, essa conta corrente que eu tinha, ela iniciou, na verdade, em 2008, quando eu comecei a assumir a presidência do conselho, quer dizer, na verdade, eu assumi a presidência do conselho da Braskem e já era vice-presidente da Odebrecht. Na época, o principal tema nosso, eu assumi exatamente essa questão dos Refis da Crise. Então, a minha interlocução com Palocci começou em agosto, principalmente para lidar com essa questão do Refis da Crise. Bom, ao mesmo tempo em que começou isso, já em 2008, veio a demanda de Palocci para a gente apoiar algumas campanhas municipais, tá? Foi quando eu disse para ele que eu não lidava com campanha municipal, não era papel meu, isso cabia a cada executivo do grupo, inclusive, pela nossa governança, era até complicado eu entrar nessa questão, porque eu podia estar

interferindo com as decisões dos executivos. Mas, ao mesmo tempo, eles tinham uma necessidade do ponto de vista de partido como um todo, de apoiar e aí foi que eu, nesse momento, combinei com eles o seguinte: “então vamos fazer o seguinte, a gente vai acertar um valor global para a campanha de 2010, que é aonde eu, Marcelo, como diretor presidente, tenho delegação ou a responsabilidade para decidir e, se vocês quiserem usar ou antecipar uma parte desse valor para qualquer que seja o gasto, inclusive campanha municipal, ok. Mas lembrando que isso vai ser descontado do valor global que vier acertar com vocês para a campanha de 2010”, tá? E junto com isso, veio uma questão que era o João Santana, como eu acho que todo o marqueteiro, ele tem um receio de que no final a conta não é paga, tá? E aí veio também, eu não me recordo exatamente, eu acho que uma delas foi Martha, mas eu não tenho certeza. Eu não me recordo quais foram as campanhas municipais que a gente apoiou em 2008, mas o dinheiro foi através de João Santana, quer dizer, que apoiou via João Santana. Já no início ficou claro que essas contribuições, essa expectativa dele era de que a gente bancasse João Santana, tá? O que, de certo modo, para eles era importante, por quê? Porque a gente daria o conforto, segundo eles: “oh, vocês precisam ir lá e dizer para João Santana, que vocês acertaram com a gente e aí ele fica tranquilo”. Ainda que o pagamento fosse diferido no tempo, ele já ficaria tranquilo para trabalhar. Então, nesse momento nasceu a conta Italiano, foi um momento em que, inclusive, eu coloquei o Hilberto para fazer esse controle, basicamente porque a pessoa que tinha relação com João Santana e Monica Moura era o Hilberto, eu não conhecia João Santana e Monica Moura. Na verdade, eu vim me encontrar com Monica Moura muito tempo depois, uma vez. Então, na verdade, por conta disso é que Hilberto ficou responsável por fazer esse controle, porque quando a planilha Italiano nasceu, ela era direcionada para fazer esse tipo de, em tese, no início era para doação política, só que não necessariamente campanha presidencial, ia municipal, mas sempre era, a cabeça, no início, era para João Santana. Bom, quando ela nasceu veio um pagamento que eu vou mencionar mais à frente de 18 milhões, de apoio às campanhas municipais. Então foi feito, digamos assim, um pagamento, um débito nessa conta, que se tornou a conta Italiano, mas ela não tinha, a essa altura, um crédito, tá? Só que eu já estava, nessa altura do campeonato, negociando a questão do IPI, crédito-prêmio e alíquota 0 e assunto Braskem com Palocci.

Juiz: Desculpa te interromper, mas eu queria que tu explicasse primeiro, antes de tu entrar nos casos específicos, o funcionamento dessa conta. Qual era o propósito específico dela? Era um controle para (ininteligível – 00:05:42) dos pagamentos, dos

créditos, dos débitos? E mais, se tu pudesses me falar os nomes que constavam dela, né? Aliás, perdão, nós temos três nomes: Italiano, Amigo, pós-Itália. Se tu pudesses passar por cada um deles, por favor.

Marcelo Odebrecht: Eu preciso contextualizar porque, na verdade, a gente tem que entender que a própria, essa conta, ela foi evoluindo, ela não nasceu, quando ela nasceu ela não tinha nem a expectativa de ter essa dimensão, nem essa dinâmica. Então, a própria dinâmica dela foi evoluindo com o tempo. No início, lembrando sempre o seguinte... por isso que eu estava tentando ir no início e aí eu vou explicar a demanda. Por quê? Naquela época, não existia nem o conceito da conta, o que existia foi um pedido para uma eleição municipal de [18 milhões], que eu ia descontar de um valor que eu iria acertar para a campanha de 2010. Nesse momento, eu já adiantei esses 18 milhões, porque eu sabia que eu ia acertar um valor para 2010. Não sabia qual era o valor, mas sabia que ia ser maior do que 18 milhões. Nesse momento, a pessoa que eu estava negociando isso, que era Palocci, era meu principal interlocutor de um assunto muito importante que era o Refis da Crise, que a Braskem tinha um problema enorme. Bom, então adiantei esses 18, tá? E aí, não veio naquele momento, se eu não engano, depois teve o assunto, acho que o segundo foi uma [mala] em algum momento. Quer dizer, um apoio ao candidato do Peru, que eu vou mencionar mais na frente... Mas o importante, como é que funcionava: nesses momentos, só teve esses pagamentos, eu não tinha ainda o crédito. Aí veio, quando eu estava negociando o Refis da Crise, em algum momento, eu não sei precisar, em alguma das reuniões que eu tive com Guido, porque o Refis da Crise, a negociação era liderada pelo Guido, tinha várias outras empresas envolvidas, a maior parte das reuniões envolviam outras empresas, mas eu tinha também algumas reuniões a sós com o Guido, até porque a Braskem era quem tinha o principal problema nesse Refis da Crise. Então, em algum momento durante essa negociação, o Guido, em uma reunião, e naquele momento eu ainda não tinha, digamos assim, uma relação muito próxima ainda com Guido, mas ele chegou: “ó, Marcelo, eu tenho expectativa de um apoio aí para 2010” e aí botou em um papelzinho, mostrou 50 milhões, tá? Quer dizer, ficou claro que eu estou negociando com eles o Refis da Crise e ele tinha uma expectativa para a eleição de 2010. Bom, conversei com o LE da Braskem na época, disse a situação e alinhamos que aceitaríamos. Mas aí, o interessante foi que esse valor foi acertado com o Guido, tá? E aí o Guido disse: “é para a eleição de 2010”, então ne me resolvia o problema da conta corrente, porque quem estava me pedindo as coisas, inclusive na eleição municipal, era o Palocci. E o Guido não sabia tudo o que o Palocci me pedia. Aí, logo em seguida, veio o assunto do Rebate de Angola. Aí nós estamos

falando já em 2009 para 2010. Aí veio esse pedido que foi para, eu vou mencionar mais na frente, que foi o Rebate Angola, que gerou um crédito, veio um pedido do Paulo Bernardo, confirmado por Palocci, que deu 64 milhões de reais. Então, nesse momento, nessa conta, ficou 114 milhões de reais. Naquele momento, o Palocci, ele tinha, na minha relação com ele só tinha os 64 milhões. Quem definiria o destino dos 50 milhões era o Guido e aí por isso que eu disse, era o pós-Itália. O Guido era o pós-Itália, os 50 milhões, é o saldo do pós-Itália, não é isso? É o saldo do pós-Itália e, naquele momento, os 64 eram do Palocci, que era o saldo Italiano, tá? Esses 114, ele acabou... depois teve a expectativa, eles começam a usar, só que, na verdade, o Palocci só usava os 64, porque os 50 pertenciam ao Guido. Aí começou a vir mais demanda e aí eu já tinha alinhado na época com o Júnior, Benedito Júnior e com o Henrique, o seguinte: “ó, vai vir demanda além do que eu já negociei com outros”, tá? Porque não necessariamente os LE’s sabiam dos compromissos dos outros LE’s. E eu combinei com o Júnior que em função da interface grande dele, principalmente uma questão do Prosub, que ele contribuiria com essa conta em 50 milhões. A gente acabou alocando isso, para simplificar, porque a gente sempre teve esse hábito de tudo o que é custo, você provisiona em algum contrato, então, internamente, a gente alocou isso ao Prosub, tá? E depois teve o Henrique Valadares, porque a interface na questão da energia era muito grande e ele acabou contribuindo com essa conta em 12. Então, essa conta foi evoluindo. Quando chega perto de 2010, eu tinha uma conta com o italiano, que era 64 + 50 + 12, não necessariamente eu já tinha combinado com ele esse montante, mas eu já tinha rateado internamente e tinha com o Guido 50, tá? O Guido, ele acabou não se metendo, ao contrário, eu acho, da expectativa dele, ele acabou não se metendo na eleição de 2010. A eleição de 2010, nem o Guido e nem muito a Dilma acabaram se metendo, então esses 50 acabou virando, eu não usei eles, eles não me pediram nada, então os 50 ficaram reservados. E a eleição de 2010, na verdade, acabou sendo conduzida, quer dizer, do ponto de vista de arrecadação, por Palocci. E na minha percepção, eu acho que nem a Dilma se envolveu muito na eleição de 2010 dela. Eu acho que era Palocci mais ou menos com Lula. Então, quando chega em 2010, na eleição de 2010, eu tinha com Palocci o crédito de 64, mais 50, mais 12, só que ele já tinha consumido grande parte desse crédito, antes mesmo da eleição começar, ao longo do tempo, com esses pedidos todos que eu vou detalhar. Foi quando chega perto da eleição de 2010, inclusive eu tinha a preocupação de informar a meu pai, dizer o seguinte: “pai, avisa lá a Lula”, porque eu tinha essa preocupação de fazer o contra-cheque, se tudo o que eu falava com Palocci, chegava em Lula, aí eu falei: “avisa Lula que o seguinte: a gente já veio contribuindo desde 2008, para ele não achar que o que a gente está contribuindo é agora... é tudo o que a

gente contribuiu desde 2008”. E aí veio aquela confusão que eu menciono mais à frente, do que meu pai falou com Lula, do que Lula falou com Palocci, mas pelo menos serviu como referência de que Lula sabia dessa conta. Bom, aí quando chega na eleição de 2010, estava sobrando, além dos 50 do Guido, que é do pós-Itália, estava sobrando, mais ou menos, 40 milhões desse saldo. Nesse momento, eu e Palocci alinhamos o seguinte: “olha, então vamos provisionar” – acho que – “35 milhões, para uma conta do Amigo” – que era o Lula – “para uso do Lula”. Ou seja, deixou de sair de uma conta que era um compromisso com o Governo Federal e PT e 35 milhões foram para a conta do Amigo, segundo Palocci, era para o Lula e, obviamente, por alguns pagamentos que ele pediu, ficou claro que era. Então, foi assim que nasceu. Então, no final, a conta Italiano, a planilha Italiano, ela tinha o saldo pós-Itália, que era gerido por Guido, que era fruto dos 50 milhões, mas de conhecimento de Palocci, tinha o saldo Italiano, que era gerido por Palocci, para pedidos gerais, o Guido não sabia isso e tinha o saldo Amigo, a conta Amigo, que era para pedido por Palocci, mas ele dizia que era para Lula. Quer dizer, essa dinâmica, ela foi assim. A conta não nasceu do jeito que ela acabou sendo, entendeu? Ela foi... uma dinâmica.

Juiz: Tá. E o que que significa esse: “era para Lula”? Era para despesas pessoais dele, era para algum candidato que ele indicasse?

Marcelo Odebrecht: Na época em que a gente conversou com Palocci, a intenção era a seguinte: tinha referência do Instituto FHC, que quando o FHC saiu, as empresas tinham doado para o Instituto FHC. A gente tinha doado, não me recordo bem, acho que foi algo, para todas as empresas, acho que foi algo em torno de 40 milhões. E, obviamente, ao Lula sair, a gente sabia que a influência dele ia continuar. Então a gente tinha preocupação de o seguinte: “pô, Palocci, eu não vou ficar atendendo demanda dele e você esquecer que eu tenho isso, quer dizer, eu não vou pagar isso e ainda atender as demandas dele. Tudo o que eu tenho com você é nessa conta”, tá? Aí, a intenção na época, tanto minha, quanto dele, era que a gente fizesse, pegasse esse dinheiro, fizesse uma doação para o Instituto Lula, entendeu? E não ficasse administrando. Isso acabou não vingando, porque o pessoal do Instituto não resolvia essa questão, ficava desconfortável de receber uma doação grande, ou seja, eles não queriam explicitar o que deveria explicitar. E acabou pedindo, de maneira informal, por caixa 2, as coisas em um tempo. Tinha uns pagamentos, então eu sei que isso acabou sendo usado para pagamento do terreno do Instituto, acabou sendo usado para doação do Instituto. Agora, tem alguns pagamentos que eram pedidos em dinheiro, por Palocci, dizendo que era para abater da conta Amigo, mas eu não consigo saber qual foi o destino, porque foi tirado em espécie.

Juiz: Certo. Marcelo, eu vou te pedir também para especificar dois aspectos aqui do teu relato até agora. Primeiro, que tu falasse do Refis da Crise e em que medida ele era importante para a Braskem, por que que ele era importante para a Braskem e que você pudesse esclarecer um pouco também essa questão dessa linha de crédito para exportações para Angola, falasse o nome dela, só para explicar em duas, três fases o que que é um e o que que é outro.

Marcelo Odebrecht: O Refis da Crise teve dois assuntos que era IPI crédito prêmio e crédito zero, que eram assuntos antigos, desde a década de 1990 e que houve uma mudança de jurisprudência do STF, tá? Nessa mudança de jurisprudência, se criou um passivo enorme para a Braskem, que calculava-se que se podia chegar até a 4 bilhões na época, tá? Não só para a Braskem, mas para todas as empresas que tinham alíquota zero, que eram empresas que tinham matéria prima adquirida a alíquota zero e que eram exportadoras na questão do crédito-prêmio. Houve uma mobilização geral das empresas e, obviamente, pelo tamanho do nosso passivo, eu atuei muito fortemente nisso, o primeiro interlocutor desse assunto foi Palocci, no início o Guido, até pela questão da receita, era muito reativo e aí [quando era] Palocci um pouco e eu fui me introduzindo com o Guido nessa negociação e Palocci reforçou e aí houve, uma vez que a gente chegou a negociar todo mundo, uma medida provisória, o Lula acabou vetando esse medida provisória, porque naquela época o alinhamento ainda não estava pelo com o Guido e aí depois se evoluiu para um refis, que na prática, a gente acabou pagando com prejuízos acumulados e também ao longo do tempo. Então, quer dizer, era um passivo que podia, na época, quebrar a Braskem e acabou indo para um valor que a gente conseguiu administrar na época, mas era muito importante e decorrente dele veio esse compromisso de 50 milhões perante o Guido, que ele acabou, no fundo, só utilizando esse dinheiro, a partir de 2010. Depois da eleição de 2010, porque, até então, ele tinha um valor comigo, ele sabia que ele tinha esse valor comigo, mas como ele só se tornou interlocutor para fazer pedidos, depois que Palocci saiu da Casa Civil, ele não mexeu nesses 50 até 2011 mais ou menos. Foi quando ele começou a pedir recurso para João Santana e outros.

Juiz: E essa linha de crédito para exportação de Angola?

Marcelo Odebrecht: Essa linha de crédito, Angola, ela negociava sempre tranches de aumento da linha de crédito, em função do preço do petróleo, desenvolvimento da produção. O Senegal também estava pagando os créditos passados. Nessas negociações, eram negociações bilaterais, só que nós, como grande exportador para a Angola, nós sempre acompanhávamos isso em ambos os lados, quer dizer, até para

facilitar a conversa dos dois governos. Nessa negociação que ocorreu em 2009 e aí parece, meus advogados comentando que ouviram, viram o (ininteligível - 00:20:13), parece que tem uma confusão nesse assunto, que é o seguinte: a negociação que foi em 2009 de uma linha de crédito assinada em 2010. Aí parece que tem uma confusão de qual é a tranche, que foram duas tranches negociadas mais ou menos juntas. Mas o que aconteceu foi o seguinte, nessa tranche, o governo brasileiro estava negociando um valor, Angola queria um montante a mais, certo? E aí, no final, o Paulo Bernardo chegou, foi identificado por Lula, foi depois confirmado que veio de Lula, a indicação e aí ele pediu: “a gente vai dar esse aumento da linha de crédito, na dimensão que vocês querem, mas a gente quer 40 milhões de apoio para a campanha”, tá? O que que aconteceu? Como a gente já tinha, nesse momento, assinado em Angola os contratos, a gente só precisava do financiamento para exportar. Então, eu falei na época com o LE da época e ele me disse: “oh, Marcelo, eu consigo provisionar, eu já sei quais contratos, já sei o resultado dos contratos, eu consigo provisionar nesses contratos este valor. Ou seja, dá para eu absorver nesses contratos”. E aí, eu disse: “tudo bem”. Ele veio com o número de 40 milhões de dólares, isso foi o que o Paulo Bernardo veio. Essa negociação foi conduzida basicamente com o Paulo Bernardo, que na época era Ministro do Planejamento, mas aí eu fui para Palocci e falei: “Palocci”, no fim Palocci participou de tudo também, nunca juntos, mas eu sempre mantinha os dois e Palocci chegou e eu falei para Palocci: “Palocci, olha, teve esse pedido de 40, esse pedido vai sair dos custos do contrato lá de Angola, só que vai ter um custo de geração. Para eu trazer esse dinheiro de lá para cá, vai me custar 10%. Então, na verdade, Paulo Bernardo me pediu 40, eu vou te dar 36”, aí esses 36 acabou virando 64 pelo câmbio da época. E aí foi que nasceu os dois temas. Teve uma confusão depois, que logo em seguida, seis meses depois, teve uma segunda tranche negociada. Nessa segunda tranche, a gente já se preparou para ter um pedido novo de rebate. Só que acontece que nesse caso específico, a gente não tinha os contratos lá assinados, então não dava para a gente assumir o custo e depois, por exemplo, vai que a gente não era exportador? A gente não era escolhido? Então, eu disse: “oh, não dá, só se vocês se mobilizarem para conseguir que a gente fosse contratado lá”. Moral da história: não teve mais. O único que teve foi neste caso específico dessa linha de crédito que foi negociada em 2009 e fechada em 2010 e, nesse caso, foi 40 milhões de dólares, que acabou sendo reduzido para 36. Aí, na dinâmica, como é que funcionou? Eu passei a ter com eles, com Palocci 64, com Guido 50. A partir daí, não teve mais pedido específico para nenhum pleito. Aí funcionou aquela agenda mais ampla. Eles, na verdade, estavam consumindo o saldo e, ao mesmo tempo, eles sabiam que eu tinha um dinheiro já prometido por mim, mas

que estava comigo. Agora, quando chegou perto da campanha de 2010, que os 64 de Palocci já tinham acabado, aí foi que veio a demanda de mais apoio, mas aí eu já tinha negociado internamente 50 mais 12, já tinha 62. E com Palocci foi só isso. Com o Guido, eu tinha 50, ele começou a usar os 50 quando ele assumiu essa interlocução, depois que Palocci saiu da Casa Civil. Aí ele começou a pedir os 50, para João Santana, para vários gastos, para revista, para Haddad, para Vaccari, várias vezes ele pedia para a gente dar dinheiro para Vaccari. Aí quando chega perto de 2014, os 50 dele já tinham ido embora, tá? Mas a essa altura do campeonato, eu já tinha negociado internamente com a Braskem e com o pessoal da OR, uns valores adicionais para a conta. No caso da Braskem, na conta do Reiq, internamente, porque a gente justifica internamente a alocação de determinado valor. No caso da OR, por causa da interface que eles tinham e principalmente eles alocavam um projeto em São Paulo. Aí, eu tinha esses valores alocados e o Guido começou a usar. Esses últimos valores provisionados, eu não sei se eles foram integralmente utilizados. Eles foram disponibilizados, mas não sei se foram integralmente utilizados, porque aí teve a Lava Jato, teve 2014. Mas o Guido então passou a usar a partir de 2011 e aí foi até 2014.

Juiz: Certo, tá bem. Marcelo, por favor, eu queria que esclarecesse para nós aqui como é que se davam os pagamentos para o Vaccari.

Marcelo Odebrecht: O Vaccari, o seguinte... cada um tinha uma maneira diferente de tratar. O Palocci, ele, em geral, quando ele precisava de alguma coisa, fora alguns pedidos assim como (ininteligível – 00:26:14), em geral ele dizia que o Juscelino, ou depois o Brani, iam procurar o meu pessoal, no caso da equipe do Hilberto, e ia combinar os pagamentos. Então, no caso do Palocci, ele funcionava assim. Eu sei que em alguns desses casos, eles combinaram pagamentos até de bônus oficiais. Em outros casos, combinavam o dinheiro. Mas a operacionalização disso se dava: Juscelino com meu pessoal ou Brani com meu pessoal. O Guido, não. O Guido, quando era dinheiro para o Vaccari, ele dizia o seguinte: “eu estou liberando aqui tanto para Vaccari”. Aí eu ligava para Júnior, que era a principal interface, Benedito Júnior, que era a principal interface com o Vaccari e aí o Júnior combinava com Vaccari o pagamento e debitava dessa conta corrente. Tanto que o Júnior, ele tinha um compromisso comigo na conta corrente de 50 milhões. E aí se for ver como é que funciona a dinâmica, eu tenho, até muitas vezes, uns débitos diretos do Júnior, que era o seguinte: é que ele já acertava com o Vaccari e ele debitava do compromisso que ele tinha que fazer comigo, então ele tirava da... ou seja, ele já abatia do crédito que ele tinha que dar, porque ele já tinha dado a Vaccari, ocorria isso. E no caso do Guido, eu me lembro o seguinte, o Guido, ele pediu, basicamente, dinheiro para o

Vaccari, inclusive tinha muita questão, o seguinte: a gente doava para o partido, de maneira oficial, para despesa do partido ao longo tempo e isso era abatido dessa conta corrente. Ou seja, tudo o que não era do interesse de nossos empresários atender, eles, de alguma maneira, tentavam jogar, e eu tentava também, para essa conta corrente, para abater desse compromisso.

Juiz: Uhum, certo. Então esse “V”?

Marcelo Odebrecht: É Vaccari.

Juiz: “V” entre parênteses.

Marcelo Odebrecht: Esse “V” é Vaccari.

Juiz: Compra [posição programa especial] (ininteligível – 00:28:28). Certo.

Marcelo Odebrecht: Esse “V”, eu até especifico mais à frente. Esse “V”, especificamente, foi na época em que, eu até menciono como é que foi o pedido que Vaccari fez, doação do Prosub, acabou não sendo aceito e aí esse...

Juiz: Está bem. Marcelo, eu queria, por favor, que tu esclarecesse um pouquinho melhor, que tu falasse da pessoa de Brani. Quem é Brani?

Marcelo Odebrecht: Brani é Branizlav Kontic, né?

Juiz: Tá. E ele era um assessor, secretário de quem?

Marcelo Odebrecht: Na verdade, eu, de minha parte, eu usava Brani para contactar Palocci, só. Na verdade, eu marcava as agendas com Palocci através de Brani e Palocci, às vezes, mandava algumas mensagens através de Brani. Agora, eu nunca tratei com Brani de nada, tá? Eu não sei dizer também o que Brani sabia sobre os valores que ele operacionalizava junto com Hilberto, isso eu não sei informar. Eu nunca tratei com Brani nada. Brani, para mim, era um assessor de Palocci, que era somente um mensageiro.

Juiz: Mensageiro, certo. E antes do Brani, teve uma outra pessoa...

Marcelo Odebrecht: Juscelino Dourado, que era o mesmo papel, era um mensageiro. A única diferença entre o período Brani e o Juscelino é que eu não me recordo do período Juscelino, de ter tido nada para a conta Amigo. Agora, eu também não sei informar se o Brani sabia que era para a conta Amigo, porque quem me dizia que era para abater do saldo do Amigo era o Palocci, nunca foi o Brani.

Juiz: Tá e os dois conversavam com um auxiliar teu.

Marcelo Odebrecht: Conversavam com o Hilberto ou alguém que o Hilberto direcionava. Depois, eu vim a saber, acho que era, em geral, o Luís Eduardo ou tinha... não sei se Fernando, mas era um dos três.

Juiz: Certo, tá. E o teu anexo também, ele faz referência aqui a alguns aspectos, eu queria ler para ti, que tu já te comprometeste a esclarecer no futuro, mas eu preferia mencioná-los aqui. Exemplo: 2008, eleições municipais [dianteira], exemplo El Salvador (ininteligível – 00:30:55), Menino da Floresta, Prédio IL, Programa OH.

Marcelo Odebrecht: Tá. O que eu acho talvez importante fazer nesse depoimento, [para sempre] fazer referência é o fato da dinâmica da conta Italiano. Lembre que eu acertava, seja por contrapartida específica, caso do Refis da Crise, seja do Rebate de Angola, seja contrapartidas gerais, dentro de uma agenda ampla, aí eu negociava internamente, eu tinha os créditos. Então, o Hilberto, que controlava essa conta para mim, eu dizia para Hilberto simplesmente o seguinte: “Hilberto, eu combinei com tal LE um crédito de tanto a esta conta corrente”. E vinha os pagamentos, os pedidos de pagamentos, ao longo do tempo, de Palocci e de Guido, certo? Esses pagamentos, vinham para mim autorizados ou pelo Palocci ou Guido, eu avisava a Hilberto, ou avisava eventualmente, por exemplo, no caso de Vaccari era Júnior que avisava Hilberto para abater da conta. Então, é difícil dizer o seguinte: não é que tal empresa fez tal pagamento, porque eu não sei o critério que o Hilberto usava para buscar o crédito para aquelas empresas. Ele tinha disponibilizado esse crédito e tal, talvez se aquela empresa tivesse gerado caixa 2, não tivesse gerado, então ele sabia que ele tinha aquele crédito com os LE's e quando vinha o pagamento, eu não sei informar qual é o critério que ele usava para buscar de que empresa. Inclusive, internamente, isso pode gerar uma confusão, apesar de que Guido só começou a usar o pedido dele de 50, a partir de 2012, é bem provável que Hilberto, já tendo assumido o crédito da Braskem, começou a consumir antes. Então é importante você ver que os créditos não tiveram, necessariamente, vínculo direto com os pagamentos. As fontes e usos, eles não têm vínculos.

Juiz: Não há uma relação necessária...

Marcelo Odebrecht: Não há uma relação necessária entre, por exemplo, as empresas que fazem... os LE's, eles só sabiam que estavam fazendo um crédito nessa conta Italiano. Muitos deles não sabiam... e outra coisa, muitas vezes o pagamento era feito por terceiros. Exemplo: na eleição de 2014 de Dilma, teve empresas nossas, se eu

não me engano Odebrecht Agroindustrial, que fez uma doação, mas essa doação foi abatida da conta Italiano. Odebrecht Agroindustrial não tem nada a ver com Italiano. Então, de alguma maneira, houve um reembolso para a Odebrecht Agroindustrial de uma das empresas que tinha a obrigação de creditar. Outra coisa: a gente usou terceiros. A gente usou, por exemplo, que foi a questão que eu estou falando mais à frente: o pessoal da Itaipava. Aí esse pagamento depois teve um reembolso de alguma das empresas que tinham crédito. Então, não necessariamente, o pagamento podia ser feito por terceiros e por uma empresa e ele era reembolsado de uma das empresas que tinham a obrigação de fazer ou assumido comigo o compromisso de fazer um crédito na conta corrente.

Juiz: Certo. Eu entendi que não há uma relação específica, necessária, melhor dizendo, entre o crédito alocado por uma determinada obra ou uma empresa e aquele pagamento lá na frente. Mas dá para se falar que existia uma relação sim entre o conjunto daqueles valores e as necessidades de todas as empresas, não especificamente daquela obra, ou daquela empresa, mas do grupo como um todo.

Marcelo Odebrecht: É, exatamente. E nem era do meu interesse... Depois que eu tive esses dois pedidos, do Rebate e do crédito-prêmio, nem era do interesse mais ficar aceitando que eles fizessem pedidos específicos, porque eu tinha uma agenda ampla, de tudo quanto é lugar. Se eu, de repente, começasse a aceitar só pedidos específicos, o que que ia acontecer? Eles iam focar o atendimento dos meus pleitos naquilo que geraria alguma coisa para eles. Então, nem era do meu interesse ter esse tipo de conversa. Então, no fundo, se tornou mesmo uma coisa que foi: eu tinha uma agenda ampla com eles e eles sabiam então que, em função dessa agenda ampla, eles podiam criar uma expectativa grande e esse valor de 114, que nasceu de modo totalmente ilícito, ele acabou indo para 300, mas não foi em cima de nenhuma contrapartida específica.

Juiz: Bom, Marcelo, eu estou satisfeito em relação ao conteúdo desse anexo. Algum dos senhores tem alguma colocação a fazer? Então eu dou por encerrado o Termo de Depoimento Número 3.

...

Fim da gravação

Gravação TC 04 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:10:11

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 3, relativo ao termo de colaboração número 4, cujo título é [LE] Pagamento de Vantagens Indevidas para Aumento de Linha de Crédito de Exportação em Angola em 2010. Depoimento que presta Marcelo Bahia Odebrecht, aqui presente, e acompanhado de seus advogados Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista. Esse depoimento é prestado no contexto de uma colaboração... em um processo de colaboração firmado com o Ministério Público Federal, nos termos da Lei 12.850 de 2013. Marcelo, eu te pergunto se esses são seus defensores e se é de livre e espontânea vontade que tu prestas esse depoimento, e ainda se tu estás ciente de que os benefícios que tu vais obter da colaboração dependem da natureza e da qualidade da tua colaboração com a justiça.

Marcelo Odebrecht: São meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Muito obrigado. Marcelo, então, por favor, se puderes esclarecer, começar o esclarecimento, a respeito desse termo, que é o Pagamento de Vantagens Indevidas para Aumento da Linha de Crédito de Exportação em Angola.

Marcelo Odebrecht: Essa é uma das... igual eu estava falando das [contas]. A conta Italiano chegou a um pouco mais de 200 milhões de reais, onde ela, basicamente, tinha como fontes, quer dizer, as empresas que ele fazia os créditos nessa conta, eram responsáveis pelos créditos, eram basicamente quatro negócios: a Braskem, por conta do Refis da Crise, crédito este que o Guido e o Palocci sabiam que vinham da Braskem, sabiam que era [por conta do 50], existia ali dois créditos que aí os meus [interlocutores] não sabiam de onde vinham e internamente eu aloquei ao Júnior e ao Henrique Valadares, e este especificamente que era um crédito do Rebate Angola, que... o Guido não conhecia esse tema e o Palocci sabia que vinha desde tema de Angola. Então o Palocci sabia que este crédito, nessa nossa relação, vinha desde tema específico, que foi a linha de crédito, é o que eu chamo de Contrapartida Específica. Nesse caso específico, foi a negociação que ocorreu em 2009 e se

concretizou em 2010, de um aumento da linha de crédito – essa linha de crédito acabou sendo fechada no valor de 1 bilhão de reais. No meio dessa negociação, o Paulo Bernardo, que foi indicado pelo Lula para tratar esse assunto, pediu, então, para a gente, quer dizer, pediu para mim, 40 milhões para que essa linha de crédito fosse para 1 bilhão. Eu chequei, na época, com o LE responsável, que era o Mameri, por isso que está LM na planilha, e ele me disse que tinha já um valor – se eu não me engano 600, 700 milhões de dólares – de contratos assinados em Angola, e que conseguiria, então, provisionar esse rebate dentro dos custos dos contratos, porque ele já sabia, basicamente, a receita e o custo do contrato – tinha margem para colocar esses 40. Então eu concordei com o pedido de Paulo Bernardo, mas fui no Palocci, que estava acompanhando tudo – na época [Palocci não tinha no governo], mas era meu interlocutor – e combinei com o Palocci que esse custo, esse dinheiro como viria de Angola, ele tinha uma geração de 10% e eu conseguia abater esse crédito que ele passaria a ter comigo por conta desse assunto, para 36 milhões de dólares, que deu 64 milhões de reais. Então, basicamente... depois teve uma... em outras negociações, na segunda que teve logo em seguida, até mais ou menos veio a ideia de se ter, mas acabou... a gente não tinha nesse momento os contratos fechados em Angola e aí acabou não evoluindo e ficou só nesse mesmo, nesse rebate que teve nessa linha de crédito. Acho que um ponto importante a mencionar é que uma das pessoas que acabaram recebendo... um dos candidatos do partido que acabaram recebendo dinheiro, recursos que foram utilizados e que foram debitados da conta Italiano, foi a Gleisi na campanha dela. E esses valores...

Juiz: Desculpa, Marcelo, qual campanha?

Marcelo Odebrecht: É com certeza 2010 ou 2014. A gente tem, na verdade, o sistema diz... eu acho que foi, tenho quase certeza que foi 2010 e 2014, nas duas campanhas, mas eu acho... com certeza no governo do Paraná, que foi 2014, né? Foi, foi, acho que foi no Paraná. E eu sei o seguinte: quando o Paulo Bernardo conseguiu que esse dinheiro viesse da conta Italiano, com toda certeza foi também pelo fato de que ele conhecia, tinha se envolvido nesse assunto. E daí veio a autorização do Palocci, porque normalmente não era Paulo Bernardo que autorizava o pagamento, era o Palocci, então veio a autorização de Palocci de dar este apoio à Gleisi da conta Italiano, foi descontada da conta Italiano, e com certeza foi porque do envolvimento do Paulo Bernardo à época desse assunto. Agora, Paulo Bernardo acertou 40, mas ele nunca depois – fora esse assunto da Gleisi – ele nunca tratou comigo da conta Italiano. Ele apenas foi interlocutor para me informar que precisava de 40 milhões e depois foi a pessoa com quem, ao longo do processo de negociação que se deu ao

longo de seis meses – interação governo de Angola, governo brasileiro – eu ia conversando.

Juiz: Uhum. E tu sabes por que Paulo Bernardo participou desse processo, qual era...?

Marcelo Odebrecht: Paulo Bernardo veio indicado por Lula para tratar esse assunto, entendeu? A questão que eu estou tentando me lembrar [nessa linha] é o seguinte: eu não sei se na época ele falou que ele foi indicado por Lula ou se essa orientação veio de meu pai, ou de Alexandrino, ou de Pedro à época. Eu sei o seguinte: eu tenho certeza que eu fiquei na cabeça que ele veio indicado pelo Lula, até porque era um assunto que ele não sabia, dessa minha conta corrente com o Palocci, ele nunca se meteu nisso, e ele veio dizendo: “olha, Marcelo, ele não tinha porque se envolver nesse assunto de Angola”, porque ele era Ministro de Planejamento, essa negociação se dava no Ministro da Fazenda e ele não se envolveu... eu nunca tratei com o Guido sobre esses 40 que não teve nada... com o Guido, toda hora que tinha uma negociação da linha de crédito, fazia parte da minha agenda com o Guido, mas nunca houve pedido dele para linha de crédito, nem eu fiz nenhuma espécie de sinalização disso. Então o que houve foram esses 40 milhões, que foi um pedido do Paulo Bernardo.

Juiz: Tá. O senhor se recorda do codinome que era atribuído a Gleisi Hoffmann?

Marcelo Odebrecht: É, agora eu conheço, eu tive... os meus advogados tiveram acesso, mas na época eu não sabia que o codinome dela era Coxa, entendeu? Inclusive eu fiz uma... o pessoal me deu os codinomes todos, dos quais eu identifiquei dezessete codinomes, sendo que dos dezessete, cinco eu vim a conhecer durante o processo de colaboração, com acesso às informações do Drousys. E esse foi um dos que eu vim a conhecer durante o processo de colaboração. Quer dizer, eu nunca me referi a esse termo, simplesmente eu... esse Gleisi, ou eu avisei a Júnior, porque era uma relação com... o governo do Paraná era da Infraestrutura, ou eu avisei o Hilberto: “olha, vem um pedido para Gleisi e está autorizado a descontar da conta Italiano”. Era assim mais ou menos que funcionava. Na verdade, quando o Palocci ou... eu não me preocupava muito nem em guardar a memória, quer dizer, se vinha um pedido, eu simplesmente dizia: “faz e desconta”. Porque, na verdade, era como se eu... esse compromisso eu já assumi na hora que eu fechei o valor da conta Italiano, quer dizer, o pagamento... depois eu não questionava o pagamento de onde era.

Juiz: Tá. E tu te recordas do valor total que foi encaminhado para a campanha da Gleisi Hoffmann?

Marcelo Odebrecht: Olha, o pessoal identificou no sistema 1 milhão de reais. Eu não me recordo exatamente do valor. Me lembro que teve esse pedido, foi descontado da conta Italiano, [e o pessoal] identificou 1 milhão de reais no sistema. Mas eu não me recordo exatamente.

Juiz: Está certo. [Com licença], os senhores tem algum acréscimo a fazer? Não? Então eu dou por encerrado o Termo de Depoimento número 4.

...

Fim da gravação.

Gravação TC 06 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:19:11

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 6, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, aqui presente, juntamente com seus advogados Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo eu (ininteligível – 00:00:20) que são realmente os seus defensores, por ti nomeados, e ainda se o depoimento que tu aqui prestas é por tua vontade, nos termos do acordo de colaboração celebrado com o Ministério Público Federal, em face da Lei 12850. E ainda se tem ciência de que os efeitos, ou as consequências, da colaboração dependem do conteúdo do seu depoimento.

Marcelo Odebrecht: São meus defensores, estou aqui espontaneamente.

Juiz: Pois não. Marcelo, por favor, eu queria que tu me esclarecesses, prestasse algumas informações, a respeito do Anexo 4.1.3 – [DK] Refis da Crise, MP 470 de 2009 – Pagamento de Vantagens Indevidas em Contrapartida a Aprovação da MP 470 de 2009. Por favor.

Marcelo Odebrecht: Esse foi um dos dois créditos da planilha Italiano, que teve contrapartida específica: esse e o Rebate de Angola. Nesse tema específico foi, na

verdade, o primeiro crédito que houve na conta Italiano. Esse crédito foi decorrente do apoio que o Palocci e o Guido [teve] durante... que acabou gerando o Refis da Crise. Quer dizer, esse assunto, na verdade, foi negociado ao longo de 2008, 2009. Teve várias versões, várias evoluções, e no final acabou sendo um programa de Refis, onde, inclusive, outras empresas participaram. Essa negociação toda, esse Refis, se deu com várias empresas que tinham tanto problema com a Alíquota Zero, quanto Crédito Premium. A Braskem, se não me falha a memória, era quem tinha o maior passivo, tá, e eu também tinha uma interlocução muito próxima com o Palocci, crescentemente com o Guido por conta até desse assunto. Então [a gente] tinha uma liderança natural do processo, agora nós não éramos a única empresa. No meio dessa negociação, em uma conversa que eu tive com o Guido, ele me disse que tinha uma expectativa de uma contribuição para a campanha de 2010 da Dilma e aí ele botou, escreveu em um papel, 50 milhões de reais. Isso foi em 2008 ou 2009, que ele me informou esse 50, só que, na prática, o Guido acabou não se envolvendo na campanha de 2010, e este valor acabou sendo... os valores referentes a esse crédito que o Guido tinha comigo – que era o que eu chamava de crédito pós-Itália na planilha Italiano – ele acabou sendo utilizado só a partir de 2011, depois que Palocci saiu da Casa Civil e Guido passou a ser meu principal interlocutor. Então todos os pagamentos feitos a pedido do Guido entre 2011 até 2014, aproximadamente até acabar esses 50 e eu entrar em outros créditos, foram feitos... quando o Guido me pedia, ele sabia que estava saindo desse crédito do Refis da Crise. Ainda que, internamente, a dinâmica não funcionasse bem assim, porque na época que eu fechei esse 50, eu avisei o Hilberto, que controlava a planilha Italiano: “olha, Hilberto, tem o crédito da Braskem de 50 milhões”. Então pode ter havido pagamentos a pedido do Palocci antes de 2011, que por uma questão de dinâmica interna, o Hilberto pegou desse crédito que a Braskem tinha. Agora, isso é uma coisa interna nossa. Eu não estava muito preocupado, porque no final das contas eu sabia que se faltasse dinheiro na conta do Italiano, eu ia reivindicar que se usasse esses 50 do Guido. Mas se eu pudesse não mexer nesses 50 do Guido, era melhor. Então foi assim, mais ou menos, que funcionou. Então esse foi, realmente, de fato, uma contrapartida específica que, no fundo, foi um primeiro crédito que teve na planilha Italiano.

Juiz: Tá. E esse valor de 50 milhões tinha alguma relação de proporcionalidade em face do passivo da Braskem?

Marcelo Odebrecht: Não, esse valor veio dele, ele botou no papel. Eu olhei esse valor, não dei a resposta na hora ali, porque, obviamente, dentro na nossa dinâmica interna, quer dizer, eu não podia também autorizar sozinho um valor que não sabia a mim e a

uma empresa. Então eu procurei, na época, o LE da Braskem, juntamente nós dois alinhamos que iríamos aceitar esse compromisso. Seria, na verdade, o primeiro crédito a essa planilha, quer dizer... lembrando, na época, que eu já tinha liberado 18 milhões para a campanha do (ininteligível – 00:05:39), então é como se tivesse uma conta corrente que estava negativa... e eu sabia que ia ter um pedido. Quer dizer, na prática, apesar do Guido... se ele tivesse, lá na frente, pedido 50 milhões em 2010, sem nenhum vínculo, até provavelmente a gente ia dar, mas ele pediu dentro dessa negociação. Isso foi uma contrapartida específica. E nós acabamos aceitando – eu em alinhamento com o LE da Braskem na época. E aí... mas esse valor eu não sei como é que ele... não sei de onde ele tirou esse valor.

Juiz: Certo. E como é que se deu o pagamento desse valor?

Marcelo Odebrecht: O pagamento do ponto de vista... o Guido solicitou, a partir de 2011, quando ele passou a ser o interlocutor principal comigo, ele começou a solicitar dinheiro para o João Santana, Vaccari... principalmente João Santana e Vaccari. E até 2014, até consumir os 50, esse dinheiro veio desse crédito. Internamente, pode ter sido que o Hilberto tenha recorrido a esse crédito antes de 2011 e depois compensado com outra fonte. Mas do ponto de vista do meu interlocutor, os créditos eram aqueles que foram os pagamentos. É que acontece que a fonte pagadora... quem pagava o que Guido me pedia em 2011 podia ser outra pessoa, mas entre 2011 a 2013, o que Guido me pedia vinha dessa fonte.

Juiz: Certo. E de forma se deu o pagamento pela Braskem desse débito que ela tinha com a União? Em recorrência desse passivo.

Marcelo Odebrecht: Foi o Refis, na verdade, que acabou entrando no final... além da Braskem, das outras empresas que estavam negociando, acabou sendo Refis Geral, quer dizer, todo mundo acabou podendo entrar. E o Refis permitiu o uso do Prejuízo Fiscal e permitiu também o uso com pagamentos parcelados. Uma das razões pelas quais, para mim, nunca gostei da ideia de contrapartida específica, era exatamente o fato que veja bem: você criar uma relação em cima de ser um grande doador é sempre melhor, porque, por exemplo, a gente acertou em 50, depois começou a ter pedidos adicionais. Por exemplo, a gente teve Prejuízo Fiscal em 2009 e aí o Refis não previa a utilização do Prejuízo Fiscal em 2009. Aí eu fui e pedir a Guido, aí eu já tinha criado a relação, quer dizer, dentro daquela relação mais ampla, e ele acabou reeditando o Refis para prever a utilização de Prejuízo Fiscal em 2009.

Juiz: Então houve alteração do processo...

Marcelo Odebrecht: É, mas aí já não houve mais uma negociação específica, já entrou dentro daquela relação ampla, que você cria exatamente por você ser um grande doador. Há tanto essa questão do Refis, quanto a questão de outras MP's. Ela saía da Fazenda e ela ia para o Congresso, e muitas vezes saía desarrumada ou saía mal resolvida [no] Congresso. Então sempre eu pedia para ir com os LE's... para Cláudio, que era o nosso diretor institucional em Brasília, acompanhar essas aprovações. E, obviamente, acabava tendo custos, porque de alguma maneira o Cláudio acabava assumindo compromissos, sejam compromissos diretos, sejam compromissos morais de pagar depois na campanha, ou seja, se você vai para o Congresso, conversa com um deputado, conversa com um senador, e pede apoio em tal MP, cria-se, naturalmente... mesmo que não haja o pedido na hora, cria-se uma expectativa de depois você apoiar. Essa intervenção específica eu não sei precisar, exatamente, quanto foi e para quem foi. Em geral, quando se tratava de MP's, no Senado, era o Jucá o coordenador, pelo que me informava sempre o Cláudio. Agora isso aí era conduzido por Cláudio e aprovado pelas empresas que tinham interesse nessas MP's. Eu sabia que havia, de minha parte eu dava a minha concordância para Cláudio prosseguir com as negociações. Mas eu sempre dizia para Cláudio, porque Cláudio chegava para mim: "oh, Marcelo, se vai ter coisa, eu vou ter que assumir compromissos". Aí eu falava: "Cláudio, veja bem, se você vai assumir algum tipo de compromisso que seja moral, você vá e alinhe com o negócio, porque depois vai vir um pedido absurdo de contribuição de campanha e aí todo mundo sai de baixo". Quer dizer, se esse tema do Refis da Crise interessa a Braskem, certo, e se por conta dele vai criar uma expectativa, ou mesmo um pedido na hora de tanto, a pretexto de campanha política, já vá, avise à Braskem, e se autorize com a Braskem que vai vir ou veio esse pedido, para que depois você não... você vá lá daqui a três anos, daqui a pouco o LE da Braskem mudou e você vai dizer para o cara e o cara: "não foi eu que autorizei, não sei". Então esse cuidado sempre tinha de dizer: "vá lá e busque autorização".

Juiz: Tá. Especificamente em relação a essa medida provisória, o Cláudio Melo Filho teve interlocução com alguém? O senhor se lembra de algum nome, de algum parlamentar específico?

Marcelo Odebrecht: Em geral, o que Cláudio dizia... a pessoa que Cláudio sempre me dizia que a maior parte das vezes conduzia era Jucá. Era a pessoa que, em geral, conduzia, que liderava o assunto no Senado, entendeu? Muitas vezes na Câmara, ele... às vezes tinha Eduardo Cunha ou ele coordenava através do Padilha. Mas no Senado ele, em geral, se coordenava com o Jucá.

Juiz: E em relação a essa MP era o Romero Jucá também?

Marcelo Odebrecht: Era. Até porque eu acho que, na época, ele era o líder do governo. Não tenho certeza não, mas eu acho que era líder do governo. Seja um papel de líder ou não, o Jucá sempre foi, segundo o Cláudio me informava, a pessoa mais influente que tinha para coordenar – que é o PMDB um grande partido – os interesses do PMDB.

Juiz: Tá. E esse valor específico tu mencionaste, de 50 milhões, ele chegou a ser utilizado na campanha? Ou teve alguma outra finalidade?

Marcelo Odebrecht: Não, ele não foi utilizado na campanha de 2010, porque Guido acabou não se envolvendo na campanha de 2010. Ele começou a ser utilizado por Guido depois que Palocci saiu. A campanha de 2010, toda a minha interlocução do ponto de vista de contribuição, foi feita com o Palocci. Aí a partir de 2011, quando o Palocci saiu da Casa Civil, o Guido começou a utilizar esses recursos para pagamentos a João Santana... inclusive para uma pendência de campanha do Haddad em 2012. Por exemplo, quem teve que pagar o Haddad por conta de uma dívida de campanha que ele tinha com o João Santana veio disso. E Vaccari que... às vezes tinha necessidade do PT, o Vaccari pedia a Guido, Guido autorizava e a gente fazia ou doação ou caixa dois. Em geral a grande parte, eu acho, desse período, foi até doação oficial que o PT precisava. E saía desses 50 milhões. Agora, eu me recordo bem que quando chegou maio de 2014, aí foi que veio... o Guido me disse o seguinte: “oh, Marcelo, veio uma orientação dela de que daqui para frente todos os recursos de vocês vão ser direcionados para João Santana e Edinho, não mais para o Vaccari”.

Juiz: Perdão. Dela quem?

Marcelo Odebrecht: Dilma.

Juiz: E teve alguma publicação que também recebeu (ininteligível – 00:14:26)?

Marcelo Odebrecht: Teve. O Guido uma vez me pediu um apoio para a revista Brasileiros e eu falei: “Guido, eu não tenho nenhum interesse em apoiar a revista Brasileiros. Eu vou então descontar desse crédito que você tem comigo”. E aí eu descontei do crédito que ele tinha comigo.

Juiz: Uhum. E essa questão, Marcelo, só para esclarecer um pouquinho melhor: quando você falava “eu vou descontar desse valor”, isso era sempre compreendido de parte do outro que isso era um processo, dentro do sistema todo, ele era um processo

legítimo, razoável? “Vou descontar daqui”... sempre havia compreensão que havia uma conta, que os valores estavam lá e que eram destinados...

Marcelo Odebrecht: Olha, a maior [ilicitude] disso aí, independentemente de toda essa relação baseada em expectativa ser uma relação errada, foi na questão das duas contrapartidas. E que isso...

Juiz: Não, eu pergunto mais a questão do funcionamento. Quando tu explicava “vou descontar do valor tal”, eles já compreendiam...

Marcelo Odebrecht: É, já compreendia. É que eu acho que como o Refis... veja que as duas contrapartidas específicas, elas foram na origem. Estamos falando de 2008, 2009. Quando eu já liberava para Guido, em 2011, a gente já não... eu acho que já tinha uma relação tal, que eu acho que não ia na cabeça... jamais falava que aquele crédito foi decorrente de um pedido específico. Porque a partir daí ele começou a ter o crédito. E o que ficava claro era o seguinte: “olha, nós somos grandes parceiros, a gente tem uma agenda ampla”. E havia um entendimento dele de que ele tinha, portanto, um crédito comigo por conta disso e eu tinha também uma agenda por conta dele. E as coisas se misturavam, então, por exemplo, muitas vezes eu ia lá fazer pedido: “oh, Guido, você precisa destravar esses financiamentos que estão travados, tudo”, ou seja, essa é a minha agenda. Aí no final ele fala: “oh, Marcelo, mas tem aquele nosso amigo... o Vaccari, o João Santana, precisam de dez a vinte”. Quer dizer, não era um vínculo direto, mas era como se fosse uma relação de mão dupla: ele tinha em mim um grande doador, dentro de créditos que eu estabelecia com ele, e eu tinha uma agenda e um acesso a ele. É aquela história que a relação se baseava sempre em um tripé: não é que eu não levasse... as coisas que a gente levava, eram até coisas legítimas, era para destravar um financiamento, é um orçamento do Prosub – na verdade, eu não tinha que pedir orçamento do Prosub, porque era uma obrigação fornecer. Então o financiamento também era uma obrigação. Então, na verdade, eu levava isso... agora, eu imagino o seguinte: a maior parte das empresas que não têm esse acesso, não conseguem nem resolver seus problemas. Então, na verdade, eu levava isso. De certo modo, ele me escutava, ou dava acesso à agenda, quer dizer, eu podia ter reuniões com eles, às vezes, duas vezes por semana. É óbvio que eu também tinha essa facilidade porque era um grande doador. Muitas vezes até o pedido era... me ligavam para dizer: “olha, o Guido precisa falar com você segunda-feira”. Quando ele me chamava, em geral eu já sabia que era para fazer um pedido de alguma coisa. Ele me chamava, assim, menos de cinco minutos, para dizer: “oh, Marcelo, preciso que você autorize 5 para o Vaccari”, ou não sei quanto. Aí eu

aproveitava que ele tinha me chamado e já metia uma pendência que eu tinha na época.

Juiz: Resolvia um problema.

Marcelo Odebrecht: Não é que não existia, na minha conversa com ele, um vínculo ou alguma coisa, mas é aquela história: você cria uma relação que é errada, uma relação que não deveria precisar, porque o empresário está levando coisas... é só pegar minhas agendas com o Guido: eu não pedia nada a ele que não fosse correto, agora o errado está em que eu tinha o acesso a ele e tinha a [priorização] dele baseado em que você é grande doador. Isso é que é o grande erro da história, a grande ilicitude está aí. Que, na verdade, a gente acaba racionalizando de que, como o nosso pedido é um pedido que é legítimo, isso é uma coisa natural, a gente acaba racionalizando de uma maneira errada. Não, não é normal, não pode considerar normal um negócio desse.

Juiz: Doutores, tem algum acréscimo? Então dou por encerrado o depoimento número 6, que presta [o senhor] Marcelo Bahia Odebrecht.

...

Fim da gravação.

Gravação: TC 08 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:03:50

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento Número 8, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, aqui presente e acompanhado de seus defensores Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo, eu te indago se esses são seus defensores por ti nomeados e ainda se tu estás aqui de forma voluntária, querendo colaborar com o Ministério

Público, a partir do acordo celebrado com base na lei 12.850/2013. E ainda se tens conhecimento e concordas que os benefícios que vai obter decorrem, necessariamente, do conteúdo das tuas declarações.

Marcelo Odebrecht: São meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Pois não. Então, Marcelo, por favor, o que que tu podes me dizer e esclarecer a respeito do conteúdo do Anexo 4.2.1, Evento 2008, Eleições Municipais via Feira.

Marcelo Odebrecht: Esse foi exatamente um dos usos... foi o início da minha conta corrente Italiano. Quer dizer, o primeiro pedido que houve de pagamento foi para essas eleições de 2008, eu tinha acabado de assumir como vice-presidente da Odebrecht, estava negociando, na época, com Palocci a questão do Refis da Crise, comecei a fazer isso desde agosto de 2008 e aí veio um pedido de apoio às contribuições às eleições municipais, que eu não tenho certeza qual era, eu acho que uma, quase certeza, é Martha, mas eu não tenho certeza, mas eu sei que eram via Feira, quer dizer, via João Santana, que era como a gente chamava o João Santana. Então, esse pedido veio para atender 18 [bilhões] para atender as campanhas...

Juiz: 18 milhões?

Marcelo Odebrecht: 18 milhões de reais. Eu disse a Palocci, na época, que eu não tinha nenhum interesse nessas campanhas e não me envolvi em campanhas municipais, mas a gente acabou combinando que este valor seria descontado do valor que eu viria a acordar para a campanha de 2010. Ou seja, era um valor que para mim era campanha de 2010 e ele usava como quisesse, eu descontaria da campanha de 2010. E aí foi que nasceu essa conta Italiano e foi feito esse primeiro pedido para... novamente, eu não sei, necessariamente, se esse pagamento para João Santana pode até ter sido... essa é outra questão que a gente precisa verificar com cuidado. Quer dizer, o pagamento, uma vez que me pediam e eu provisionava e aceitava o pagamento de 18 milhões, não necessariamente o pagamento era feito naquele momento, porque uma vez que o Hilberto, que tinha contato com João Santana, era a única pessoa do grupo, na época, que tinha, ele falava para João ou para Monica: "olha, Marcelo já acertou 18 milhões lá com Palocci". A partir daí, o pagamento em si, ele pode até demorar seis meses, um ano, tá? E eu também não sei a forma de pagamento, por exemplo: uma parte desse pagamento pode até ter sido via bônus oficial, já direcionado para João Santana, uma parte foi caixa, uma parte conta offshore. Eu não sei precisar, exatamente, como se deu a forma de pagamento, mas que foi acertado 18 milhões para abater da conta Italiano e que depois esses 18

milhões foram pagos ao longo do tempo. Ou seja, esse foi o evento que iniciou a conta.

Juiz: Entendi. Os senhores têm algum acréscimo a fazer?

Oradora não identificada: Não.

Juiz: Então eu dou por encerrado o Termo de Depoimento Número 8.

...

Fim da gravação

Gravação: TC 10 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:07:51

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 10, que presta Marcelo Bahia Odebrecht. Aqui presentes seus defensores Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo, eu indago se estes são os seus defensores, por ti nomeado e se tu estas aqui de forma espontânea para colaborar com o Ministério Público, a investigação em curso, nos termos do acordo celebrado com base na lei 12.850/2013. E ainda se tu estás ciente que os efeitos da colaboração dependem do conteúdo dos teus depoimentos e dos meios de prova que tu vieres a entregar.

Marcelo Odebrecht: São meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Pois não. Marcelo, por favor, eu queria que tu esclarecesses o conteúdo do Anexo 4.2.3 Via JD e Programa B, Pedido de Pagamento pelos Assessores de Antonio Palocci.

Marcelo Odebrecht: Na dinâmica da conta Italiano, a partir do momento em que eu disponibilizava o recurso, acertava o valor global, eu não questionava mais os usos, quer dizer, os pagamentos eram autorizados por Palocci e eu simplesmente avisava a

Hilberto ou quem quer que seja, que ia operacionalizar e descontava da planilha Italiano. No caso da planilha Italiano, com o Palocci teve os dois pagamentos de 2008, que foi o evento para eleições municipais e a questão da campanha de El Salvador. A partir daí, entre 2009 e 2010, os pagamentos que o Palocci me pedia, veja que nós não estamos falando, necessariamente, de eleições, tá? Então, nesse período, Palocci solicitou recursos e ele me dizia assim: "Marcelo, o Juscelino Dourado" e posteriormente o Brani, aí o Brani já estamos falando de 2012, 2013, ele dizia o seguinte: "o Juscelino vai procurar seu pessoal e acertar uns pagamentos". Alguns desses pagamentos, inclusive, era bônus, ou pagamentos de contribuição ao PT, como partido, fora de campanha e outros eram pagamentos em espécie, que eu não sei precisar e nem questionava para onde ia. Eles eram operacionalizados por Juscelino, no período de 2009 e 2010 e por Brani entre 2012 e 2013.

Juiz: Tá. Então via JD então é... quem é?

Marcelo Odebrecht: Juscelino Dourado.

Juiz: E Programa B?

Marcelo Odebrecht: É o Brani.

Juiz: Certo.

Marcelo Odebrecht: Eu nunca conversei nem com um, nem com outro. Basicamente o Palocci me dizia que eles iam me procurar e eles procuravam. Na questão do Brani, alguns desses pagamentos do Brani, Palocci me avisava que era para abater da conta Amigo, que era aquela conta que eu e ele tínhamos provisionado para atender o Lula. Agora, eu soube disse por informação do Palocci, que era para abater da conta. Como eram recursos em dinheiro que saiam para o Brani, eu não posso precisar exatamente para onde ia.

Juiz: Tá, então não sabe o destino desses valores, a utilização deles?

Marcelo Odebrecht: Alguns desses o Palocci me informava que era para abater da conta Amigo, então, o que eu sei é por informação de Palocci, que era para abater da conta Amigo. A única razão pela qual eu tenho alguma maneira de dizer que aparentemente era para o Lula, era porque teve uns pagamentos para o Instituto Lula, que eu também descontava da conta Amigo e este claramente era para o Instituto Lula, então... você afere: se esse é, o outro também devia ser.

Juiz: Sim, tá. E alguns desses pagamentos foram em espécie?

Marcelo Odebrecht: Foram. Alguns desses pagamentos, tanto do Juscelino, quanto do Brani, foram em espécie. Eu não sei precisar quanto, porque isso... ele me dizia que: “o Juscelino vai precisar de um montante”. Muitas vezes ele nem me dizia qual era o valor. Ele dizia o seguinte: “o Juscelino vai procurar seu pessoal” e eu também não estava preocupado, porque apenas informava para Hilberto: “o valor que ele pedir, desconte da planilha”. Algumas vezes, ele até me passava uma programação: “oh, Marcelo, eu vou pedir nos próximos três meses...”, eu me lembro bem que ele falou do Programa B, por isso que tem aqui na planilha junho e julho. Às vezes, ele me falava: “ó, vou precisar desse montante nos próximos dois meses”. Em geral, quando o recurso era dinheiro, ele me dava uma programação, porque aí o dinheiro era mais complicado de programar.

Juiz: E esses pagamentos específicos, relativos a esse anexo aqui, eles não estão vinculados a um financiamento eleitoral?

Marcelo Odebrecht: Eu não entrava nesse mérito. Na verdade, eu entendo o seguinte, eu me lembro que no caso de Juscelino, está até na planilha, era bônus do PT.

Juiz: Como assim?

Marcelo Odebrecht: Em alguns casos, tinha problema de falta de fundo, alguma coisa e o Juscelino ia com nosso pessoal e operacionaliza bônus, doações diretas, doações legais ou oficiais. Então eu não sei informar exatamente... agora, alguns desses pagamentos eram em dinheiro e quando vem na planilha, por exemplo: “solicitado evento julho, agosto e setembro de 2010”, está aqui, “via JD”. Isso foi campanha. Agora, “16 + 4 bônus”, quer dizer que 16 foi dinheiro e 4 foi bônus. Ou seja, o bônus foi pago bônus, mas foi descontado da planilha Italiano. Nesses aqui é que pode ter, inclusive, vários candidatos, é aquilo que eu digo, a gente acabou... então, pode ser que, por exemplo, depois teve: “evento de setembro, via bônus do PT”, por exemplo: “assuntos BJ”, o que eram assuntos BJ? Por exemplo: pode ser que candidatos... então, nesse bônus aqui de 4 milhões, não era a Gleisi, porque a Gleisi foi em 2014, mas pode ter candidatos que foram... a doação saiu via Juscelino operacionalizando com o meu pessoal, para descontar da conta Italiano, a pedido de Palocci.

Juiz: Uhum, mas esses 16 que são em dinheiro podem ser para qualquer coisa?

Marcelo Odebrecht: Pode ser para qualquer coisa. Os 16 que é dinheiro pode ser qualquer coisa. Eu não questionava. A gente sabe o que foi bônus, mas os 16, o que foi... e eu entendo que a maior parte do Brani foi dinheiro, mas com certeza essa

informação tem no (ininteligível – 00:07:24) lá, o Hilberto tem essa informação que foi... provavelmente ele sabe até o local do...

Juiz: Da entrega.

Marcelo Odebrecht: Da entrega. Ele pode até ter outra informação que informalmente a pessoa comentou. Comigo eu não...

Juiz: Os senhores têm alguma questão para fazer?

Oradora não identificada: Não.

Juiz: Então dou por encerrado o Termo de Depoimento Número 10.

...

Fim da gravação

Gravação: TC 16 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:37:15

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 16, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, aqui presente, e acompanhado de seus defensores Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo, eu lhe peço, por favor, que confirme o nome de seus defensores e ainda que está presente aqui, de forma espontânea, para contribuir no processo de colaboração firmado com o Ministério Público Federal, nos termos da Lei 12.850 de 2013. E ainda de que os efeitos da colaboração dependem do conteúdo do teu depoimento e dos elementos da colaboração que forem entregues.

Marcelo Odebrecht: São meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Por favor, Marcelo, eu queria que tu falasse sobre o Anexo número 6, cujo título é: “Planilha Pós-Itália - Período Guido Mantega”, por favor.

Marcelo Odebrecht: Essas, essas planilhas, quer dizer, “Italiano” e “Pós Itália”, elas foram evoluindo com o tempo, como eu comentei nas (ininteligível – 00:01:12) anteriores. A planilha Italiano, [fazer menção a ela] antes de explicar o pós-Itália, ela então tinha aquele saldo que era gerido por Palocci, conhecido só por Palocci e que ele fazia para pedidos gerais do PT, Governo Federal. Tinha aquele saldo que nós combinamos de provisionar para um amigo, segundo Palocci, o Lula e que tinha indicações de que era para o Lula mesmo, e aquele saldo na planilha Italiano, que era gerido pelo Guido, apesar de que o Palocci sabia que era o saldo de 50 milhões, decorrente do Refis da Crise e que o Guido só passou a utilizar esse saldo a partir de 2011, depois que Palocci saiu...

Oradora não identificada: Bom dia.

Juiz: Pode continuar, Marcelo.

Marcelo Odebrecht: ...depois que ele saiu da Casa Civil. Então, praticamente até 2013, tudo o que, toda a minha relação com o Guido era dentro da planilha Italiano, tá? A planilha pós-Itália, do qual essa o Palocci não tinha mais conhecimento, ela nasceu entre 2013 e 2014, que foi basicamente quando o Guido consumiu todos os 50 milhões, tá? E aí, isso, realmente, deve ter sido lá para 2014. É, nesse momento, a dinâmica da planilha mais ou menos funcionava com a mesma, eu já tinha combinado, a essa altura do campeonato, com os LE's da Braskem e da OR, que quando houvesse o pleito de pedido adicional por parte do Guido, eles bancariam esse pleito, tá? No caso, basicamente, uma das justificativas internas foi porque até então, quem bancava as campanhas presidenciais eram só a Construtora e a Braskem, porque os outros negócios eram pequenos. À medida em que os outros negócios iam crescendo, principalmente a OR, ela foi começando a ter muita interface com o governo e minha agenda começou a ser muita interface com o governo, aí a gente achou que também eles deviam assumir um pouco da conta dos pedidos do Governo Federal. E aí, na época, eu negocieei com o Paul, diretor da época, que, olha, alocamos um valor e alocamos, também é possível [que você tenha feito um Pro-sub], a gente alocou a PMX, que era um projeto, que internamente teve uma... eu tive uma agenda com o Guido, Guido ajudou, então, internamente, eu justificava isso. E o assunto do ReiQ justificava também que a Braskem assumisse o valor mais representativo, que o ReiQ teve impacto representativo, foi uma coisa que ocupou uma agenda enorme nossa e além do fato de que a Construtora já estava bancando, principalmente a (ininteligível – 00:04:11) já estava bancando a campanha presidencial, tanto de Aécio e Cunha, como, Aécio Neves, como Eduardo Cunha. Quer dizer, as campanhas dos dois já

estavam sendo bancadas pela Infraestrutura. Então, internamente, se combinou isso. E, o valor então, que a gente, internamente alocou, e aí diferentemente do Refis da Crise e do Rebate Angola, não houve uma conversa de contrapartida específica... foi Eduardo Campos, desculpe, a campanha presidencial de Aécio Neves e Eduardo Campos. Diferentemente não houve um pedido específico, mas é aquela história, quer dizer, a razão pela qual o Guido, quando chegou em 2014, teve uma expectativa acima de 100 milhões para eu adicionar... ele já tinha usado 50 milhões e aí tinha uma expectativa de mais de 100 milhões, era por quê? Porque eu tinha uma agenda grande com ele, tinha reuniões constantes, quer dizer, apesar de que, por exemplo, o Estádio do Corinthians. O Estádio do Corinthians é um pepino para gente, mas, por outro lado, na cabeça dele, ele se reuniu comigo 40 vezes para resolver o Estádio do Corinthians. Quer dizer, aquilo que era passou a ser um pedido nosso. Então, de certo modo, pelo tamanho da agenda nossa, ele: "ah... vocês nunca ganharam tanto dinheiro, parceiros", tá? Então, a expectativa dele estava cada vez maior, está certo? E com o Guido, principalmente, até, tinha umas complicação adicional em relação a Palocci, porque durante todo esse tempo, Palocci não era ministro. Foi durante só o período de Casa Civil. Com o Guido era diferente, com Guido eu estava falando com o Ministro da Fazenda, então, todo o período era o Ministro da Fazenda, era o Ministro que a presidente dizia que era o principal interlocutor com o empresariado, tinha vários temas com ele, então eu tinha uma agenda enorme com o Guido. Por exemplo, eu não tinha uma... uma agenda de notas com o Palocci. Quando eu ia estar com o Palocci, eu não levava para ele uma agenda enorme de itens, porque ele não era ministro. Mas Guido não. Guido eu tenho, quase todas as reuniões que eu tive com ele, eu levava uma agenda, conversava com os LE's: "o que é que vocês têm", voltava depois. E fazia... e essa história, quer dizer, eu levava minha agenda de pleito, aí, no final da reunião ou no meio, ele dizia: "oh, Marcelo, mas tem... me ajuda aqui, tem aquele pagamento que eu tinha que fazer" e, normalmente, no caso do Guido, fora revistas, a [Brasileiro], que ele pediu aquele apoio, que eu já mencionei, no caso do Guido, em geral, em geral não, praticamente todos foi para Vaccari, para o PT, ele pedia: "olha, o PT", e aí foi das duas maneiras, via caixa 2 e via doação oficial ao partido mesmo, pediu e pediu para João Santana, tanto para a campanha presidencial, quanto para a campanha do Haddad, tá? E eu não...

Juiz: Desculpa te interromper um pouquinho, mas eu queria só que esclarecesse aonde é que aconteciam essas reuniões.

Marcelo Odebrecht: Olha, as reuniões com o Guido aconteciam... a maior parte delas em São Paulo, porque...

Juiz: Ahã.

Marcelo Odebrecht: ...normalmente ele ficava em São Paulo segunda e sexta.

Juiz: Tá.

Marcelo Odebrecht: E aí eu conseguia marcar com ele ou segunda ou sexta. Em geral, era naquele edifício, no início era na Caixa Econômica, depois passou a ser naquele edifício do Banco do Brasil, que ele tinha um andar lá para o Ministério da Fazenda e algumas reuniões, quando era uma coisa mais emergente, eu precisava falar com ele e ele não estava lá em São Paulo, eu ia para Brasília. Mas eu diria pra você que a maior parte das reuniões conseguia ser em São Paulo. O Guido, realmente, foi uma agenda intensa, deve ter sido 50, 60 reuniões ao longo do tempo.

Orador não identificado: Como é que foi essa aproximação com o Guido Mantega? Como é que foi esse primeiro contato com ele? O que que tratavam? Como é que você foi apresentado a ele? Como gestor dessa planilha, gestor dessa planilha, para gente saber. Na verdade, eu não acompanhei os depoimentos anteriores, então eu queria só, mais ou menos, esse esclarecimento, como é que foi esse contato com o Guido, que anterior era a planilha Italiano do Palocci e passou a ser do Guido. Como é que se deu essa transição?

Marcelo Odebrecht: É, a gente não usava o termo planilha.

Orador não identificado: Tá.

Marcelo Odebrecht: Entre nós. Veja bem, o Guido, eu conheci o Guido, ele era... acho que a primeira interface mais forte que eu tive com ele, ele era ministro... ele era presidente do BNDES. Não sei se eu tive com ele quando ele era Ministro do Planejamento, mas era protocolar. Eu comecei a ter uma aproximação, digamos assim, mais crescente, mais forte com o Guido, durante a negociação do Refis da Crise, onde, apesar do Palocci conduzir por trás as conversas com as empresas, o Guido é quem estava à frente como Ministro da Fazenda dessa negociação. E em algumas reuniões eu tive, ele, eu, Palocci, ou Palocci (ininteligível – 00:09:06). Então, minha relação com o Guido e o primeiro pedido de Guido naquela questão dos 50 milhões, veio em 2008/2009 e foi aí que começou a minha relação. A partir daí, o que aconteceu? O Guido tinha esse crédito de 50 milhões, que nasceu com o Refis da Crise, só que até 2000, ele não participou. Quando ele pediu esse crédito, esse valor por conta do Refis da Crise, eu acho, na época, que ele tinha expectativas de ser responsável pela campanha presidencial de 2010, o que acabou não se confirmando. A campanha presidencial de 2010, pelo menos com a gente, foi conduzida pelo

Palocci e parecia que era o Lula coordenando. A Dilma... nem a Dilma parece que se envolveu, nem o Guido. Então, ele acabou nunca pedindo para mim nada, nenhum pagamento, até 2011, porque aí Palocci continuou a ser o principal interlocutor. Quando Palocci saiu da Casa Civil, estamos falando, acho que meio de 2011, meio de 2011, aí ele passou a ser, por orientação da Dilma, porque aí eu fui checar: “ô presidenta, até agora, tudo o que eu conversava, inclusive de pagamentos, contribuições, tudo, era com o Palocci. E, a partir de agora, é com o Guido?”, entendeu? Ela falou: “é com o Guido”. E várias vezes também, quando eu tinha alguns temas, “ó, você cuida com o Guido”. Então...

Orador não identificado: Isso ficou bem claro então, que ela determinou, ela disse quem poderia dessa planilha, dessa [contabilidade].

Marcelo Odebrecht: É, a gente não usava o termo planilha. Eu perguntei... eu perguntei para ela se a questão que tudo que eu tinha de pagamento, tudo que demanda, como é que vai ser? E ela falou: “é com o Guido”, entendeu? Aí, a partir daí...

Orador não identificado: Onde foi essa conversa?

Marcelo Odebrecht: Olha, eu, em geral, me reunia com a presidenta ou no Palácio da Alvorada, na biblioteca, ou no Planalto. Então, pode ter sido em um dos dois.

Orador não identificado: Pode ter sido em um desses dois locais, mas foi na transição então.

Marcelo Odebrecht: Foi...

Orador não identificado: Do Palocci...

Marcelo Odebrecht: Deve ter sido o seguinte, eu imagino o seguinte: na primeira conversa que eu tive com ele, ela, depois que Palocci saiu, porque eu tinha tido uma primeira conversa com ela sobre Palocci ainda na época em que ela era candidata, apesar de que a minha relação era com Palocci e eu sabia que Palocci estava sendo coordenado por Lula, como ela era candidata, eu já tinha checado com ela: “presidenta, a senhora sabe que eu estou conversando tudo com Palocci, é ele mesmo a pessoa?”, tá? Ela falou: “é”, entendeu? Agora e aí, tudo bem, nunca eu... com o Guido, eu continuava tocando a agenda, mas nunca veio pedido nenhum dele. Ele nunca se... fez nenhum pedido desses de pagamento, nada. Quando o Palocci saiu, a partir daí todos os pedidos para Vaccari, para João Santana, passaram a ser feitos por Guido. É, e aí, o Palocci sabia que aqueles 50 milhões da planilha Italiano

era do Guido, só o Guido podia pedir. O Palocci ainda tinha um pequeno saldo, mas era muito pequeno, o maior saldo da planilha Italiano, nessa altura, era da conta Amigo. Por isso que os pedidos de Palocci depois de 2011, a maior parte deles, se eu não me engano, a totalidade deles depois de 2011 foi para [Brani]. Foi por [Brani]. Alguns ele disse: “oh, esses são para abater da conta Amigo”, ou foi para o Instituto Lula, que foi uma doação de 4 milhões, que veio do Palocci até o Lula. O resto veio através do Guido. Então foi assim que... mas, a gente nunca usava esse termo planilha. O Guido sabia o seguinte: “eu tenho um crédito”, ele sabia.

Orador não identificado: Você falou nos depoimentos anteriores, pelo o que eu li nos Anexos, na conta crédito, uma conta geral do PT, né? Era essa, né? Englobava também mais ou menos 300 milhões no período, né?

Marcelo Odebrecht: Que foi ao longo... ao longo do tempo eu disponibilizei...

Orador não identificado: Isso.

Marcelo Odebrecht: 300 milhões.

Orador não identificado: Só sobrou aquela diferença de 50 milhões, 50 milhões, né? No saldo.

Marcelo Odebrecht: Acho que teve um saldo no final, acho que ele não consumiu... eu acho que, na verdade, eu disponibilizei um pouco mais do que 300 milhões, mas eles não consumiram tudo.

Orador não identificado: Tá. Agora a outra pergunta é a segunda pergunta que eu queria fazer. No que que consistia essa conta? Tá? A origem desses recursos, o que eles significavam, no que eles consistiam? Que tipo de recursos eram esses que pegavam essa conta específica? Por que eles passaram a integrar essa conta específica? Como eu não acompanhei o depoimento passado, eu queria só entender isso.

Marcelo Odebrecht: A conta Italiano, ela nasceu de dois créditos que eram contrapartidas específicas, pedidos mesmo por pleitos, que foi o assunto dos Refis da Crise, por parte do Guido, e o assunto do Rebate Angola, por parte do Paulo Bernardo, ambos alinhados com Palocci. Aí nasceu, aí nasceu o saldo de 100, o saldo inicial de 114 milhões, de 50 e 64. A partir daí os valores eram implementados. A conta Italiano eu incrementei, o valor, perto da eleição de 2010 e, no caso do pós-Itália, o valor foi incrementado perto da eleição de 2014, mas aí esse incremento não teve uma conversa assim: “é relativo a esse pleito”, não teve. O que havia é o

seguinte: durante todo esse tempo, eu tive uma agenda ampla, ia continuar a ter, aí é aquela conversa: “olha, pô, você é um parceirasso, confia [aqui]”. Então, quer dizer, se criou uma expectativa deles e veio a demanda que, de certo modo, eu tinha que atender. Mas...

Orador não identificado: Qual a expectativa deles para a pós-Italiano?

Marcelo Odebrecht: O pós-Itália?

Orador não identificado: É.

Marcelo Odebrecht: Olha, na época, o Guido me sinalizou o seguinte: “eu vou precisar [aí]”, a gente estava chegando, a gente tinha consumido quase os 50 dele todo, eu [falei]: “Guido, aquele crédito que eu tinha com você, já está acabando”, “pô, Marcelo, mas você”, é aquela história: “pô, vocês são parceiros, vocês nunca ganharam tanto dinheiro. Pô, você sabe o quanto a gente ajuda vocês e tal”. Aí eu acabei com ele, em uma negociação, eles: “oh, precisa aumentar, vou ter expectativa aí de 100 milhões, certo?”. Eu já tinha internamente negociado com a OR o valor, acho que era 23 ou 27 milhões e com os 100 milhões eu negocieei com a Braskem, que era, aí era uma coisa... ele não... eu procurava, quero dizer o seguinte: fora desse assunto do Refis da Crise e do Rebate Angola, nem era do meu interesse dizer para ele como eu alocava internamente, por quê? Na verdade, eu queria que ele atendesse todas as nossas agendas e não especificamente...

Orador não identificado: Uma ou outra.

Marcelo Odebrecht: ...aquele que gerava. É. Entendeu?

Orador não identificado: Tá, mas assim, você tem condições de identificar todas as origens dos recursos nessa conta? Planilha? Né?

Marcelo Odebrecht: Sim, a origem...

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:16:15) determinada... determinado benefício obtido?

Marcelo Odebrecht: Não, o único que eu consigo identificar em relação a benefício obtido são os dois primeiros.

Orador não identificado: Os dois primeiros.

Marcelo Odebrecht: O Refis da Crise e o Rebate Angola.

Orador não identificado: Mas dá para fazer uma lista com os benefícios obtidos durante o período...

Marcelo Odebrecht: Não, aí eu tenho uma agenda enorme com ele, de vários pontos que eu coloquei, o seguinte: mas aí é aquela agenda difusa de...

Orador não identificado: Tá, é um pouco mais...

Marcelo Odebrecht: É, ou seja, faz parte de... toda agenda que eu tinha com eles e essa agenda gerava da parte deles uma expectativa também de demanda.

Orador não identificado: Algumas atendidas e outras não?

Marcelo Odebrecht: Algumas atendidas, outras não. Eu acho que o próprio... essas coisas, o próprio, o ministro acha que o próprio acesso que ele dá a você já é algo que justifique você ser... ser doador, entendeu?

Orador não identificado: Se nós fôssemos tentar identificar essas demandas atendidas, né, em que grupos nós podemos identificar essas demandas? Assim dentro... benefícios fiscais, Petrobrás, obras, etc., dá para fazer uma identificação nesse sentido?

Marcelo Odebrecht: Eu acho que não, eu acho que é mais a relação diferenciada, porque, inclusive, o que que acontece? O meu papel não é... eu não construía com o Guido oportunidades de negócio. Eu, em geral, levava para ele os problemas. É só pegar as minhas agendas com ele, é o seguinte: grande parte foi... financiamento. Tinha... a gente começava investimento, ou fazia uma... ganhava concessão baseado numa promessa de investimento. Aí depois os investimentos, os financiamentos travavam. Aí eu levava o pleito, exemplo, claro, por exemplo, uma coisa que ocupou muito o meu espaço: o financiamento para a Via dos Atletas e o Parque Olímpico. Quando a gente pegou o PPP, ou assumiu a Via dos Atletas a pedido do prefeito na época, eu procurei checar: "vai ter financiamento?". Aí eles garantem que tem. Aí depois criam todas as dificuldades do mundo. Então, é impressionante, porque a burocracia e o próprio governo criam as dificuldades, depois a nossa agenda fica uma agenda de pedir para eles resolverem dificuldades que eles criaram e criam expectativas de que a gente vai doar por conta disso. Quer dizer, é uma coisa de maluco. Então, eu não diria que teve, na relação com ele, um negócio, nenhum benefício, porque quem negociava os projetos tudo, no fundo, eram os negócios. Eles me acionavam quando eu tinha um problema. Então, normalmente eu levava para eles o problema. Exemplo claro, quer dizer, Arena Corinthians, o que que eu tratava com o

Guido? Os problemas para resolver, era o financiamento para destravar, era essas coisas.

Orador não identificado: Entendi. Como é que faz para diferenciar doação como oficial, você falou aí de doações oficiais, de doações extraoficiais, ou seja: para fazer a diferença entre legal e ilegal, propina e não propina? Nessa conta, como é que (ininteligível – 00:19:20)?

Marcelo Odebrecht: Olha, é que eu, eu até já tive a oportunidade de falar o seguinte: eu, na minha, pelo menos na minha... como é que a gente raciocinava era o seguinte: eu nunca achei que a ilegalidade, ou a ilicitude, dava... primeiro a gente achava, de certo modo, a gente convivia e achava natural o caixa dois. $\frac{3}{4}$ da campanha no Brasil, eu estimo que era caixa dois. Então, caixa dois virou um processo, quase um círculo vicioso, porque você tinha que fazer caixa dois, porque até por referência. Se você não podia ter um deputado, se ele quisesse, ou senador e governador, se ele quisesse colocar tudo oficial, ele ia ter uma [referência] muito grande. Então, muitas vezes, tinham candidatos, do ponto de vista, digamos assim, honestos, e que usavam caixa dois por uma questão dessa. E tinham candidatos desonestos, que recebiam, no caixa um, propina. Então, eu nunca olhei a licitude, tinha licitude eleitoral, mas a licitude do ponto de vista da origem do recurso, eu não acho que estava no caixa um ou no caixa dois, e sim da maneira com que foi combinado esse recurso. Então, por exemplo, esse dinheiro da... esse meu conta corrente aqui, uma parte dele saiu via caixa dois e saiu via caixa um. Quer dizer, muitas vezes, por exemplo, as doações oficiais eu fiz para a campanha 2014 da Dilma e as oficiais que eu fiz para o comitê do PT, que foi depois colocado na campanha dela. Elas saíram da conta Italiano, elas foram descontadas da conta Italiano. Do mesmo modo que os pagamentos que foram feitos por terceiros, que a gente usou, por exemplo, na campanha dela, a Itaipava, que era um fornecedor nosso, a gente usou, ele fez doação legal e a gente retribuiu. Então, do ponto de vista da candidatura foi uma doação oficial e que nós repassamos para eles. E teve também caixa dois através do João Santana. E tudo isso saiu da mesma origem de recursos. Então, eu não acho que... eu não consigo diferenciar a licitude da origem por ter sido caixa um ou caixa dois.

Orador não identificado: Ah não, essa... é justamente essa questão, né? Mas, me parece que foi o que tu falou assim: houve uma vantagem, houve um pedido para destravar determinado pleito, então a origem é comum em relação a isso. Se não houvesse esse pedido seu a Guido, etc., outros (ininteligível – 00:22:01) políticos,

estaria travado. Então, essa conta foi mantida para, justamente, destravar essa burocracia criada por eles.

Marcelo Odebrecht: No fundo, é mais do que isso. Quer dizer, como eu sempre tinha um crédito na minha mão, não é nem só promessa de, ou seja, o Guido chega para mim em 2013 e diz o seguinte: “Marcelo, eu vou precisar de mais 100 milhões para campanha”, aí eu sinalizo para ele que tá ok. A partir daí, veja bem, ele, como ministro, vai estar falando com alguém que prometeu a ele 100 milhões. É óbvio que ele vai me atender, porque ele sabe que eu vou ser um grande doador. Se de repente eu... nada impede de eu chegar lá e começar a encrencar, entendeu? Aliás, como até, algumas vezes, eu usava isso, entendeu? Por exemplo, tem nas minhas notas: quando eu cheguei na eleição de 2014, no primeiro semestre, a gente começou a ter vários problemas com Petrobrás. (Ininteligível – 00:23:10), aí entrou a Lava Jato, a Graça entrou e começou a [glosar], teve vários problemas. Eu chegava muitas vezes para ele e falava: “Guido, espera aí, pô, a gente é parceiro, estamos fazendo uma grande doação, você sabe que um dos maiores [doadores] é para você. Pô, ela vem lá e começa a [glosar] a gente, fazer isso e aquilo”. Então, é óbvio que o fato de eu ser esse grande doador gerava essa conversa. Nunca... o que não havia é aquela conversa foi em cima deste ou daquele pleito.

Orador não identificado: Tá, entendi. Está bem. [Não sei se a gente passou tudo].

Juiz: Marcelo, ficaram aqui alguns pontos, que eu gostaria que você esclarecesse, tá? Por exemplo, explicar como é que funcionava o recebimento de valores por parte de João Vaccari, tá? Como é que esses valores chegavam a João Santana e também a participação de [Edinho] Silva.

Marcelo Odebrecht: Tá. O Guido, a partir de 2011, quando ele começou a... ele pedir os pagamentos, fora a revista Brasileiro, o pedido dele era sempre: “ô Marcelo, o Vaccari está precisando”, normalmente, ele até falava assim, quando eu estava com ele, o Vaccari ele botava no papel e vê, aí mostrava assim: “está precisando”. E aí botava o valor. Aí, quando era Vaccari...

Juiz: Desculpa te interromper, esses papéis depois eram...

Marcelo Odebrecht: [Destruídos], no lixo, porque o seguinte, é interessante o seguinte: todo mundo no governo acho que tinha medo de ter grampo na própria sala ou que você estava grampeando ele. Então, de certo modo, sempre que falava, às vezes, o nome de uma pessoa, mesmo que não tivesse ilicitude, mas fosse algo, digamos assim, incômodo, falar o nome ou falar o valor, normalmente botava no papel e

mostrava para você. Então, o Vaccari, quando ele pedia um valor para o Vaccari, ele pedia: “oh, Vaccari está precisando”, eu via “está precisando” desse valor, quando era Vaccari, eu ligava pra Júnior, que era quem tinha relação com ele, e Júnior acertava com ele e descontava da planilha Italiano. É provável que muitos desses pagamentos para o Vaccari tenham sido até oficiais. A gente fez algumas contribuições ao PT todo ano, para fechar a conta mesmo do partido. Então é provável que esses valores tenham sido oficiais e que tenham sido descontados da planilha Italiano. Outros podem ter sido por fora, por uma necessidade que o pessoal tinha. E ele, às vezes, me pedia para João Santana. Em geral, ou ele me pediu para algum, eu não lembro de ele ter pedido em 2011 para despesas de campanha de 2010. Eu não me lembro dele ter pedido para despesa. Então, o que eu me lembro de ele ter pedido para João Santana, foi o Haddad. Ele pediu para campanha do Haddad, porque fechou com um buraco lá. Aí eu fiquei em dúvida quanto ao valor, foi de 15 a 40 milhões, que foi descontado. E sim, ele começou a pedir próximo da eleição de 2014 para João Santana. João Santana ligava para Hilberto, que era quem tinha o contato, e falei: “Hilberto, avisa João Santana que ele tem já esse crédito com a gente”. O pagamento efetivamente podia se dar até e o Hilberto me dizia que era, às vezes se dava meses depois, porque ele tinha que combinar com João Santana como era a forma. E algum desses pagamentos podia até ser de forma oficial, dava para o PT e o PT pagava, pronto. Isso funcionou, João Santana e Vaccari até, mais ou menos, maio de 2014. Aí, em maio de 2014, aproximadamente, o Guido veio e falou para mim: “oh, Marcelo, ela, a presidenta, disse que daqui para frente, não é pra mandar mais nada para o Vaccari, todos os seus... todos os seus recursos vão para João Santana”, para campanha dela.

Orador não identificado: Ela explicou por que que não era para dar mais nada pra Vaccari?

Marcelo Odebrecht: Porque a campanha dela... primeiro, acho que ela nunca gostou muito do... nunca se deu muito bem com o Vaccari.

Orador não identificado: Ela falou isso com você ou não?

Marcelo Odebrecht: Não, mas ficava claro em algumas coisas. Veja bem, a Dilma, ela nunca teve a preocupação com o PT, que o Lula tinha. Então, na verdade, ela está preocupada com a campanha dela, se tinha dinheiro para campanha dela, não a campanha do PT. Na época, por exemplo, do Palocci e do Lula, em 2010, você via uma preocupação de que tanto tivesse dinheiro para campanha de Lula, quanto do PT. Você via uma preocupação, na época da campanha de 2010, do PT, não existia muita diferença entre resolver o assunto da campanha [presidencial e resolver]. Na

campanha de 2014 ficou claro que uma coisa é resolver o problema financeiro da campanha da presidente, outra coisa é resolver o problema do PT e dos outros partidos. E aí, essa definição, a partir daí todos os recursos da planilha, todos os recursos que eu tinha com o Guido, foram direcionados para o João... continuavam a ser para o João Santana ou via Edinho. Quando era via Edinho, quem operacionalizava isso, quem fechava isso, era o Alexandrino que se reunia, eu me reunia algumas vezes, por exemplo, eu terminava... o Edinho sabia que com a gente... ele não pedia nada diretamente, ele sabia que para pedir à gente, ele tinha que alinhar com o Guido. E ele sabia também que a gente bancava o João Santana, mas não sabia... porque ele mesmo dizia: “Marcelo, essa é uma conversa que só você, ela e Guido sabem. Eu sei eu vocês...”

Orador não identificado: Ela, a Dilma?

Marcelo Odebrecht: Não. É, ela, a Dilma. Então o Edinho falava: “oh, eu sei que vocês aí têm um acerto com Guido e com ela para resolver o assunto de João Santana e eles não me envolvem nisso”. Então, ele não tinha essa informação deles. Eu até procurava: “oh, Edinho, você está sabendo que eu estou doando aqui pouco”, entre aspas, “pouco para você, mas eu tenho esse compromisso lá com eles”. Então, o Edinho sabia. Então o Edinho não pedia dinheiro para gente, quando ele precisava de recurso, ele ia no Guido e o Guido autorizava. Tanto é assim, que quando ele sinalizava que precisava, eu falei: “Edinho”, aí ele... eu tinha uma reunião com o Guido antes, o Guido confirmava e aí depois eu ia estar com Edinho e Alexandrino para dizer: “olha, o Guido autorizou”. Então, com essa questão na campanha de 2014, então eu tinha reuniões com o Edinho e Alexandrino antes ou depois da minha reunião com o Guido. Muitas vezes eu saía da reunião dele, do Banco do Brasil, e me reunia com o Edinho no lobby do [Renascença], que é ali perto. Ou ele ia lá em casa, ou ia no escritório. Geralmente um ou dois dias depois, ou até no mesmo dia. E para campanha de 2014 teve então a doação oficial, que, se eu não me engano, foi 5 milhões no primeiro turno e 2 milhões no segundo turno, que saiu dessa conta. Teve uma doação que a gente fez de uns 5 milhões para o comitê do PT, que depois foi para campanha dela, já combinado com o Edinho. Teve também, aí teve um outro... e tinha as doações para João Santana. Aí os pagamentos por fora para o João Santana. Teve um momento em que começou a ter problema, porque eu não conseguia gerar caixa dois, as dificuldades, porque a Lava Jato já tinha começado, e eu já tinha batido no limite de doação oficial, que eu tinha estabelecido para ter uma referência: ela e o Aécio. Nesse momento criou um impasse. O Guido sabia que tinha um crédito com a gente, eu reconhecia que eu tinha um crédito com ele, mas eu não tinha como pegar.

Aí é que veio, surgiu, quem salvou a gente na época foram os fornecedores, principalmente a Itaipava, que viabilizou uns pagamentos, acho que grandes, eu não sei precisar exatamente o valor, mas com certeza deve ter registro do pessoal. Foi da ordem acho que de 20 a 50 milhões, talvez, que foram feitos de maneira oficial e nós repassamos via caixa dois para esse pessoal. Aí deu fôlego, ou seja, eu consegui cumprir meu compromisso que eu tinha com eles no crédito.

Juiz: Isso foi quando?

Marcelo Odebrecht: Entre... acho que esse... agosto, setembro, outubro. Deve ter sido mais ou menos nesse período.

Juiz: De 14?

Marcelo Odebrecht: De 14.

Orador não identificado: Teve um [Anexo] específico de Itaipava, Walter Faria?

Marcelo Odebrecht: Eu comento ele, que ele foi um dos fornecedores. Eu não tenho Anexo específico, mas eu comento sobre ele...

Orador não identificado: Nesse aqui?

Marcelo Odebrecht: Não nesse... eu acho que eu comento, acho que eu comento mais para frente.

Orador não identificado: Tá, então a gente volta, mais à frente, sobre o Walter Faria e Itaipava. Como é que era... obviamente que a doação oficial [representava pelo] sistema financeiro, né? Como é que funcionava as doações oficiais e as doações não oficiais? Como é que se operacionalizava isso? Como é que se criava o caixa dois e como é que se fazia a entrega do dinheiro.

Marcelo Odebrecht: A gente tem um Anexo específico...

Orador não identificado: Tem?

Marcelo Odebrecht: ...sobre questão de distribuição e geração.

Orador não identificado: Tá.

Marcelo Odebrecht: Que aí vale para todos.

Juiz: Eu queria que também explicasse, Marcelo, por favor, ele falou que além da colaboração para campanha presidencial, que teve pedidos para candidaturas específicas. Poderia falar sobre elas?

Marcelo Odebrecht: É, esses, eu nem... a única que eu me lembro mais forte é a Gleisi, por causa da figura do Paulo Roberto, está certo? Mas eu sei que teve, aí o pessoal eu já consigo identificar, porque eles foram lá no sistema e identificaram que tinha um pagamento do Marco Maia, que foi autorizado por mim. Como o único pagamento que eu autorizaria era da conta Italiano, então deve ter sido daí. Marco Maia, como é um candidato do PT relevante, eu imagino que deve ter [tido] autorização. Mas, havia sim, como eu falei, a questão do Tião Viana, havia às vezes pedidos de pessoas relevantes do PT aos quais não interessava a nenhum negócio atender, porque não tinha relação, porque a pessoa não agregava e, de certo modo, o que as pessoas diziam era o seguinte: “vá lá e consiga abater do valor global que o Marcelo tem com o PT”. Aí as pessoas buscavam autorização e aí eu nem me... por isso que eu nem decoro, simplesmente vem a autorização. Às vezes, nem passava por mim. Podia ter vindo e avisava. Se tinha autorização para descontar da planilha, eu não questionava.

Juiz: E como é que era essa autorização? Tinha contato com o Guido ou...

Marcelo Odebrecht: Olha, não, não...

Juiz: ...[o interlocutor] só chegava e realizava?

Marcelo Odebrecht: Essa autorização pode ter vindo por Júnior, falando para o Hilberto, pode ter vindo o Edinho, Alexandrino autorizando. Pode ter vindo de várias maneiras. Agora, de certo modo, eu, em algum momento, devo ter falando: “oh, Guido, tem um pedido aí de 10, 20 milhões, está alinhado com... veio esse pedido do Vaccari, veio esse pedido do Edinho, veio esse pedido... está ok?”. Ou seja, esse pedido, ele nascia, com certeza, ou do Edinho ou do Vaccari, se fosse do Vaccari passava para o Júnior, se fosse do Edinho, passava para o Alexandrino. E, muitas vezes, chegava para mim o seguinte: “oh, tem um pedido de 10 milhões, 5 milhões para...”, porque também, a presidenta, em algum determinado momento, as pessoas começaram a forçar ela para também ajudar as outras campanhas. Então, as outras campanhas estavam com dificuldade e ela é quem tinha acesso, porque aquilo que ela fez com a gente de concentrar a nossa doação na campanha dela, esvaziou todo mundo. Então, eu me lembro que em um determinado momento, agosto, setembro, começou a vir demandas para gente doar. Então, ou essa demanda veio do Vaccari e foi para o Júnior, ou veio do Edinho e foi para o Alexandrino, e aí a gente fez e descontou da planilha Italiano, algo como 5, 10 milhões. Nesses 5 a 10 milhões, eu não sei precisar quais foram os candidatos. Eu me lembro da Gleici, porque é a figura, mas a gente descobriu no sistema que tem outros candidatos, que foram debitados da conta

Italiano. Um deles parece que foi o Marco Maia. Se foi Marco Maia, veio do Edinho ou veio do Vaccari.

Orador não identificado: Do Vaccari. Quem é que fazia o controle do outro lado da planilha?

Marcelo Odebrecht: Eu acho que... não acho que tinha, porque, na verdade, eu não sei. Eu, às vezes, eu me lembro que para... eu, às vezes, eu mostrava para ele o saldo, eu não mostrava essa abertura.

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:35:46).

Marcelo Odebrecht: Não, para o Palocci e para o Guido, eu mostrava para eles assim, o seguinte: “oh, está aqui”. Eu não mostrava as fontes. Quando eu levava para ele uma planilha e mostrava, eu não mostrava as fontes, porque não era interesse mostrar para [Guido] da onde é que vinha o dinheiro, mas eu mostrava: “oh, lembra... a gente fez todos esses pagamentos, tem o saldo do crédito aqui, que eu combinei com você esse valor”, tá? Era isso. Nunca houve essa... essa questão dessa conta, entendeu?

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:36:13), mas alguém sabia quanto tinha de crédito, quem controlava...

Marcelo Odebrecht: Não, eu não acho... porque o seguinte: nunca faltou.

Orador não identificado: Nunca faltou.

Marcelo Odebrecht: Eu não acho que... nunca faltou. Eu acho que nunca foi assim uma coisa amiúde, entendeu? Eu tinha mais o controle... o controle era mais meu, do que se um dia precisasse estressar: “pô, eu tinha combinado isso aqui com vocês, vocês já gastaram tudo isso”. Mas, na verdade, a gente nunca chegou ao ponto de eu ter que explicar ou justificar, entendeu?

Orador não identificado: Sim, mas alguém sabia o crédito mais ou menos, o Guido ou o Palocci, na época de cada um.

Marcelo Odebrecht: Sabiam. O Guido sabia que tinha 50, depois ele sabia que eu tinha combinado com ele algo na ordem de 100 milhões. O Palocci sabia que tinha 64, depois 50, depois 12. Ele sabia.

Orador não identificado: Tá.

Juiz: Os senhores têm algum acréscimo a fazer?

Oradores: Não, não.

Juiz: Então eu dou por encerrado o depoimento número 16, que presta Marcelo Bahia Odebrecht.

...

Fim da gravação.

Gravação TC 17 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:21:33

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ähn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 17, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, aqui presente, e acompanhado de seus advogados Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo, eu peço que tu confirmes se esses são os teus defensores, por ti nomeados, e ainda se tu comparece aqui de forma espontânea e voluntária para contribuir com o Ministério Público no processo de colaboração premiada, celebrado com base na Lei 12.850 de 2013. E ainda se tu tens conhecimento de que os teus benefícios dependem da qualidade da tua contribuição, depoimento, [membros e elementos] que vão ser entregues.

Marcelo Odebrecht: Eles são meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Por favor, Marcelo, eu queria que tu falasse a respeito do Anexo número 6.1.1, Crédito BRK, crédito ao PT e Governo Federal, pela aprovação da MP 613 de 2013, ReiQ, pagamentos a parlamentares para conversação da MP 613/13 em lei.

Marcelo Odebrecht: Com o Guido, a única contrapartida específica que eu tinha alinhado em função do pleito, foi a questão do Refis da Crise. Aí quando chegou perto de 2014, ele sinalizou que tinha uma expectativa de uns 100 milhões para esse ano de 2014, tá? E aí internamente... ou seja, o Guido não sabe que esse crédito veio da onde veio – que empresa bancou ou qual foi – mas, internamente, esse crédito... eu combinei internamente e a gente alocou a Braskem, até porque, na época, a campanha Eduardo Campos e a construtora já tinha gasto quase 50 milhões... não era

na campanha, era em um problema que eu formalizei, um problema que ele teve lá com um presídio, onde a construtora já tinha bancado isso, e já estava também o compromisso da campanha do Aécio, estava na área da construtora. Então aí foi uma divisão interna e a Braskem assumiu esse compromisso dos 100. E, internamente, a gente alocou ao ReiQ, porque esse era o nosso hábito, quer dizer, tudo que era pagamento, seja ilícito, seja lícito, de qualquer maneira, a gente sempre alocava ao Centro de Resultado. E no caso era o ReiQ, por quê? Porque o ReiQ foi, de fato, algo importante para a sobrevivência da Braskem na época, foi um valor significativo e foi uma interface muito grande com o governo. Quer dizer, tanto do ponto de vista de ministro... foi um envolvimento... o ReiQ foi o último daqueles pacotes de desoneração que houve. Quer dizer, começou a ter os pacotes na organização para vários setores, a Braskem já estava negociando com a equipe técnica da Fazenda, equipe técnica do (ininteligível – 00:02:56), mas começou a haver uma pressão na mídia para acabar com essas questões dos pacotes de desoneração. Então, quer dizer, no fundo, tinha embasamento técnico? Tinha. Tinha justificativa e necessidade de ter o ReiQ? Tinha. Mas não tinha saído se não tivesse um apoio político. E provavelmente também se eu não tivesse todo esse acesso, essa interface, ficasse lá fazendo pressão, é provável que (ininteligível – 00:03:22). Então justificava que, internamente, esse assunto bancasse a campanha presidencial.

Juiz: Desculpa, Marcelo. Tu poderia só explicar um pouquinho melhor por que esse projeto era importante para a Braskem? Qual era a razão da Braskem estar com dificuldade naquele momento e por que ela precisava resolver [esse problema]?

Marcelo Odebrecht: O grande problema, na época, era o [shale gas]. A gente tinha a petroquímica brasileira baseada em nafta, certo? Era um contrato... e o [shale gas] veio e praticamente destruiu a competitividade da petroquímica baseada em nafta. O nosso contrato com a Petrobrás, àquela época, se identificou inviável. Só que quando eu assumi no conselho da Braskem, em 2009, eu tomei uma posição que é o seguinte: a Petrobrás está sentada no conselho, ela é minha principal sócia... a principal interface da Braskem é com a Petrobrás na negociação da matéria prima. Só que não adianta a gente ficar brigando, a Braskem ficar brigando com a Petrobrás pelo contrato não adianta. Então eu tomei o partido de que lá dentro, e eu avisava para os conselheiros da Petrobrás, assim: “eu não vou ficar incentivando brigas com a Petrobrás sobre matéria prima. Vamos tentar buscar da desoneração fiscal”. Ou seja, é uma maneira de unir a agenda. Porque eu sabia o seguinte: por mais relação que eu tivesse, seja com o Guido, seja com a Dilma, a Graça tinha muito mais do que eu. Então não adiantava. Se eu fosse brigar lá para tentar melhorar o contrato de matéria

prima com a Petrobrás, eu sempre ia perder. Então o que eu fazia: “vamos juntos”. A única maneira que eu tinha de ter o consenso entre Petrobrás e Odebrecht, para ir junto brigar por uma redução de custos da matéria prima na Braskem, era desoneração fiscal. Como estava tendo várias desonerações fiscais, nós embasamos tecnicamente a questão da desoneração fiscal. Essa desoneração fiscal da Braskem... é importante dizer o seguinte: a Braskem é o primeiro elo da cadeia. Então não era necessariamente só para a Braskem – a Braskem recebia esse benefício e uma parte desse benefício era repassado para a cadeia. Até porque a cadeia toda sabia. A negociação, inclusive, não se dava só com a Braskem, se dava com a ABIQUIM. E os clientes sabiam quando a gente ia receber essa desoneração fiscal, que uma parte... eles também cobravam redução do preço deles. Então no fundo toda a cadeia petroquímica se beneficiou dessa desoneração fiscal. Agora, a Braskem é, digamos assim, o primeiro nome, era a que mais estava à frente, mas a ABIQUIM estava junto com a Braskem. Então tinha embasamento técnico, tinha legitimidade, mas é aquela história: também você tem vários projetos no Brasil que tem legitimidade, que tem embasamento técnico, mas se você não tem acesso ao rei, você não consegue aprovar. Então é difícil precisar se com todo embasamento técnico, com todas as justificativas que haviam para sair o ReiQ, se ele ia sair se a gente também não tivesse o acesso que tinha para fazer esses nossos pedidos. Então essa questão é difícil. Você acaba não sabendo se você teve aquilo aprovado porque tinha embasamento, tinha legitimidade, ou porque você tinha acesso ao poder, que no fundo era porque você era grande doador. O ReiQ, por exemplo, eu lembro o seguinte: os pacotes estavam acabando, então... na mesma época foi negociado o pacote de etanol. O pacote de etanol era um pacote que tinha muito mais pessoas envolvidas, porque aí a Odebrecht, a industrial, é uma parte do setor, pequena. Nós éramos segundo ou terceiro [play], mas vários [players] – a [Unica] estava na frente. Então, por exemplo, o pacote de etanol não tinha a cara da Odebrecht. O ReiQ tinha, porque era a Braskem, a Braskem era a que mostrava a figura. Então, por exemplo, o pacote de etanol era uma coisa mais difusa. Então veja como as coisas funcionavam: teve uma reunião lá no Palácio do Planalto com representantes do setor agroindustrial, [eu me lembro do] Guido, a Presidente, para falar do pacote do etanol. Terminada essa reunião, ficou definido que o pacote de etanol seria anunciado no dia seguinte. A essa altura do campeonato, eu sabia que a pressão estava grande e talvez se fosse o último anúncio. Aí quando terminou a reunião, eu cheguei para o Guido e falei assim: “Guido, veja bem, se você vai anunciar o pacote de etanol, o ReiQ já está mais do que discutido com as equipes técnicas, já está mais do que provado. Anuncia junto, porque se não anunciar junto, vai ter bombardeio em cima do pacote de etanol, mais a

desoneração, e depois vai ficar mais difícil”. E aí foi anunciado junto. Mas, veja bem, o pacote era legítimo, se justificava. Agora, será que ele teria sido aprovado se eu não tivesse esse acesso? Quer dizer, é uma coisa difícil de dizer.

Juiz: Mas esse pacote ficou vinculado a uma contribuição? Ele ficou...

Marcelo Odebrecht: Não, não ficou. Ele não ficou, ele nunca... é aquela história: fora a questão do Refis da Crise, eu nunca mais acertei nenhuma contrapartida com o Guido. Mas é aquela história: ele sabia que eu era um grande doador, ele sabia que eu [ia], e a partir do momento que eu estive com ele, começou. Eu tinha acesso a ele. Quando eu pedir para ele para aprovar o ReiQ, ele sabia que ele estava falando com um grande doador, ele sabia que ele estava falando com alguém que recorria, ele sabia que ele falava com alguém que dava dinheiro a João Santana.

Juiz: O fato de anunciar e aprovar o pacote junto com o etanol é porque ele já sabia o que ia receber em troca. É isso que você está querendo dizer?

Marcelo Odebrecht: Eu não sei se ele sabia o que ia receber em troca daquele pacote, mas ele sabia...

Juiz: No geral, na conta geral...

Marcelo Odebrecht: Ele sabia que ia ter sempre em mim... ou seja, ele sabia que se lá na frente eu não concordasse com o valor, ele sempre podia voltar lá e dizer: “pô, mas aquele pacote foi importante para vocês. Pô, ajudei”. É aquela história: você acaba não precisando... ele com certeza não precisava usar o argumento, eu não precisava usar, mas ficava... é aquela história, sabe: você tem o argumento, mas não precisa nem usar ele.

Juiz: Entendi. Mas a Braskem era o primeiro elo dessa indústria química, né?

Marcelo Odebrecht: É.

Juiz: Ela era, acredito, que a única compradora do...

Marcelo Odebrecht: Exatamente. Ela era a única compradora. Então o benefício ia primeiro para ela e aí ela repassava uma parte do benefício para a cadeia.

Juiz: Para a cadeia. Mas era a principal...

Marcelo Odebrecht: Ela era a que recebia o benefício. Ela tinha, obviamente, que repassar, porque essa negociação se deu... para ter todo esse embasamento, para ter todo... você mobilizou toda a associação do setor, a ABIQUIM.

Juiz: Uhum. Tá. E aí então foi editada uma medida provisória para regular esse benefício.

Marcelo Odebrecht: É. E aí como toda medida provisória, é aquele problema: sempre havia buracos. Você aprovava uma coisa no Ministério da Fazenda, aí ia para o Congresso. No Congresso, quando o pessoal percebia que tinha um interesse das empresas por trás, você sempre tinha... eu lembro o seguinte: Cláudio sempre usava esse termo, que era “tinha que assumir compromisso”. Ele nunca me detalhou que tipo de compromisso, mas ficava claro que quanto mais você pedia a determinados congressistas – e no caso, como Cláudio sempre dizia, no Senado, em geral, quem coordenada era o Jucá. E (ininteligível – 00:11:21) lá na frente como era que funcionava isso, mas era claro que ele dizia: “olha, tinha que assumir compromisso”. Eu geral eu dizia: “olha, então acerte com os negócios que são beneficiários da determinada medida, porque mesmo que o compromisso que o Cláudio mencionava não tivesse sido acertado explicitamente na hora, é óbvio que se um deputado ou senador atuou em favor de determinada medida provisória, mesmo que ele não tenha dito que demandaria um recurso por conta daquela medida, criou expectativa. E lá na frente ele ia cobrar. Então eu dizia sempre para Cláudio: “Cláudio, cuidado, porque veja bem: você começa a usar, por exemplo, o Jucá. Mesmo que você não acerte com o Jucá que são 4 milhões por conta dessa medida provisória, aí você cria (ininteligível – 00:12:16) e lá na frente ele vai pedir um valor absurdo para campanha e aí não vai aparecer ninguém para pagar. Então já alinhe, já autorize com os negócios que são beneficiários de cada medida aprovada no Congresso uma expectativa que esses negócios vão bancar lá na frente em relação à candidatura.

Juiz: Tá.

Orador não identificado: Então esses 100 milhões (ininteligível – 00:12:39) em razão do pleito (ininteligível – 00:12:41) interesse da Braskem de Sergipe, como forma de garantir (ininteligível – 00:12:46).

Marcelo Odebrecht: Isso, foi na minha conversa com a Braskem. Quer dizer, com a Braskem a gente combinou eles que assumiriam isso, por conta também da questão que a construtora já estava bancando a campanha. Mas eu nunca explicitiei isso ao Guido. Nem precisou, entendeu?

Orador não identificado: Tá. Aí também tem: colaborador (ininteligível – 00:13:18).

Marcelo Odebrecht: É o que eu digo, aquela história: eu não precisava explicitar, mas esse momento da negociação do ReiQ coincidiu também com um momento em que o Guido [estava e disse]: “olha, Marcelo, eu tenho expectativa de tal valor”. Por isso que esses 100 milhões eu aloquei, porque a essa altura do campeonato já tinha acabado os 50 milhões. E ele já estava me dizendo: “olha, Marcelo, tenho expectativa para a campanha”...

Orador não identificado: Mas ele não deu números?

Marcelo Odebrecht: Não, ele me disse que tinha uma expectativa de 100 milhões.

Orador não identificado: Ah, ele...

Marcelo Odebrecht: Por isso que eu aloquei 100 milhões aqui.

Orador não identificado: Ah, ele disse então? O Mantega disse que tinha expectativa de 100 milhões...

Marcelo Odebrecht: É, porque veja bem o que aconteceu: quando foi do Refis da Crise, ele pediu a contrapartida de 50 milhões para a campanha de 2010, mas que ele acabou não usando e só começou a usar a partir de 2011. Então quando ele começou a usar... quando o Palocci saiu ele começou a usar por conta dos 50 milhões. Quando chegou perto da campanha de 2014, não sei precisar quando, os 50 milhões já tinham ido embora. Aí ele me disse: “oh, Marcelo, você sabe o seguinte: a campanha está se aproximando, tá? Eu tenho uma expectativa de uns 100 milhões aí de vocês”.

Orador não identificado: Tá, mas em que momento ele falou dessa expectativa? Lá no momento em que vocês estavam negociando...

Marcelo Odebrecht: Não, em algum momento, sabe. Se olhar minha agenda com ele... a minha agenda com o Guido nunca foi, assim, isso em troca disso – fora a questão do Refis da Crise. Você olha o seguinte: eu tinha uma agenda com ele que eu levava minhas demandas, as necessidades que tinha, os pleitos dos negócios. Aí na mesma agenda, ele pedia assim: “oh, Marcelo, resolve esse assunto aí para João Santana, resolva para o [Vaccari]”. Ou podia ser o contrário: eu recebia uma ligação para estar com ele na segunda-feira, ou na sexta, para ele me pedir uma coisa. Aí ele me pedia isso e eu emendava meus pleitos, entendeu?

Orador não identificado: Tá. Se o ReiQ não tivesse saído, os 100 milhões teriam saído igual?

Marcelo Odebrecht: É provável que eu tivesse chiado mais. Quer dizer, é provável que se eu não tivesse... naquela época a gente tinha tantos outros problemas que ele não estava resolvendo, que se o ReiQ não tivesse saído, é provável que ele tivesse ficado em dificuldade, não tivesse dado esse valor de 100 milhões. É provável. É difícil... eu acho que com o tamanho dos problemas que a gente tinha na época com o governo e ele não estava resolvendo, eu acho que provavelmente sem o ReiQ eu não teria aceitado os 100 milhões não.

Orador não identificado: [Está vendo]?

Juiz: Marcelo...

Marcelo Odebrecht: Até por isso a justificativa nossa de alocar esse assunto à Braskem. É difícil... eu acho que eu não teria aceitado os 100 milhões.

Juiz: Marcelo, eu queria que tu explicasses quem na Braskem era o responsável por essa negociação, foi o responsável. Tu falaste do Cláudio Melo Filho...

Marcelo Odebrecht: Olha, as intervenções no Congresso, todas as negociações no Congresso, eram conduzidas por Cláudio. Ele buscava autorização dos negócios, do respectivo executivo, que na empresa estivesse encarregado dessa negociação. Podia ser um LE ou um diretor específico da área, eu não sei precisar. O Cláudio com certeza sabe quem autorizou ele. Isso é fácil perceber, porque era o seguinte: quem pagou... na nossa cultura, quem paga autoriza. Então provavelmente lá no sistema hoje, deve ter de onde saiu o dinheiro para pagar tal deputado, tal senador. Quem pagou foi quem autorizou.

Juiz: Tá. Tu falaste aqui deputado e senador. No processamento dessa medida provisória no Congresso, teve alguma dificuldade? Algum problema? Alguém criou alguma situação?

Marcelo Odebrecht: Eu não sei precisar se há problema. Algumas vezes...

Juiz: Tá, porque tu referes no Anexo, desculpa te interromper, que tu avisaste a Guido Mantega que ele deixou muita coisa [para ser resolvida no Congresso] e isso gerou uma [série] de demandas.

Marcelo Odebrecht: Ah, sim, pronto, perfeito. O que acontece é o seguinte: eu não sei precisar cada medida específica. O que acontece é o seguinte: em algumas medidas as coisas, um detalhe, uma [especificação] ou outra, saíam da Fazenda meio desarrumadas, meio dúbia, que podia gerar questão. Então no Congresso, você ia e ajustava algumas coisas, entendeu? Alinhava com a Fazenda. Mas na hora que você pedia isso aí, o deputado ou senador sempre criavam expectativa. Então, no fundo teve... e tinha casos que eu me lembro o seguinte: a Fazenda para não se desgastar, ela deixava que as coisas fossem ajustadas no Congresso. No caso específico então, teve muita coisa que foi. E eu me lembro disso aí, porque... inclusive eu tenho um e-mail que eu estava indo para uma reunião com o Guido, por isso que essa nota... depois eu recuperei por causa... essa nota foi decorrente de um e-mail que eu mandei para Cláudio, antes de ir para um encontro com o Guido, onde eu dizia assim: "Cláudio, a festa do agronegócio, do pacote de etanol e ReiQ, teve custo da festa na casa?". Aí ele falou: "sim". Aí ele me falou "sim" e eu não procurei nem saber. Eu até pedi para ele: "oh, me informe depois", mas eu não me lembro o que era. Mas eu cheguei para o Guido e falei: "oh, Guido, teve custo". Até é uma forma também de dizer o seguinte: "você não fez tudo que devia fazer, então deixou problema". É mais também uma negociação minha para ele não supervalorizar o que ele fez para a gente.

Juiz: E aí esse custo era compensado de alguma forma?

Marcelo Odebrecht: Não. Isso, na verdade, era uma maneira minha de ele não fica supervalorizando as coisas. Então eu disse que tinha custos. Então era uma maneira de desvalorizar um pouquinho o esforço dele. Era parte da negociação de expectativas.

Orador não identificado: [Não teve custo ou teve custo]?

Marcelo Odebrecht: Aparentemente teve, teve custos, teve custos. Esse custo eu não sei informar. Esse é com o Guido. As intervenções no Congresso e as negociações no Congresso...

Orador não identificado: [Era do Cláudio].

Marcelo Odebrecht: O Cláudio fazia, mas ele buscava autorização do empresário do negócio que estava responsável por comprar determinada medida provisória. Aí cada um caso é um caso, pode ser um diretor específico ou um LE que autorizava. Mas aí ele vai poder dizer quem era que autorizava cada coisa específica.

Juiz: Mais alguma coisa?

Orador não identificado: Não.

Juiz: Os senhores têm algum acréscimo?

Oradora não identificada: Não.

Marcelo Odebrecht: Entendeu? E o que diz o seguinte: em vários momentos ele dizer para mim “oh, Marcelo, teve compromisso”. Eu dizia: “oh, da minha parte, você só alinhe com... se tem compromisso que você está assumindo, alinhe como negócio”. Quer dizer, apesar de eu não autorizar o pagamento específico, muitas vezes sabia do pagamento, sabia que tinham muitos compromissos que estava sendo assumidos.

Orador não identificado: Tá. Quem que gerenciava esse custo? Tinha a gerência (ininteligível – 00:20:20), quem é que gerenciava dentro da empresa?

Marcelo Odebrecht: Aí cada negócio o seu. Lá é o seguinte: para você fazer um pagamento... nós eramos extremamente descentralizados, cada um tinha um Centro de Resultado. O que tinha Centro de Resultado pode ser um contrato, ou qualquer tipo de negócio era um Centro de Resultado. Então os pagamentos, seja lícito, seja ilícito, de qualquer natureza, eles tinham que ser aprovados pelos responsáveis pelo Centro de Resultados. E o responsável pelo Centro de Resultados podia aprovar. Então eu, por exemplo, o que eu aprovava era basicamente referente à campanha presidencial. Eu tinha... a campanha presidencial era comigo. Tudo referente à campanha presidencial era aprovado por mim. As outras campanhas, eu comento lá na frente, eu não...

Orador não identificada: Vai para cada (ininteligível – 00:21:11)...

Marcelo Odebrecht: Aí eu acho... tem um Anexo que eu comento mais, porque aí tem uma dinâmica própria.

Orador não identificado: No Congresso era Cláudio?

Marcelo Odebrecht: Não necessariamente. Por isso que eu digo, tem uma dinâmica própria. E aí eu tenho um Anexo lá na frente que eu elaboro mais isso.

Juiz: Dou por encerrado depoimento número 17, do Marcelo Odebrecht.

...

Fim da gravação.

Gravação TC 19 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:19:26

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ähn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 19, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, aqui presente, e acompanhado de seus defensores Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo, eu peço que tu confirmes que esses são os teus defensores e ainda que tu estás aqui de forma voluntária para colaborar com o Ministério Público a partir de acordo celebrado com base na Lei 12.850. E ainda se tu tens ciência de que os elementos que tu entregares [no seu depoimento, servirão] de base para os benefícios que tu vais obter.

Marcelo Odebrecht: Eles são meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Por favor, Marcelo, eu queria que tu falasse sobre o Anexo 6.2.1, [Feira], Pagamentos a João Santana a pedido do PT, com recursos do caixa dois. Por favor.

Marcelo Odebrecht: Esse era um codinome, Feira, que era usado... quem criou ele foi o Hilberto Silva. Eu imagino porque o Feira... o João Santana, Feira de Santana, então por causa desse município da Bahia, então ele tinha o nome de Feira. Eu, no meu caso, muitas vezes eu também usava referência a Feira para campanha presidencial dela. Quando eu mencionar... por quê? Porque, na prática, a grande parte dos nossos recursos para a campanha presidencial dela era para Feira. Então, para mim, Feira e campanha presidencial era quase a mesma coisa. Esse assunto... sempre ficou claro para mim que tanto dentro do PT, quanto a Dilma, Palocci, Guido, sabiam que a maior parte dos nossos recursos – meu, pelo menos, que eu controlava – iam ser direcionados para a Feira. Ou seja, ele tinha um valor lá que ele recebia oficialmente, mas a grande parte, que era por fora, era direcionado por nós. E nós também... alguns recursos que ele recebia por dentro, era (ininteligível – 00:02:01) nas nossas contribuições, quer dizer, quando ele dizia: “bota 5”, muitas vezes (ininteligível –

00:02:06). 5 entrava na conta do PT, na campanha dela, e já saía para ele. Então havia... ou seja, esses recursos nossos eram direcionados. Até por isso eles pediam para a gente dar o conforto, quer dizer, uma preocupação de todo marqueteiro é quando começa a campanha, depois no final não ficar com a dívida, então muitas vezes meus interlocutores, quer dizer, o Guido e o Palocci, pediam: “oh, dê o conforto para o João Santana, que ele vai ter o recurso que eu já combinei com você”. E a gente dava esse conforto a ele.

Juiz: Desculpa te interromper, mas eu queria só esclarecer um aspecto aqui: tu chegaste a falar com o Santana – o João ou a Mônica – para discutir valores?

Marcelo Odebrecht: Não.

Juiz: Ou só estabeleceu esse ciclo, esse fluxo?

Marcelo Odebrecht: Eu não conhecia o João. Eu tive um encontro com o João. Se eu não me engano foi em um evento do Itamaraty – evento público, só cumprimentei ele. Eu vim a conhecer ele preso. Mônica Moura eu também não conhecia, eu vim a conhecê-la em uma festa de amigos em comuns, assim, e depois eu tive uma conversa com ela, que eu menciono na frente, já em maio, já no início de 2014... não, desculpe, final de 2014, início de 2015. Aí eu menciono mais à frente. A relação que a gente tinha era, basicamente... quem tinha a relação era Hilberto, que eu acho que depois até ele a apresentou para o Fernando ou para o Luís. Mas eles simplesmente recebiam... nunca veio, da parte de João Santana para o Hilberto, ou qualquer outro, qualquer demanda. O que vinha sim... se eles tinham alguma necessidade, eles pediriam ao Guido, ou à Dilma, e aí vinha o pedido do Guido ou da Dilma. Então nunca veio nenhum pedido da parte de lá. O que vinha era uma orientação: “olha, pague 20 ou 30 milhões para João. Acerte com ele lá”. Agora, é importante entender que além desse crédito comigo, quer dizer, por conta da campanha dela, no decorrer do tempo e também porque aquele [é o Salvador], tá, mas ele teve alguns pagamentos que eu não me envolvi, que não tem nada a ver com a planilha Italiano, mas ele teve algumas campanhas presidenciais no exterior, que, de algum modo os nossos diretores no exterior, combinado com os clientes, assumiram uma parte dos custos do João. Então alguns dos pagamentos nossos para João, e pelo que a gente pôde verificar agora, até grande parte do que foi offshore, e até por isso teve uma pequena discordância entre eu... naquela reunião que eu vou citar mais na frente, foi relativa à campanha no exterior. Parece que a maior parte relativa... uma grande parte, ou a maior parte, relativa a campanhas no Brasil, parece que era dinheiro ou oficial mesmo. Mas isso... eu não sei se dá para precisar – a única pessoa que pode dizer isso é talvez Hilberto

ou Luís – se dá para precisar que pagamento para João foi decorrente do quê. Porque eu imagino a situação do João: João tinha o crédito comigo, que ele sabia que era comigo, ele sabia que tinha um crédito com os meus diretores lá em tal país e tal país, acho que era Angola e Panamá. Pronto, tinha os créditos lá. E eu acho que teve outros, talvez. Aí quando ele pedia dinheiro a Hilberto... e ele tinha esse crédito, mas lembre o seguinte: a autorização para gastar, eu dava autorização para Hilberto, mas não necessariamente o dinheiro é sacado na hora. Então quando ele me pedia – “oh, Hilberto, aquele crédito que eu tenho... mande 10 ou 5” – eu não sei se ele dizia, na época, para Hilberto, se esse dinheiro era daqui ou dali. Então eu não sei se aquela transferência foi decorrente daquele crédito ou daquele crédito, mas de certo modo fez parte de um deles.

Juiz: Mas dá para situar mais ou menos o tempo: quando era campanha do Brasil, você pressupõe que o dinheiro era da (ininteligível – 00:06:15).

Marcelo Odebrecht: É que eu não acho que nessa... mesmo porque o seguinte: o que o Hilberto me dizia [era] que uma vez que eu autorizava, certo, ficava esse crédito. E eu acho que não deveria ser fácil para receber nem dinheiro do Brasil, nem de [euro]. O que eu acho é que durante a campanha deve ter... tem as doações oficiais e tem a questão do dinheiro (ininteligível – 00:06:39) de campanha. Mas eu acho que tem uma parte que ele recebia do exterior que aí ele devia calibrar com o tempo. Então se aquela transferência foi determinada [para ele], eu acho que Hilberto pode dizer, por quê? Porque ele deve ter sido descontado de algum lugar. Quando ele faz uma transferência, ele é descontado de um Centro de Resultado – ou do meu, ou do diretor que concordou. Então pelo Centro de Resultado dá para verificar de onde é que foi determinada transferência. Eu não sei se João fazia essa conta, ele, mas fazia.

Juiz: Tá. Só para eu entender um pouco, Marcelo, então verificando, por exemplo, se o Centro de Resultado de onde provinha aquele recurso era no Brasil, isso era campanha brasileira. E se o Centro de Resultados era fora, provavelmente era uma campanha no exterior?

Marcelo Odebrecht: Se o Centro de Resultado fosse alguma daquelas fontes da planilha Italiano ou pós-Itália era da minha conta. Se o Centro de Resultados viesse de um projeto, ou de um país, onde João tinha prestado, é deles.

Orador não identificado: [Não ficou claro].

Marcelo Odebrecht: Não ficou?

Orador não identificado: Não.

Marcelo Odebrecht: Veja bem: alguém tem que bancar aquela transferência. Quando, por exemplo, alguém faz uma transferência... seja um pagamento caixa dois, algum negócio bancou aquilo ali. Qual foi o negócio? Se esse negócio foi o empresário de Angola, saiu de Angola. Se foi (ininteligível – 00:08:14). Se foi do meu acordo, saiu de algumas das empresas que se comprometeu com aquele crédito na conta Italiano.

Orador não identificado: Tá. Mas a fonte... não há correlação entre a fonte e a prestação de serviço do João? Que ele pode ter recebido de Angola para prestar serviço para o Brasil. É isso?

Marcelo Odebrecht: Não, não, não, isso não. Isso não.

Orador não identificado: Não? Ele prestou serviço de campanha aqui no Brasil, é só fonte brasileira?

Marcelo Odebrecht: Fonte brasileira. Está falando de fonte de caixa dois.

Juiz: Marcelo, até nesse ponto aqui eu acho...

Marcelo Odebrecht: Um empresário não pagaria pelo outro.

Juiz: Isso vai ser tratado em um outro Anexo, mas tu poderias só fazer um esclarecimento, assim, como é que funcionava essa questão de fonte que era colocada no sistema? Para que a gente entenda, só para contextualizar.

Marcelo Odebrecht: A questão é a seguinte: a conta Italiano era uma coisa meio, assim, não é uma coisa normal dentro da empresa. Em geral, os pagamentos eram feitos e autorizados pelo próprio empresário que era dono do Centro de Resultados. No meu caso específico, a Odebrecht SA não era um Centro de Resultados, ela não faturava, ela não gerava negócio. Então eu, a Odebrecht SA, não assumia o custo. Quem assumia o custo das campanhas presidenciais eram as empresas que tinham combinado comigo um determinado [ano]. Então no caso da planilha Italiano tem uma certa confusão, por quê? Quando você tem um pagamento da planilha Italiano, ou da planilha pós-Itália, que era autorizado por mim, o valor saía de uma das empresas que tinha se comprometido. A questão é que não necessariamente o critério que o pessoal usava para descontar... imagina o seguinte: eu combinava com a Braskem 50 milhões, combinava 100 milhões do ReiQ, combina com o negócio de Angola 64 do Rebate, e avisava a Hilberto só o seguinte: "Hilberto, eu tenho um crédito com essas empresas", ele não sabia por que era o crédito. Quando eu tinha um pagamento, ele ia em alguma

dessas empresas e usava o crédito que tinha. Ele descontava do caixa de uma das empresas. Qual o critério que ele usava não sei. Às vezes aquela empresa, naquele momento, tinha um caixa dois disponibilizado e outras não tinham. A única coisa que... de certo modo, o que eu escutei depois, o que eu escutava, era o seguinte: que no caso das campanhas do Brasil, teve uma parte relevante de dinheiro que precisava aqui. Pode ter sido dinheiro também aqui, por conta de serviços em Angola. Mas aí tem que ver quem é que pagou. Se foi Angola não tem nada a ver, porque o tal do Rebate de Angola foi bem atrás, entendeu? Então se foi Angola, foi relativo a coisa de Angola. Se foi Panamá, foi relativo a coisa do Panamá, campanha do Panamá.

(Inaudível – 00:11:29)

Marcelo Odebrecht: Pode, ele pode ter recebido no exterior por conta de serviço prestado no Brasil. Eu digo o seguinte: o que eu escutava do Hilberto era que o mais relevante era João Santana recebia no exterior, mas [o que me informaram], e foi a confusão que deu, que gerou a confusão, foi que parece que, a sinalização que eu tinha e eu vou mencionar isso mais na frente, é que parece que grande parte dos depósitos do exterior não eram relativos ao Brasil. Aí decorreu a confusão que deu lá na frente, que eu vou mencionar.

Juiz: Tá, mas...

Marcelo Odebrecht: Eu posso adiantar. O que acontece é o seguinte: quando começou a Lava Jato, eu nunca procurei acompanhar como é que era pago, qual era a forma. Aí quando começou a Lava Jato, eu, obviamente procurei saber qual era a exposição que a gente tinha. Aí me enviaram dizendo o seguinte... aí surgiu primeiro a questão do seguinte: depósito do Paulo Roberto, aí vai contaminar tudo. Eu sabia que as coisas... aí eu disse o seguinte: “Hilberto, qual foram os depósitos feitos no exterior por conta da campanha da Dilma?”. Aí ele chegou e me disse assim... porque, na época, ele me dizia que não tinha registro nenhum, porque não era para ter registro. O sistema... eu vou mencionar isso, não era para ter registro. Então ele veio e me disse: “Marcelo, eu não tenho registro”. Aí um mês depois me apareceu com a planilha dizendo o seguinte: “Marcelo, a gente conseguiu aqui entabular uma planilha de depósitos”, isso eu me lembro que foi mais ou menos em novembro de 2014, “a gente entabulou uma planilha de depósitos. Agora, eu não sei precisar a você transferências para a conta de João Santana”, aí eu acho que dava uns 25 milhões de dólares, “eu não sei precisar a você qual desses depósitos é do Brasil”, ele me dizendo, hoje a gente sabe que no sistema diz isso, mas ele me dizia na época: “eu não sei precisar a você qual desses valores é Brasil e qual desses valores é exterior”. Eu falei: “Hilberto,

eu não preciso disso agora. Eu preciso é dessa informação para usar essa informação com meus interlocutores para dizer do risco que tem, porque na hora que descobrirem isso, ninguém vai querer saber se o negócio foi (ininteligível – 00:13:45), vai contaminar tudo. Então eu não vou dizer para eles esse assunto”. A primeira pessoa que eu levei esse assunto, uma das pessoas, foi a própria Mônica. Aí foi a única conversa que eu tive com Mônica, que eu não conhecia a Mônica fora esse encontro, eu pedi uma conversa com ela em minha casa e falei assim: “Mônica, olha, a gente descobriu que vocês tinham vários depósitos no exterior, fez investigações”. E na época ele me disse: “Marcelo, você não se preocupe, porque os depósitos que eu recebi de você, de offshore no exterior se refere a serviços prestados no exterior. Não tem a ver com o Brasil”. Hoje a gente sabe que provavelmente uma parte era. Eu falei: “Mônica, isso aí vai contaminar de qualquer maneira”. E essa justificativa que ela deu, talvez tenha sido a razão pela qual meus interlocutores nunca se mostraram preocupados. Por quê? Eu levei esse tema a Pimentel, que eu menciono lá na frente, eu mostrei a Pimentel a planilha, porque eu sabia que o Pimentel tinha acesso à Dilma. Eu levei ao (ininteligível – 00:14:51), eu levei ao Palocci, eu levei ao Guido, eu levei a quem eu podia levar: “gente, isso aqui vai contaminar”. E mesmo aqueles que se mostraram preocupados quando eu mostrei a informação, depois voltada e se despreocupava. E a sensação que eu ficava era que a Mônica sempre dizia para eles: “não se preocupe, que todos esses depósitos se referem a serviços de outras campanhas no exterior”. Essa, no fundo, é a confusão que dava, entendeu?

Juiz: Uhum. Porque algum desses depósitos que a Mônica se refere eles são contemporâneos da última eleição presidencial.

Marcelo Odebrecht: É, mas eu acho que a gente não... mas cuidado que as eleições lá de Angola também foram contemporâneas. E eu não acho que, necessariamente... eu acho até que o dinheiro contemporâneo tem a ver, mas a conta no exterior, pelo que o Hilberto me dizia, uma vez que João tinha a certeza que ele tinha esse crédito, eu acho que ele planejava, até porque deve ser difícil para ele receber montantes altos nessas contas offshore. Então ele devia planejar com o tempo. Então eu não acho que... mas isso o pessoal, o Hilberto e a equipe, sabe precisar direitinho, porque hoje a gente sabe que eles têm informação.

Juiz: Tá. Marcelo, duas coisas: primeiro, tu disseste aqui também que esses pagamentos não eram, necessariamente, programados, que tinham alguns pagamentos que eram para atender despesas (ininteligível – 00:16:16), que eram feitas, às vezes, em dinheiro no Brasil, tá? Despesas de campanha que tinham que

ser atendidas ali. E outros pagamentos que também eram da campanha, que eram feitos mais tarde, que o próprio Santana reclamava: “faz mais tarde”, ele ia pedindo ao longo do tempo.

Marcelo Odebrecht: Isso era o que o Hilberto me dizia. O que, na verdade, eu controlava era o seguinte: eu só estava preocupado, da minha parte, o seguinte Palocci ou Guido me diziam: “Marcelo autorize 20 milhões para (ininteligível – 00:16:44)”. Eu ligava para Hilberto e dizia: “Hilberto, tem 20 milhões autorizado”. Quando esse pagamento se daria no tempo, eu não acompanhava. Eu já tinha debitado da planilha Italiano, entendeu? Eu tinha debitado.

Juiz: Já estava autorizado.

Marcelo Odebrecht: Ou seja, já estava autorizado, já estava provisionado na planilha, já estava debitado. Como ele se dava ao longo do tempo, eu tinha às vezes informação informal de Hilberto, mas eu não acompanhava.

Juiz: Então olhando a planilha Italiano e olhando os pagamentos [pelo] Hilberto, a gente consegue fazer o caminho, o fluxo desse...

Marcelo Odebrecht: Hilberto... veja bem: hoje a gente sabe que... interessante o seguinte: na época eles não diziam isso, porque o sistema não era para arquivar nada. Mas hoje a gente sabe que as informações que tem no Drousys [se sentar], não precisa nem a planilha Italiano, eles podem dizer se tal pagamento foi decorrente da conta de Marcelo ou se foi decorrente do serviço prestado por João Santana para a campanha do exterior. Hoje eles dizem isso.

Juiz: Tá. E o último aspecto que eu queria te perguntar é o seguinte: esses pagamentos, embora feitos lá no exterior, eles eram todos gerados através do setor operações estruturada, né? Eram recursos que...

Marcelo Odebrecht: Os pagamentos que eram feitos offshore no exterior, eram. Mas é como eu falei: tem pagamentos da planilha Italiano que se deram de forma oficial. Então, por exemplo, eu posso ter tido...

Juiz: Não, não, desculpa. Os pagamentos feitos no exterior ao Santana eram feitos todos via...

Marcelo Odebrecht: Ah, todos, todos. A gente... eu vou mencionar isso... o cuidado que a gente tinha era o seguinte: a gente fazia isso para não [imiscuir] a contabilidade oficial. Ou seja, não era para haver nenhum tipo de pagamento ilícito, de qualquer

ilicitude, feito através da contabilidade oficial. Era por isso que a gente fazia o cuidado da gente gerar e segregar esse assunto. Para não contaminar a contabilidade oficial. Então com certeza, se foi pagamento offshore, foi feito através do setor estruturado. Em qualquer empresa do grupo não se tinha autorização para fazer nenhum outro tipo de rearranjo. Porque se as empresas começassem a fazer contratos fictícios, você contaminaria a contabilidade oficial de uma maneira muito mais [drástica]. Então se foi pagamento no exterior, foi feito... não é para ter tido nenhum pagamento não contabilizado para João Santana que não fosse através do setor de operação estrutural.

Juiz: Uhum. Os senhores têm alguma [coisa]?

Oradora não identificada: Não, só para a gente esclarecer se tem algum codinome que se referia João Santana?

Marcelo Odebrecht: Eu falei: Feira.

Oradora não identificada: Feira?

Juiz: Está bem. Então dou por encerrado o termo de depoimento número 19.

...

Fim da gravação.

Gravação TC 21 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:12:41

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 21, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, aqui presente, e acompanhado de seus defensores Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo, eu peço que tu confirmes se esses são os teus defensores e ainda se tu estás aqui de forma voluntária e espontânea para contribuir com o Ministério Público com base no acordo celebrado com suporte na Lei 12.850 de 2013. E ainda que a tua

contribuição seja um depoimento onde os elementos que serão entregues é o que vai justificar os benefícios que serão concedidos.

Marcelo Odebrecht: Eles são meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Muito bem. Eu quero que tu fales, por favor, sobre o Anexo número 7, Estrutura de Arrecadação do PMDB, Relação com a Odebrecht.

Marcelo Odebrecht: Eu vou mencionar mais na frente como é que funciona a sistemática, mas basicamente, fora a questão dos estados e municípios, você tinha um PMDB forte sempre no Congresso. E a relação com o PMDB no Congresso, quer dizer, com os principais caciques do PMDB no Congresso, ela se dava através de Cláudio Melo. O que Cláudio dizia sempre para a gente, quer dizer, eu acho que, além de Cláudio, todas as reuniões, tanto comigo, quanto com os outros, eram bem protocolares. Eu nunca tive nenhuma reunião com eles que não fosse protocolar, assim como com os outros LE's. O que a gente sabia, o que Cláudio sempre dizia para a gente, era que no Senado a pessoa que ele sempre se referia, e várias vezes sempre dizia, era o Jucá. Jucá era quem coordenava o PMDB no Senado. E o que Cláudio informava para a gente sempre era que todos os interesses financeiros, de campanha, tudo, do Renan, do Eunício, todo o resto do PMDB, eram coordenados pelo Jucá, o que facilitava muito no nosso modo de ver. E na Câmara tinha a questão do Eliseu Padilha, certo, que era quem coordenava um grupo, mas aí era um pouco mais difuso, porque tinha também o Eduardo Cunha. E aí no caso de Eduardo Cunha, especificamente, a relação mais forte não era do Cláudio. Aí o Eduardo Cunha a relação mais forte era com vários... tinha vários empresários do negócio que conhecia o Eduardo Cunha. Então o Cláudio mais funcionava com o Jucá, coordenando os interesses do PMDB no Senado, e o Eliseu Padilha na Câmara. Eduardo Cunha aí tinha vários interlocutores que devem ter relatado sobre Eduardo Cunha nos próprios relatos deles. Então assim que funcionava. Agora, o que Cláudio sempre dizia para a gente, o termo que ele usava, era a questão de assumir compromisso. Como é o detalhe desse compromisso, ele vai poder aferir. E ele sempre que vinha para mim: "oh, Marcelo, precisava assumir um compromisso, precisava por causa dessa medida, por causa disso", eu falava: "Cláudio, veja bem, então alinhe com o negócio, naquele conceito". Seguinte, a minha grande preocupação era porque quando você chegava na época de campanha, a gente sempre tinha... os nossos executivos estão muito focados nas campanhas majoritárias – estados, onde eles têm negócios. Em geral, os negócios não olham para o Congresso. O Congresso é um interesse meio difuso ao longo do tempo. Aí quem tinha interface com o Congresso durante quatro anos era o

Cláudio. Aí Cláudio chegava, na véspera da eleição, e dizia: “olha, eu preciso”... envia a expectativa de contribuição, seja tendo sido alinhada com contrapartida específica, seja tendo criado expectativa, mas vinha. De grandes, valores grandes. Por exemplo, um cara que ajudava muito a gente, vinha com um pedido grande. E aí sempre dava um stress, porque o Cláudio vinha com essa expectativa, ele era o interlocutor, mas ele não tinha Centro de Resultado, ele tinha que arrancar de algum negócio. E o negócio não tinha nada, porque aquele assunto já foi resolvido. Então sempre que Cláudio dizia, eu falei: “Cláudio, se tem uma medida provisória, se tem qualquer processo no Congresso, você precisa de um apoio de um senador, um deputado, seja assumido um compromisso explícito ou não, seja criando uma expectativa, sempre deixe claro com o negócio, que tem interesse nessa medida, que vai haver, por conta disso, um compromisso. Mesmo que você não tenha fechado um compromisso na hora, você tem um compromisso moral e o cara criou expectativa”. Então tinha pessoas, por exemplo, que Cláudio dizia que brigava pela gente, ele pedia e o cara fazia. Ele nunca pediu nada na hora, mas obviamente é aquele cara que vai chegar na véspera da eleição e criou uma expectativa enorme da Odebrecht apoiar ele. Então, por exemplo, uma pessoa que ele sempre usou como referência era o [Geddel]. Geddel era um cara da relação antiga dele e meu pai, e eu sempre escutei [eles dois]. Eu conheço o Geddel de maneira protocolar, mas eles sempre diziam: “Geddel é um cara que briga pela gente. Qualquer coisa que você pede lá, Geddel vai, se desgasta, faz e acontece”. Agora se prepare, porque ele vai criar uma expectativa na época de eleição aquém do que a gente daria para qualquer outro deputado. Ou senador, muito além. Muito além do que a gente daria. Então esse tipo de... você concentra o esforço em alguns deputados, congressistas, e cria expectativa. Eu via de uma maneira até mais legítima quando a pessoa cria uma expectativa em cima de um apoio que vai dar, ainda que seja você [diz]: “olha, tem caixa dois. Não tinha que ter isso”, tá, do que se o cara pedisse na hora. Agora eu não sei precisar... quem vai poder precisar qual era o tipo de relação, se era essa questão da expectativa, ou aquele que exigia contrapartida na hora, só o Cláudio vai poder dizer isso. Agora eu sempre pedia para ele de, uma vez que tivesse esse compromisso, seja explícito, seja uma expectativa gerada de apoio, que ele apoiasse ou gerasse a provisão no negócio.

Juiz: Marcelo, eu queria só que tu esclarecesse um aspecto aqui. Tu falaste que tanto no Senado, quanto na Câmara, tinha parlamentares com quem vocês conversavam. Esses parlamentares tinham uma função de arrecadação no partido, de algum grupo específico, ou era alguma coisa própria? Como é que funcionava?

Marcelo Odebrecht: Não, aqui eu estou falando do PMDB. No caso do PMDB, o que Cláudio informava era que ele concentrava as discussões dele com o Jucá no Senado e com o Eliseu Padilha na Câmara. Tinha também Eduardo Cunha, mas Eduardo Cunha era mais diretamente com os outros empresários que ele conhecia. Eduardo Cunha conhecia muitos empresários da empresa.

Juiz: Tá, mas o Jucá e o Padilha então...

Orador não identificado: Eles representavam o grupo...

Marcelo Odebrecht: Representavam um grupo. Representavam digo assim... o que Cláudio sempre me dizia é o seguinte: “olha, eu acerto com o Jucá e está resolvido o PMDB do Senado”, “acerto com o Eliseu Padilha e está resolvido o PMDB da Câmara”.

Juiz: Tá, está bem. E (ininteligível – 00:07:40) outro Anexo, mas o caso da MP 613, que tinha o interesse da Braskem, como é que a coisa mais ou menos funcionou?

Marcelo Odebrecht: É, todas... se tinha o interesse da Braskem, ele avisava (ininteligível – 00:07:52): “Cláudio, se você vai assumir algum compromisso, você alinhe com o pessoal da Braskem. Seja esse compromisso explicitado na hora, seja expectativa gerada, alinhe com o pessoal”. Ou seja, era uma coisa que eu sempre dizia para ele. Muitas vezes era mais fácil para ele tentar obter a minha autorização. Não é que eu não fosse autorizar porque era ilícito ou lícito, simplesmente eu dizia: “Cláudio, o dinheiro não vai sair de mim. Então você busque autorização de quem vai pagar”. Então sempre informava isso para ele. Mesmo que não tivesse... talvez até fosse mais fácil, entre aspas, e mais ilegal, mas mais fácil, se o cara pedisse na hora. Mas muitas vezes, não é isso que acontece. Muitas vezes se cria expectativa de... e aí eu dizia: “cuidado. Se você está criando uma expectativa, você provisione com o negócio. Porque na hora, daqui a três anos, que você for pedir àquele negócio, a fatura vinha, aí você vai dizer: ‘oh, tal deputado 500 mil’, ‘por que eu vou dar?’, aí você vai lembrar que o cara apoiou? Não. Avise ele agora”.

Juiz: E aí então você fazia não uma vinculação objetiva, mas alguma vinculação entre o negócio lá atrás, onde havia um provisionamento, para pagar aquela doação (ininteligível – 00:09:11), né?

Marcelo Odebrecht: Não, aí havia o seguinte: com essa disciplina, com o tempo... no início foi difícil, mas eu falei: “Cláudio”... aí quando chegava na campanha, mais ou menos os negócios já sabiam quem ia arcar com cada deputado.

Juiz: Sim, porque lá atrás havia sido feito um acordo, um acerto, para resolver um problema ou alguma questão...

Marcelo Odebrecht: Explícito ou não. Quer dizer, ou foi feito um acordo, aí Cláudio vai precisar se foi feito um acordo, ou foi gerado uma expectativa por conta do apoio que deu. Caso a caso.

Orador não identificado: Como é que vocês controlavam isso tudo, assim?

Marcelo Odebrecht: Cada negócio controlava o seu.

Orador não identificado: Assim, alguém... para ter todos esses detalhes, esses dados, vocês controlavam de que maneira?

Marcelo Odebrecht: Aí cada um sabe o compromisso que assumiu. Eu não sei como é... cada um sabe o compromisso que assumiu. Eu acho... grande parte... o que eu vejo é o seguinte: eu acho que as pessoas que a gente tinha uma relação mais forte, em geral, fica naquela questão da expectativa. Porque em geral você não cria uma relação sustentável naquele toma lá, dá cá. Você não cria uma relação assim. Se você chegasse para um deputado “pô, me apoia aqui” e toda hora que você pede um apoio, o cara diz “eu quero tanto”, não é uma relação sustentável, eu acho. Em geral, aquelas relações mais duradoras são as relações que o cara sempre te ajuda e você está sempre ajudando ele. Quanto mais ele vê que ajudou, mais cria uma expectativa para a eleição seguinte. É uma coisa que é meio fluida, né? Se você não tem uma conversa a priori, fica uma expectativa. Então é meio fluida. Quando chega na época da eleição, tem sempre aquela negociação. O cara pede: “eu quero 4”, “eu quero 5”, “pô, mas 5, 4?”, “ah, pô, mas eu te apoiei naquilo ali”. Então aí que entra aquela questão dele ir buscar nos negócios.

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:11:15).

Marcelo Odebrecht: Era um desgaste só. Isso...

Orador não identificado: Mas essa negociação (ininteligível – 00:11:19) com os diretores de cada...

Marcelo Odebrecht: Não, aí é o que eu estou dizendo: aí é caso a caso. Eu tenho um Anexo em que eu detalho exatamente, porque aí era uma coisa bem ampla, como funcionava a questão. Eu tenho um Anexo em que eu falo exatamente só sobre sistemática de campanha. Mas é de modo geral. Aqui eu estou concentrando no tema

do PMDB, mas eu tenho um Anexo que eu falo sobre como funcionava a nossa sistemática eleitoral, na organização como um todo.

Orador não identificado: Entendi. Então vamos esperar o Anexo.

Juiz: Tá. E Marcelo, tu referes aqui também no teu Anexo: “e [jantavam] no Palácio do Jaburu”.

Marcelo Odebrecht: Que eu tenho um Anexo específico, talvez vamos deixar para o Anexo...

Juiz: Tá, mas só para dar uma pincelada aqui como é que foi essa (ininteligível – 00:12:03).

Marcelo Odebrecht: Que foi um jantar que teve no assunto do... eu estive com o Cláudio, o Eliseu e o Michel para se discutir uma doação de 10 milhões de reais.

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:12:19) então. Vamos para o detalhamento...

Juiz: Está certo. As senhoras têm algum acréscimo?

Oradora não identificada: Não.

Marcelo Odebrecht: Ah, é agora. É o próximo.

Orador não identificado: É o próximo, né?

Juiz: Então...

Marcelo Odebrecht: Agora, eu posso. É que vocês estão fazendo por ordem, né? Ou vocês querem falar de Michel?

Orador não identificado: Fazer por ordem.

Marcelo Odebrecht: Quer fazer por ordem? Então é isso.

Juiz: (Ininteligível – 00:12:36). Então dou por encerrado o depoimento número 21.

...

Fim da gravação.

Gravação TC 22.1 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:41:11

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 22, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, aqui presente, e acompanhado de suas defensoras Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo, eu peço que tu identifiques se elas são efetivamente suas defensoras e ainda se tu estás aqui de forma voluntária para colaborar com o Ministério Público a partir de acordo celebrado com base na Lei 12.850 de 2013. E ainda do teu conhecimento de que os benefícios que tu vais obter dependem do conteúdo da tua colaboração e dos elementos de colaboração que forem entregues.

Marcelo Odebrecht: São meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Pois bem. Então eu lhe peço, Marcelo, que tu fales a respeito do conteúdo do Anexo 8, Sistemática de Contribuições Eleitorais pelas Empresas do Grupo.

Marcelo Odebrecht: Bom, de modo geral, como é que funcionava a sistemática: o diretor presidente da Odebrecht SA, no caso eu, não se envolvia em campanhas municipais, estaduais ou de outros países, sejam elas majoritárias ou proporcionais. O que, na verdade, a gente se envolvia, no meu caso, era a campanha presidencial no Brasil. Então a campanha presidencial no Brasil que envolvia vários negócios, era de minha responsabilidade – quem definia o valor, quem sentava. Por mais que a relação fosse com outra pessoa da organização, eu que definia e alocava negociando com os outros negócios, como cada um pagaria essa questão. Agora, acontece o seguinte: isso é como a gente trabalha internamente, mas na prática, várias campanhas eleitorais eu participei de reuniões, almoços [do] candidato. Muitos dos candidatos, apesar de se relacionar diretamente com o executivo, gostava de estar comigo. Bom, e nessas reuniões eles nunca pediram “quero tanto”, mas pediam “pô, Marcelo, você sabe que você tem muito”... muitas vezes essas reuniões... eu acho que eram pedidas também até pelos nossos executivos: “oh, peça uma reunião com Marcelo para reforçar o apoio que eu vou dar a você”, entendeu? Então essa história você nunca sabe como é, mas nessas reuniões os caras sempre diziam da importância, vinham,

contavam, e eu sempre escutava e reforçava com ele quem era a pessoa da organização que ia ser responsável. A gente sempre teve esse cuidado dentro de casa, esse cuidado a gente sempre tinha: toda pessoa tinha um padrinho dentro de casa que seria responsável por determinada situação. Então tinha reuniões, mas direcionava. Às vezes, por exemplo, também, os executivos vinham, trocavam ideias comigo: “oh, Marcelo, eu estou pensando em doar tanto”. Ou às vezes pessoas que tinham uma relação com o candidato, mas não necessariamente tinha [mais] negócio, porque o cara não podia usar a empresa para patrocinar um candidato só porque ele tinha uma relação pessoal. Então, na verdade, muitas vezes ele dizia: “oh, Marcelo, tem esse candidato, tenho essa relação, é importante apoiar”, aí eu já: “olha, talvez aquele negócio queira apoiar esse candidato”, porque tinha sempre que buscar alguém para pagar a conta. Então... e eu ajudava, às vezes trocava ideias comigo e eu procurava também, ou incentivava, dizendo: “pô, esse cara está complicando para a gente”. Então existia também muitas vezes essa troca de ideias, que a gente chama dentro de casa de influenciar e ser influenciado. Mas, obviamente, a decisão caberia a quem fosse assumir a conta. Lá na empresa ninguém pode assumir uma decisão para o outro pagar a conta, não existe isso. Tinha casos também, por exemplo, e aí gerava às vezes conflito: você tinha, muitas vezes, em eleição, problemas. Isso era muito comum em governos estaduais, tá? Então ele tinha criado problemas ou deixar de resolver problemas para alguns negócios. E aí outros negócios, muitas vezes, queriam apoiar o candidato. Aí eu entrava e dizia: “pô, gente, espera aí. Não dá para a gente apoiar o candidato daqui que está com problema com esse negócio. Resolvam-se, resolvam-se”. Aí eu botava eu pessoal, dizia: “oh, você apoia, desde que você alinhe com ele”. Então eu entrava também muito para resolver um pouco esses conflitos que gerava, porque em vários estados... no exterior é menos, porque em geral no exterior você tinha menos negócios. Mas, no Brasil e nos estados, você tinha muito negócio envolvido. Então tinha alguns que estavam indo bem e estavam tendo bons negócios com aquele candidato, tinha uma boa relação, e outros não. E aí gerava esse tipo de atrito, porque um se sentia o seguinte: “pô, por que a empresa está doando para ele e o cara está me criando problema?”. Então às vezes havia esse tipo de coisa. Eu procurava, nessas horas, por exemplo, tentar pegar e dizer: “olha, aquela empresa”... aí eu olhava: seja pela relação pessoal, seja pelo peso nos negócios, muitas vezes eu tentava dizer: “oh, o padrinho é esse”. Então era muito comum, por exemplo, que a Braskem assumisse o apadrinhamento das campanhas da Bahia, que tem o polo Camaçari; do Rio Grande do Sul, onde a construtora não tem um peso muito grande. Era muito comum. Não é que ela pagasse toda a conta, mas não se teria uma doação, um acerto, sem passar pelo “blessing” do padrinho. No Rio, por exemplo, a relação,

principalmente no governo do Sérgio Cabral, era com o Júnior. Então ninguém faria uma doação a Sérgio Cabral – ou aos candidatos contra Sérgio Cabral sem alinhar com o Júnior. Em São Paulo aí você tinha o caso, por exemplo, você tinha Serra, tinha o Alckmin. Cada caso ou tinha uma pessoa da relação, ou você tinha um negócio que tinha um maior peso. E aí as decisões ocorriam... cada negócio tomando a decisão e eu entrava, muitas vezes, para apaziguar os atritos que haviam nessa relação. Uma coisa que eu procurava fazer, e aí sim era a minha responsabilidade, era o seguinte: eu, no início de cada campanha, eu definia um valor global, oficial. Ou seja, eu nem definia, nem procurava saber, o valor total, incluindo caixa dois. Porque aí eu estaria (ininteligível – 00:06:30) com a delegação de cada empresário. Mas como era a doação oficial era uma coisa que ia impactar na imagem da organização, as pessoas iam: “oh, Odebrecht como um todo doou tanto”, então eu procurava definir o valor global. Normalmente eu jogava um valor para baixo no primeiro turno, porque eu sabia que ia ter o segundo turno e ia aumentando. Então eu acho, por exemplo, na última campanha de 2014, eu tinha uma preocupação de ser acho que 70 milhões. A gente acabou doando, no grupo como um todo, 130 milhões. Doação oficial. Também em alguns casos eu procurava entrar para apaziguar, para definir o valor máximo oficial para cada candidatura. Por quê? Você não podia doar, oficialmente, 500 mil... é o que eu estava falando ontem para o negócio... 500 mil para um governador do Amazonas, que você não tem nenhuma atuação. E daqui a pouco dá 200 mil para um governador de São Paulo. Aí vai ter [stress]. Então essa preocupação do que ia vir... e essa questão do caixa dois, essa questão é aquele ciclo vicioso que se criou. A ilicitude eleitoral está no caixa dois, mas a [ilicitude] da origem não necessariamente está no caixa dois. O caixa dois acabou ficando uma conta que outros candidatos não queriam se expor, o outro expunha tanto... aí o próprio candidato pedia às vezes: “oh, não posso receber tanto de caixa oficial, não quero aparecer que você me doou tanto”. Então a forma, apesar de ter ilicitude eleitoral, a forma não necessariamente é onde estava, podia ter caixa um, que era decorrente de propina e caixa dois que não era decorrente de propina. Então você tinha todas essas questões. Mas eu procurava definir o valor global e às vezes a candidatura máxima. Também eu procurava saber no meio da campanha, nessas doações oficiais, como é que está a distribuição do partido, porque o pessoal me consolidava e muitas vezes a gente procurava saber o seguinte: PMDB, PT e PSDB oficialmente tinham praticamente $\frac{3}{4}$ do valor oficial que a gente doava. O resto, assim... então isso era como se dava e tinha muitos atritos. Eu vou dar o exemplo que eu citei aqui. Veja o caso de Pernambuco: Pernambuco a gente tinha uma... as maiores obras que a gente estava tocando em Pernambuco eram da RNEST, [dos contratos]. Aí o que acontece: mesmo que a obra não seja do

governo do estado, o Eduardo Campos, várias vezes eu estive lá, ajudou... o pessoal, secretário dele, ajudou a gente a resolver problema sindical. Tive greves e mais greves, coisa (ininteligível – 00:09:19). Então você está lá, atuando no estado, com dez, vinte mil pessoas, há uma expectativa também de você apoiar aquela candidatura. Aí no caso... mas quem era responsável pela candidatura do estado, era o diretor de infraestrutura, que tinha muito menos obra. Então, na verdade, é o seguinte... e como a gente provisionava todas as contribuições em algum Centro de Resultado de alguma obra, muitas vezes eu tinha o cuidado de dizer o seguinte: “olha, você não acerte nada de contribuição com ele” e eu falava com o pessoal da área industrial: “não acerte nada sem alinhar com o diretor de infraestrutura”. Então essa questão tinha. Até porque muitas vezes, por exemplo, você pega uma pessoa que tem uma relação histórica com determinado candidato, que paga X a vida toda. Aí vem um outro e resolve pagar X vezes 10, porque tem interesse em um determinado negócio. Aí criou uma confusão. Então esse tipo de coisa... eu entrava, às vezes, para apaziguar esse tipo de... mas era uma coisa muito difusa. Não era regra escrita, funcionava muito na delegação. Em época de eleição, e com o cuidado, talvez você tivesse o quê? Cem, duzentas, trezentas pessoas se relacionando no Brasil todo com candidatos, definindo valores, e tudo mais.

Juiz: Mas esse também era aquele momento em que as demandas que tinham sido feitas e resolvidas ao longo dos anos, aí eram atendidas, né?

Marcelo Odebrecht: Lógico, aí você olhava isso. Obviamente cada empresário olhava. Na hora que você fosse atender um... por isso que às vezes tinha uma diferenciação enorme, certo, e essa diferenciação, muitas vezes, você fazia via caixa dois. Então vamos lá, pegar um exemplo aqui... e aí, quando você tem uma relação muito forte com determinado candidato, você tem uma presença muito forte naquele estado, é óbvio que você vai contribuir muito com aquele candidato, com o sucessor dele. E aí essa diferenciação é por caixa dois. Você não conseguia fazê-la por caixa um, porque você criava uma distorção. Então esse tipo de coisa existia.

Orador não identificado: Criava uma situação, uma exposição? [O candidato ficava exposto]?

Marcelo Odebrecht: É, nem ele queria e nem a gente. Às vezes era ele que não queria, o candidato que não queria, às vezes era a gente que não queria aparecer, até por referência, entendeu? Pô, se você desse tanto para um, o cara do... a gente fazia também várias manobras que era: você pegava um candidato... por exemplo: outro dia eu tinha definido que senador (ininteligível – 00:12:08). Aí eu soube: “espera aí,

gente”. Aí parece que saiu uma doação oficial para Geddel alta. Eu falei: “espera aí, como é que a gente doou tanto para um senador?”. Aí o pessoal me disse que doou para o comitê, aí ele foi lá e pegou no comitê. Então a gente tinha... por exemplo, a gente doava para o comitê nacional, aí o deputado, senador, ia lá e arrancava no nacional. Ou doava para o estadual. A gente procurava fazer esse tipo de coisa para diluir um pouco a exposição. E esse tipo de relação. E obviamente a expectativa era em função da relação pessoal, da quantidade de negócios que você tinha... você gerava essa demanda. E, obviamente, também tinha caso onde a pessoa já tinha assumido compromisso explícitos por conta de determinados apoios. E a gente sempre procurava, todo custo, a gente alocava ou provisionava – aí tinha os dois casos – nos negócios, nos Centros de Resultados.

Orador não identificado: Em cada empresa.

Marcelo Odebrecht: É. E eu comentei, quer dizer, tinha casos também – e isso era muito comum em estados como a Bahia, que tinha várias pendências – quer dizer, quando a gente percebia que tinha, e isso era um desgaste enorme, quando a gente percebia que alguém que podia influenciar não ajudou a gente a resolver pendências, aí vem aquela demanda e eu mesmo incentiva: “pô, por que a gente vai apoiar um candidato que deixou cheio de pendência?”. Mas outro negócio queria. A descentralização é importante, o outro negócio: “[mas, pô], eu não tenho nada a ver com essa pendência”. Então é uma confusão isso. Esse desgaste gerava. Então ficava nisso, entendeu? Às vezes eu tinha que entrar no circuito para definir: “olha, esse é o padrinho e ele vai definir”. Aí o pessoal... mas existia isso.

Orador não identificado: Como administrar tudo isso?

Marcelo Odebrecht: Aí a gente assumia o seguinte... aí funciona... qualquer coisa na organização tinha o empresário, quem paga a conta é quem administra. É o dono do seu negócio. Como a gente tinha uma cultura... a gente dizia o seguinte: cada um é agente do seu destino, cada um é responsável pelo seu negócio. O dinheiro vai sair dele, ou seja, do negócio dele, que ele é avaliado – todo mundo é avaliado pelo seu negócio. Então eu não me preocupava... a responsabilidade vem com a obrigação de bancar a conta. Então no final ele ia pagar a conta. Se ele acertasse, isso ia sair da base de avaliação dele, ele ia ser avaliado por isso. Então...

Orador não identificado: Tá, e como você administrava isso tudo?

Marcelo Odebrecht: A única coisa que eu... na eleição...

Orador não identificado: Para ter esse controle todo, (ininteligível – 00:14:55).

Marcelo Odebrecht: Não, eu não tinha esse controle.

Orador não identificado: Mas a informação era guardada como? Como manter toda essa informação? Só de memória?

Marcelo Odebrecht: Não. O que é a informação que eu guardava: eu tinha o controle das campanhas presidenciais, isso era comigo; eu procurava saber o controle das doações oficiais... por quê? Porque essa é a que batia. E a partir daí, como não era minha responsabilidade, eu entrava para administrar conflito.

Orador não identificado: Só?

Marcelo Odebrecht: Só. Agora, o que eu sabia muitas vezes, pelo tempo você vai sabendo... se você me perguntar hoje qual é o padrinho interno, ou a pessoa interna, que tem mais relação com determinado político, eu com o tempo sei. Então se você me perguntar, se uma pessoa me perguntar assim: “pô, Marcelo, eu estou com um problema aqui, aqui”, “espera aí, esse assunto você vai alinhar com tal pessoa. Então muitas vezes um empresário não sabia quem, internamente, era responsável pelo apadrinhamento de determinado político. E eu, em geral, tinha essa informação, entendeu? Essa informação você vai adquirindo com o tempo, [porque] você sabe quem se relaciona. Uma coisa também muito comum em eleição é a história do cacique. Muitas vezes, o seguinte: a pessoa não está concorrendo na eleição, mas ela é um cacique do partido. Então ela elege... por exemplo, isso é muito comum na campanha municipal. A gente não tem interesse nas campanhas municipais, não temos muito negócio com prefeitura – fora (ininteligível – 00:16:21), Salvador, são prefeituras. Mas normalmente a gente não tem negócios com prefeitura. Então nossos empresários não se interessavam pelas campanhas municipais. Só que nas campanhas municipais, é onde os deputados e senadores fazem a sua base. Então muitas vezes os deputados, senadores e governadores pediam apoio à gente, aos empresários, para apoiar as campanhas municipais. Mas isso aí, cada um cuidava do seu. Não era uma coisa... não tinha um controle consolidado. Se perguntar hoje quanto, cada um vai saber o seu. Juntando todas as peças, aí vai ter, mas a gente não procurava ter esse controle.

Orador não identificado: Ah, você não tinha esse controle então.

Marcelo Odebrecht: Não, isso é o que eu digo: esse controle não havia... não era só para isso. Na organização como um todo, o negócio funcionava assim, era

descentralizado. Isso não era só para a questão da campanha. Por exemplo: um diretor nosso de contrato, podia assinar um contrato de 2 milhões de dólares e não pedir autorização de ninguém. Ele assinava um contrato de 2 milhões de dólares. O único controle interno que havia eram questões relativas, por exemplo, a investimento. Quando você demandava dinheiro do acionista, aí você era obrigado a pedir o dinheiro ao acionista. Mas se esse dinheiro viesse do seu Centro de Resultados, você não precisava, porque você era avaliado por ele.

Orador não identificado: Mas essas situações não [impactavam] o resultado?

Marcelo Odebrecht: Sim, mas o cara era avaliado. A cabeça nossa era que a pessoa, se ela tivesse disposta a pagar esse custo, só ela podia avaliar se esse custo era relevante ou não para o negócio dela, e ela ia ser avaliada, porque ia sair a base de resultado dela. Não quer dizer que, muitas vezes, não havia... um liderado busca do seu líder uma troca de... não quer dizer que a pessoa toma todas as decisões sem trocar uma ideia, troca-se às vezes. Então, por exemplo, você pega um caso assim... Bahia é um caso muito específico, que a nossa origem é na Bahia: se um negócio vai criar um caso com o governador da Bahia, porque ele não resolveu, em geral, o cara busca se alinhar em cima: "posso criar esse caso? Porque vai afetar vários negócios". Então existia esse tipo de troca, de ideias, entendeu? Mas, na verdade, o líder na nossa organização não atua proativamente, ele atua para apoiar quem busca ele. Então ele entra se o cara quer consulta-lo – aí ele vai, dá a opinião dele. Ou para resolver conflitos. O mais comum de eleição era a questão de conflito. Era definir quem era o padrinho e como os negócios iam se entender. E quanto mais a organização crescia, mais conflito existia.

Juiz: Em relação a questão desses conflitos, poderia esclarecer um pouco melhor, porque está no seu termo, a respeito do problema que aconteceu na Venezuela [e veio terminando]...

Marcelo Odebrecht: É, esse eu citei porque foi um exemplo. Seguente: no exterior, no passado, era só construtora. Era muito fácil, então nunca teve conflito, só tinha um negócio. Quando a gente começou a ter negócios, mais negócios, no mesmo país, aí começou a confusão também. Então, por exemplo, esse caso ficou marcado, porque na Venezuela... a Venezuela era o único país... quando eu assumi como diretor presidente da Odebrecht, a Venezuela era um dos cinco negócios, porque tinha um peso muito grande, era um dos cinco negócios da construtora. Então o líder empresarial da Venezuela estava ligado ao diretor presidente. Os outros consolidavam vários países. Então eu, de certo modo, tinha uma noção maior do que outros.

(Ininteligível – 00:20:03), por quê? Começamos a ter atuação de vários negócios na Venezuela. A pessoa que estava lá há anos, o diretor de lá, ele é da área de infraestrutura, nunca tinha tido relação com a [PDVSA]. Aí quando chegaram os outros negócios – Óleo e Gás e principalmente industrial, que esse diretor era da área industrial – ele começou a ter relação com a PDVSA. Aí ele começou a fazer acordos – e aí a pretexto de campanha política, os detalhes aí ele sabe, mas acordos – que o cara de infra começou a reclamar: “pô, Marcelo, o cara vai lá, chega, começa a fazer acordo e me perturba todo, na referência, tudo”. Aí foi quando eu dei uma chamada e falei: “você não pode chegar e fazer qualquer acordo que envolva agente público, sem combinar com a pessoa lá, porque você vai perturbar”.

Juiz: Tá. E aí houve pagamento (ininteligível – 00:21:00) então?

Marcelo Odebrecht: É. É o que eu estou dizendo. Às vezes é a mesma pessoa. Imagine o seguinte: qual era a dificuldade? Isso na Venezuela [e os outros]. Todo lugar que você tinha um negócio... imagine o seguinte: a pessoa resolve o problema de um negócio, aquele governador, aquele prefeito, aquele deputado, ajuda no negócio e prejudica outro. Aí ele vai naquele negócio que ele ajudou e quer arrancar a contribuição. E o outro está sendo prejudicado, aí o outro reclama. Então esse tipo de coisa é que aí eu tenho que definir quem é o padrinho. Muitas vezes o padrinho podia ser até quem prejudicou, muitas vezes podia ser quem ajudou. Aí a gente tinha que ver pelo peso. Também, por exemplo, você tinha um negócio que tinha um peso enorme e outro que era mínimo naquele lugar. Se o cara foi prejudicado, eu não vou dizer que... é o rabo abanando o cachorro. Então é o que eu estou dizendo: às vezes a gente vai ajudar pelo que é o todo. Então definia o padrinho. Agora às vezes não, às vezes era uma relação história, tá? Então era muito... e mudava com o tempo, porque às vezes o empresário muda, muda pelo peso, às vezes de desgaste. Então essas coisas mudam com o tempo. É uma coisa meio natural eu, na organização... não era definida por ninguém, ocorria de maneira natural. Novamente: o líder entrava, não só eu, como todos, para apaziguar eventuais conflitos que sejam gerados. Por exemplo: muitos conflitos os meus diretos resolviam quando era entre o pessoal dele.

Juiz: Tá. E em Pernambuco? O que aconteceu lá com...

Marcelo Odebrecht: Não, foi aquele caso que eu citei: você tinha uma obra relevante lá. O Márcio me disse, (ininteligível – 00:22:39): “oh, Marcelo, eu...”. E o pessoal também faz o seguinte e eu vou comentar lá na frente. O Márcio não se envolvia em campanha, em apoio político. Ele nunca conversou comigo sobre apoio político. E aí ele uma vez mencionou como quem diz assim: “oh, eu estou lá ajudando na

campanha do Eduardo”. Aí eu falei: “oh, Márcio, você não vai fazer nada sem alinhar com o Pacífico”. Porque o Pacífico já estava, que era o diretor nosso lá, já estava reclamando que Márcio estava ajudando ele, quando ele tinha vários problemas com o governo do estado para resolver. É aquela história: o cara vai lá, procura um e o outro que está resolvendo os problemas... e aí o outro fica malzinho, entendeu? Então esse tipo de coisa foi que eu me lembro que Márcio procurou e eu falei: “Márcio, não acerte nada lá com o resultado sem alinhar”, eu usava esse termo, “sem alinhar com o diretor de lá”.

Juiz: Então sem ver se os problemas estão resolvidos? Sem a questão estar encaminhada...

Marcelo Odebrecht: Sem alinhar. Na verdade, essas coisas você tem que ter um líder. Quer dizer, eu sempre no final, se havia um conflito, se eu não deferisse quem ia tomar a decisão, a decisão final era minha. Então eu sempre, se havia um conflito, eu acabava escolhendo: “este cara vai...”. Obviamente que essa pessoa, em geral, olhava o todo, apesar de olhar o interesse dela. Mas eu sempre definia um padrinho para cada candidato. Esse negócio era a maneira natural, mas às vezes precisava entrar.

Orador não identificado: Se alguém não estivesse cumprindo com a obrigação, não tivesse resolvendo o problema que vocês tinham, ele recebia, também, de tal forma, valores... ou tinha um limite para isso? Tinha um ponto de ruptura?

Marcelo Odebrecht: Aí depende de caso a caso. Às vezes você tentava... por exemplo, no meu caso uma vez, eu até menciono aqui no Anexo: eu tinha essa conta de apoio a Guido, está certo? E a Palocci. Aí na eleição de 2014, a Graça me criou um megaproblema. E o Guido tinha me pedido um apoio, que não tinha nada a ver com a Graça, [foi da minha conta Italiano]. Teve uma hora que eu fiquei tão chateado, tão chateado, porque estava... pô, doando dinheiro, estava [regando] e a Graça fazendo isso? Que eu... até está em um e-mail. Eu mandei e-mail para o pessoal com o seguinte: “sabe de uma coisa? Aquele valor que eu combinei de liberar, segura”. Aí o meu próprio pessoal me ligou e disse: “espera aí, Marcelo, a gente já avisou para o cara que vai liberar e agora você quer segurar?”. Então é uma coisa meio complicada, às vezes. Essas coisas são caso a caso, entendeu. Então é aquela história: você vê pela dimensão. Você vê também se o cara realmente... é aquela história: o cara não está resolvendo porque ele não quer resolver? Ou o cara não está resolvendo porque é uma burocracia? É muito caso a caso. Então como a gente era descentralizado, eu procurava... cada um tomar a decisão caso a caso, entendeu? Era muito específico. Um outro ponto importante que eu acabei não mencionando e está aqui no meu

Anexo, é o seguinte: além da doação oficial que a gente fazia, além da doação de caixa dois direta, nós também fazíamos doação oficial através de terceiros. Ou seja: terceiros doavam oficialmente – e um desses parceiros era o Itaipava – e a gente reembolsava ele de alguma maneira. Por que isso ocorria, principalmente no Brasil? Eu vou mencionar lá na frente a questão da geração e distribuição. A maior parte da geração nossa, quase a totalidade, era no exterior, por questões fiscais. Só que a grande necessidade que a gente tinha de caixa dois era no Brasil, na época de eleição. Então você tinha uma necessidade aqui, sem uma geração aqui. E esse problema surgia sempre. Além do que a dificuldade de transitar com dinheiro. E aí a gente começou a usar esse tipo de coisa, de fazer por terceiros e reembolsar ele. E o grande nosso parceiro nesse assunto foi Itaipava. Quer dizer, ele fazia uma doação lícita – a gente pedia a ele: “olha, doe para tais candidatos” – e de alguma maneira a gente reembolsava ele.

Orador não identificado: Desde que época?

Marcelo Odebrecht: Acho que deve ter sido de 2010 para cá. Eu não sei precisar. Isso o pessoal já precisou.

Orador não identificado: Quem controlava?

Marcelo Odebrecht: Eu acho que Hilberto... o pessoal das operações estruturadas sabe desde que época e eles já devem ter falado isso aí. Eu soube, no meu caso específico, para a questão de Dilma em 2014 a gente teve que recorrer a ele...

Orador não identificado: Ao Walter Faria?

Marcelo Odebrecht: É. Ele fez doação oficial e...

Orador não identificado: Como é que cobria essa...

Marcelo Odebrecht: Eu acho que o pessoal especificou, porque aí tinha várias formas. Eu nunca procurei saber na época, mas o pessoal um dia explicou exatamente como é essa forma. Isso eu acho que o pessoal relatou direitinho.

Orador não identificado: Qual é que foi o valor que foi dado (ininteligível – 00:27:45) na eleição?

Marcelo Odebrecht: Eu não sei o valor total, mas eu acho que foi... estamos falando em dezenas de milhões. Ao longo do tempo aí. Dezenas de milhões de reais.

Juiz: Tem Anexo específico (ininteligível – 00:27:59)?

Marcelo Odebrecht: Deve ter Anexo do pessoal...

Orador não identificado: Deles? Da operação...

Marcelo Odebrecht: Da operações estruturadas. Deve ter falando sobre esse assunto. Inclusive eles devem ter o controle, porque o dinheiro foi reembolsado de alguma maneira.

Juiz: Pois é, justamente isso que eu ia perguntar. Como é que se deu esse reembolso

Marcelo Odebrecht: É, isso que o pessoal deve ter detalhado. Eu nunca procurei me informar. Eu sabia que era reembolsado. É aquela história: esse encontro de contas... cada um que vai atrás do seu. Por exemplo: quando eu autorizava... por exemplo: pega a questão da doação à Dilma em 2014. Eu sei que uma parte da doação em 2014 era de empresas que não tinham nada a ver com a conta Italiano. Ou seja: elas não eram fontes da conta Italiano ou da conta pós-Itália. Só que a gente usava ela para fazer doação oficial. Pô, quem fazia isso, a meu pedido, para fazer a doação oficial, ele dizia... ele era reembolsado depois. Isso aí eu não me preocupava, porque era aquela história: o empresário não ia assumir um custo que não era dele para depois não cobrar. Então cabia a cada um cobrar. Então de alguma maneira alguém cuidava. É aquela história: se era responsabilidade de alguém, alguém ia fazer, alguém ia cuidar disso.

Orador não identificado: [E sobre] uma forma de contribuição direta para algum cliente... tipo, assim, investimento de alguma empresa, parcerias, essas coisas assim?

Marcelo Odebrecht: Direta... não entendi. Como?

Orador não identificado: Normalmente a gente só vê você falar de campanha, campanha, campanha. Mas, assim, um benefício direto.

Marcelo Odebrecht: Ah, sim, é o que eu disse, seguinte: você tem vários casos. Aí cada um vai poder precisar... eu, por exemplo, eu precisei. Na relação que eu tinha da conta Italiano eu precisei o seguinte: desse montante que eu acertei, teve dois montantes que foi um fluxo de contrapartida específica, que tem a ver com Refis da Crise e o Rebate de Angola. Os outros foram uma questão mais geral. Com certeza cada um vai poder precisar se aquele valor que a pretexto... porque nem sempre a gente... o que eu estou dizendo é o seguinte: quando é caixa dois... esse é um dos problemas também de caixa dois. Quando é caixa um, você sabe que foi para a campanha oficial. Quando é caixa dois, em tese o cara diz que é para campanha, mas você não pode garantir que foi.

Orador não identificado: Claro.

Marcelo Odebrecht: Mas cada um vai poder precisar, como eu precisei na minha, se aquilo ali foi decorrente de um acerto específico, ou se aquilo foi decorrente de uma coisa mais geral, de um apoio... aí cada um vai poder ser preciso.

Orador não identificado: Então caso específico, a conta Amigo era específica para o Lula e que mais...

Marcelo Odebrecht: Não, mas aí na minha conta o que eu faço é o seguinte: a base da ilicitude eu acho que está na fonte. Ou seja, na verdade, no meu caso específico, teve dois casos de contrapartida específica: que foi o assunto do Refis e foi o assunto do Rebate. Os usos, na verdade, muitas vezes quem usava... aliás, quem usava nem sabia de onde é que vinha. É aquela história: quando o senador ou o deputado pediu apoio na conta de Marcelo, ele não sabia como é que era o meu controle. Então é difícil dizer. Eu acho que a ilicitude está no acerto da contrapartida específica. Quer dizer, o (ininteligível – 00:31:29) explícita, digamos assim.

Orador não identificado: Não, mas eu acho que a minha pergunta era assim: eu sou político, tenho uma empresa X, Y e Z. Em vez de jogar dinheiro para a minha campanha (ininteligível – 00:31:39)...

Marcelo Odebrecht: Ah, entendi.

Orador não identificado: Você vem e me ajuda na minha empresa.

Marcelo Odebrecht: Olha, isso pode ter ocorrido, mas também através das operações estruturadas. Porque uma coisa que a gente tinha... seguinte: desde o início, isso foi desde a década de 90, essa questão de... a gente separou totalmente. A gente gerava o caixa dois e jogava para fora da empresa. E aí tudo que seria pagamento, de qualquer natureza, propina ou não, qualquer natureza, ia ser feito por pessoas autorizadas a usar esse caixa dois. Por quê? A gente não queria que nenhum pagamento, de qualquer tipo e natureza, contaminasse a contabilidade oficial. Até para a gente ter a disciplina de quando a gente está assinando o balanço, quando a gente está... por exemplo, você não excluiu o pessoal corporativo com o pessoal que tem autorização para fazer esse tipo de pagamento. Então, em tese, se isso ocorreu... é aquela história: quando você faz um pagamento não contabilizado via caixa dois, você não sabe para onde esse dinheiro está indo, porque na verdade, o que você recebe? Você recebe uma conta. Essa conta pode ser uma conta que pode...

Orador não identificado: Para qualquer coisa.

Marcelo Odebrecht: Para qualquer coisa. Para a empresa do cara, pode ser qualquer natureza.

Orador não identificado: Mas você não conhece nenhum caso desses assim? De algum desses...

Marcelo Odebrecht: Não. Não, porque... não dos que eu lidava.

Orador não identificado: Não chegou nesse detalhamento?

Marcelo Odebrecht: Não nos que eu lidava.

Oradora não identificada: Não vinculada... o senhor está perguntando (ininteligível – 00:33:05) na eleição?

Marcelo Odebrecht: Não, ele está dizendo... não, não, não. Qualquer tipo, qualquer tipo.

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:33:08) favoreceu político, patrimônio político (ininteligível – 00:33:10).

Marcelo Odebrecht: Mas aí é o que eu digo: aí é forma. Se o cara recebia na conta pessoal dele ou na conta da empresa, é forma. A ilicitude está, de fato, nele receber. Agora, eu não conheço, mas é capaz de ter havido.

Orador não identificado: É, pois é. A Odebrecht contrata uma empresa aí vinculada a um determinado político e isso...

Marcelo Odebrecht: Não, não, é isso que a gente não queria. Veja bem: esse tipo de coisa é que a gente não queria. Por exemplo: a gente podia contratar a pedido. Muitas vezes vinha pedido, por exemplo, é o famoso caso que eu vou detalhar, tem um Anexo que eu falo, Taiguara, quer dizer, o Lula vai, pediu ao meu pai, que me pediu para contratar o cara. Podia contratar. Várias pessoas ligavam para a gente, empresário, político, e pediam para contratar. Mas isso você não fazia... se fosse algo ilícito, você fazia através... caixa dois. Você não misturava caixa dois. Você não misturava a contabilidade oficial. Se você vai pagar por aquela pessoa, se você vai pagar uma coisa que não tem respaldo, é fictício, você não faz pela contabilidade oficial. Tanto é assim que quando a gente começou o processo da Lava Jato, a gente começou as investigações internas, eu fiquei bem chateado porque a gente descobriu dois pagamentos que tinham passado, que eram pagamentos... eram os dois únicos pagamentos da área industrial que tinham a ver com aquelas empresas de fachada.

Não era para ter, porque se era para ter algum tipo de pagamento, independentemente de qual é, ele não podia ter ali. Então eu descobri (ininteligível – 00:34:47). Eu não vou dizer que às vezes não ocorreu, mas não era para ter. Mas, por exemplo, era um desgaste. Por exemplo: eu me lembro que uma vez (ininteligível – 00:34:56) a questão de Duda, isso ocorreu, eu menciono lá. No limite, no limite, eu digo que ocorreu essa questão aqui, mas foi uma questão... que eu menciono no Anexo específico. Acho que é logo mais à frente, a questão de Duda, como a gente fez o pagamento a ele, mas por quê? Porque ele tentou de uma forma, a gente tentou via caixa dois, não conseguiu, tentou outra, tentou outra, aí no final ela acabou fechando um contrato fictício. Mas não era para ter, não era para ter contrato fictício, porque você contamina a contabilidade oficial. Então pode ter tido pagamento para empresa, mas foi via caixa dois. O que não quer dizer que não ocorreu de uma maneira disciplinar, até porque eu mesmo aprovei um, que eu menciono lá na frente.

Juiz: Marcelo, só para concluir. Tu referes aqui no Anexo alguns políticos que receberam doações eleitorais. [Você poderia] só confirmar o nome deles, por favor.

Marcelo Odebrecht: Foi, eu mencionei os políticos que eu conhecia, que receberam: o Geddel, Jacques, [o Gim], Kátia, Edison Lobão, entre outros vários, o pessoal... ou seja, em alguns casos, eu sabia, por exemplo, a magnitude do pagamento. Eu sei, por exemplo, o Geddel era um cara que sempre apoiou a gente, era o cara que apoiava muito. Se você pegar as candidaturas de Geddel, Senado e deputado, eram valores a mais do que a gente pagava os deputados e senadores normais. Jacques Wagner foi o cara que a gente apoiou muito, ele e seu sucessor. O [Gim] eu acho que ficava no meio do caminho. A Kátia eu acho que não é uma pessoa que ajudava muito. Edison Lobão a gente ajudava muito. Então eu tenho mais... apesar de não precisar o valor, eu sei também alguns casos, se foi uma magnitude alta ou baixa, entendeu? (Ininteligível – 00:36:51).

Orador não identificado: Com esse pessoal citado seus encontros sempre foram protocolares? E os não protocolares?

Marcelo Odebrecht: É. Não, veja bem, eu não vou dizer os protocolares, mas quem tinha relação, que aí eu não posso dizer se nessa relação tinha coisa ilícita ou lícita. Por exemplo: Geddel. Nesse caso específico, Geddel, a relação maior era de Cláudio e tinha também uma relação com o meu pai diretamente. Então, por exemplo, se Cláudio não resolvesse, ele ia falar com meu pai. O Jacques a relação... quem conversava o Jacques era o Cláudio. Agora, no caso do Jacques, obviamente que o

Cláudio buscava alinhamento com o diretor local nosso da construtora e a Braskem, que tinha um peso muito grande.

Orador não identificado: [Quem era o diretor local]?

Marcelo Odebrecht: Ao longo desse tempo teve três. E a Braskem, porque a Braskem tinha um peso muito grande na Bahia. O [Gim] a relação era com o Cláudio. A Kátia era com o Cláudio. E o Edison Lobão era com o Ailton Reis e Cláudio. Aí tinha casos que aí variava da época. Quando ele era ministro foi mais o Ailton Reis que era (ininteligível – 00:38:00) energia, mas tinha Cláudio também. Desses aqui, por exemplo, o único, (ininteligível – 00:38:12), o único codinome que eu usava, às vezes, quando a gente falava de [meio], era o Edison Lobão, quando a gente falava de meio, era Esquálido. Era o único. Os outros eu nem sabia o apelido. Mas Esquálido a gente usava.

Juiz: Tudo bem, mais alguma coisa? As senhoras...

Marcelo Odebrecht: Não, aliás, teve uma só... desses aqui... é porque depois eu vi o seguinte: eu tinha colocado e por alguma razão, saiu na versão final do meu Anexo. Saiu, eu fui olhar e saiu. Mas, veja, o Edison Lobão... eu já tinha mandado para eles na versão final. O único desses que eu tive, digamos assim, conversas menos protocolares, digamos assim, o Edison Lobão, que eu tinha uma vez mencionado no Anexo que eu mandei, e depois na última versão saiu. Que foi aquela questão do PAC SMS. Que o Edison Lobão chegou uma vez para mim e perguntou assim: “Marcelo, que história é essa”, eu menciono lá na frente, “que história é essa que a Dilma disse que eu recebi, o (ininteligível – 00:39:20) recebeu dinheiro do PAC SMS?”. Aí eu falei: “(Ininteligível – 00:39:23) eu não domino esse assunto, eu já falei para ela que eu não domino esse assunto, foi um assunto olhado pelo PT e vamos cair fora disso. Eu e você”. Aí o assunto morreu. Mas ele estava incomodado, porque a presidenta achou que ele tinha recebido dinheiro do PAC SMS. Isso eu vou falar, isso foi a única conversa que eu tive menos protocolar com o Edison Lobão. E no caso do Jacques, eu me lembro o seguinte: o Jacques, quando ele... a única hora que foi uma conversa... não foi menos protocolar, mas deixou claro como ia ser a atuação, foi quando ele assumiu como governador na Bahia a gente teve um jantar com ele – estava eu, ele, Cláudio e meu pai – e ele falou: “olha, veja bem, eu sei como vocês atuam, eu sei que vai ter vários empresários aqui me procurando, mas veja bem, tudo ok, mas eu quero dizer o seguinte: eu não funciono assim, agora vocês entendam o seguinte, eu estou contando com vocês lá na frente, eu não vou dizer para vocês o quanto eu quero, mas eu conto com vocês lá na frente. E minhas conversas vão ser

como Cláudio”. Isso o Jacques foi claro para mim, pela relação antiga que ele tinha, do pai e tudo mais, ele falou: “minha conversa vai ser com o Cláudio”. Então é por isso que eu digo: não teve conversa com o Jacques, específico, que não passou por ele. Agora, obviamente que também é o seguinte: como o Cláudio não era Centro de Resultados, ele não podia acertar nada como Jacques que não viesse um alinhamento com o negócio.

Juiz: Pode encerrar? Então dou por encerrado o Termo de Depoimento número 22, prestado por Marcelo Bahia Odebrecht.

...

Fim da gravação.

Gravação TC 22.2 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:03:15

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ähn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Continuação do Termo número 22, que presta Marcelo Bahia Odebrecht. Em acréscimo o depoente esclarece? Por favor.

Marcelo Odebrecht: É importante entender que a relação da pessoa e da organização com determinado agende público é baseada em um tripé, que tem a ver com a performance da empresa, quer dizer, a capacidade da empresa de entregar aquilo que é legítimo, lícito, que o governador quer, o presidente quer, investimento e tudo; a relação pessoal que você constrói de confiança; e dinheiro para atender os interesses, sejam políticos, sejam particulares, da pessoa. Obviamente que o peso que cada um desses pés desse tripé tem, com determinada pessoa... é da natureza humana que o empresário, perante o seu líder, tente valorizar... até porque é seu líder que está avaliando ele, que vai pagar o bônus dele, tente valorizar o quê? A performance e a relação pessoal – até mais a relação pessoal, porque cria certa dependência da

empresa perante essa pessoa, porque essa pessoa tem uma relação pessoal. E ele muitas vezes tenta diminuir o peso do dinheiro. Por quê? O dinheiro não depende daquele cara. Se um cara diz para você que ele tem uma relação com determinado político baseada em dinheiro, quer dizer que essa relação basta trocar a pessoa, a outra paga e... então ele, para se valorizar, tem... então essa conversa é uma conversa, muitas vezes... obviamente que o líder, quando escuta isso, sabe do tripé, sabe que tem uma perna dinheiro. Agora o cara tenta minimizar a perna dinheiro e o líder não sabe exatamente o que é, mas esse tipo de coisa vai sempre existir e é difícil você perceber qual é o mais. E agora, por exemplo, quando começar a ouvir os relatos aí de todos os colaboradores, vai ter eu e vários outros líderes, vão olhar e dizer: “pô, esse cara vendia uma relação que, na verdade, era movida a dinheiro”, ou mais movida a dinheiro do que ele dizia que tinha.

Orador não identificado: Pessoal.

Marcelo Odebrecht: Do que pessoal. E tinha esse (ininteligível – 00:02:14), entendeu?

Orador não identificado: Isso foi uma surpresa agora depois da...

Marcelo Odebrecht: Eu pessoalmente fiquei surpreso com o vazamento... eu não tive acesso às colaborações dos outros. Meus advogados tiveram acesso a algumas leniências da empresa, que não necessariamente reflete a colaboração individual específica, mas, por exemplo, eu tive surpresa com essa colaboração que saiu do Cláudio. Em alguns casos ele vendia uma relação pessoal, que se mostrou diferente do que acabou sendo.

Orador não identificado: Que era baseada no (ininteligível – 00:02:47) do dinheiro.

Marcelo Odebrecht: É, isso aí é o que eu estou dizendo. Existem esses casos, entendeu? Aí vai acontecer esse e n casos.

Orador não identificado: Encerramos [o caso].

Juiz: Então dou por encerrado o arquivo de vídeo complementar ao depoimento número 22.

...

Fim da gravação.

Gravação TC 23 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:14:28

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ähn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 23, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, aqui presente, e na companhia das suas advogadas Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo, eu indago se tu vens aqui de forma espontânea contribuir com a investigação em face do acordo celebrado com o Ministério Público Federal, nos termos da Lei 12.850 de 2013. E ainda se tens ciência de que os efeitos da colaboração dependem do conteúdo da tua colaboração, dos teus depoimentos, e das provas de colaboração que tu vieres a entregar.

Marcelo Odebrecht: Esses são meus defensores e é espontâneo.

Juiz: Pois não. Marcelo, eu preciso que tu fales agora quanto ao conteúdo do Anexo 8.1, Compra de Legendas para Compor a Coligação de Dilma Rousseff na Eleição 2014. Por favor.

Marcelo Odebrecht: Entre maio e junho, não sei precisar exatamente qual foi a data, mas o Guido veio com um pedido adicional da campanha. Quando eu digo adicional: ele tinha um crédito comigo ainda, dentro daqueles 100 milhões que ele tinha sinalizado e eu já tinha concordado, só que, até então, para a campanha eu já tinha feito, a pedido dele, a doação oficial, já tinha feito a doação oficial para o PT, que deu para ela, e já tinha acertado pagamentos para João Santana. Aí ele veio me pedindo adicional, entendeu? E eu não tinha... eu falei para ele: “olha, Guido, não dá. Eu não posso fazer mais oficial”, porque tinha o relativismo com os outros candidatos, “eu posso dar para João Santana”. Aí ele falou: “não, João já está adequado”. E eu falo: “está com dificuldade de fazer via caixa dois, por causa da questão da Operação Lava Jato, está difícil movimentar dinheiro”. Aí ele falou: “então vamos ver se você consegue doar para os partidos que a gente tem aí, que a gente fechou coligação, tem os compromissos”. Porque, segundo ele, quando fechava o apoio dos partidos, você,

de certo modo, se comprometia, o PT se comprometia a apoiar esses partidos no fechamento da coligação. Escutei valores de tudo que é natureza, escutei que o total desse pagamento era 100, 200, mas isso eu não posso precisar, eu escutava esses valores. Mas de certo modo, para a gente, ele me fez um pedido original e aí que as minhas notas, talvez, gerem uma confusão, mas o pedido original envolvia 20 milhões, que acabou sendo realizado. Mais... que são essas notas que tem aqui. Nesse pedido ele fez o pedido ainda para Feira e aí pediu para Eurípedes Júnior do PROS, para Lupi, para Marcos Pereira, para Fábio Tokarski, que a gente procurasse essas pessoas e fechasse essa contribuição. Isso totalizava 20. Além disso, ele fez um pedido, também nessa primeira reunião que eu tive com ele, para o PR, que era para [procurar o] Antônio Rodrigues; o PP, que era para procurar o Ciro; e o PSD, que era para procurar o Kassab. Esses totalizavam 37.

Orador não identificado: 37 milhões?

Marcelo Odebrecht: É. O primeiro pedido dele para mim foi de 57 milhões. Porque vocês vão ver vários papéis aqui. O primeiro pedido dele para mim, nessa primeira reunião, foi de 57 milhões para atender a essas pessoas. Pronto. Aí, eu saí da reunião, como sempre faço, fazia na reunião com ele. Eu não sei precisar se logo depois, se foi uma daquelas no Renaissance ou chamei o Edinho. Aí sentou eu, Edinho e Alexandrino, e pedi para operacionalizar... o Edinho e Alexandrino: “olha, Edinho, veio esse pedido”. Edinho sabia desses compromissos e, agora, o Alexandrino tinha que operacionalizar. Alguns desses contatos... a gente tinha uma pessoa dentro de casa que tinha uma relação mais próxima. Exemplo: o Kassab, o Ciro. Então, para alguns desses que a gente tinha outro contato, com um contato estabelecido, eu até liguei para a pessoa: “olha, é importante você saber... avisa a pessoa que veio um pedido para a gente apoiar eles, tá?”. Cifrado e o pessoal entendia como é que eu falava. Aí o que aconteceu: esse era um pedido de 57. A gente demorou para operacionalizar, porque tinha que procurar a pessoa, tinha que fazer isso, tinha que viabilizar como. Aí eu me lembro bem que nesse momento foi que... acho que dois ou três dias depois... às vezes são umas coisas que você se lembra bem. Eu estava indo já para casa, passando pela avenida Morumbi, aí recebi uma ligação, nessa época, do Guido. Ele falou: “Marcelo, você já fez aqueles?”. Eu falei: “Guido, não dá ainda, porque você acabou de...”, tinha pedido dois ou três dias antes, “você acabou de me pedir e não deu. Vamos fazer o seguinte? É mais prático daqui para frente, quando você precisar isso”, e aí foi que a gente mudou um pouco a esquemática da campanha, “vamos fazer o seguinte: faça com o Edinho e depois eu busco a sua autorização”. Então a gente mudou até um pouco a esquemática. A partir de então, o

Edinho fazia o pedido, operacionalizava com o Alexandrino, e depois eu aprovava com o Guido. A gente mudou umas coisas.

Orador não identificado: Mas o Edinho fazia a operacionalização de outros partidos também? Ou só do PT?

Marcelo Odebrecht: Não, não era necessariamente operacionalização. Ele sabia, tinha consciência, até porque ele capitalizava em cima. No fundo, eu entendia o seguinte: foi uma obrigação da candidatura Dilma de bancar em certo montante os outros partidos. E para gente coube 57. No final das contas, a gente não conseguiu a tempo. E aí eu fui, isso foi uma sexta-feira, na segunda-feira eu já voltei para estar com Guido e falei: “Guido, olha, não deu”. Aí ele falou o seguinte: “olha, Marcelo, vamos fazer o seguinte: eu já resolvi 37”. Por isso que nas minhas notas está cancelado. Então, na verdade, o PR, o PP e o PSD, que eram R\$ 37 milhões originais, ele resolveu com outra empresa ou alguém mais, ele não me falou quem. Então alguém pagou esses 37, tá? E ele falou: “não, mas os 20 outros”, que são os que estão em cima da minha nota... que eu boto assim: compromissos de reuniões. Aí eu boto o valor barra 7. Quem olhasse, parecia que estava falando de uma data. Então esses compromissos daqui de cima, esses compromissos sim a gente acabou bancando. E nessa reunião, além dos 20 originais, ele me pediu mais 5 para o Feira e mais 4 para esse Fábio. Então ele cancelou os 37, que é o de baixo, manteve os 20 originais e me deu mais 9. Pronto. E aí foi isso que acabou acontecendo, entendeu? Cadê aquela...

Oradora não identificada: (Ininteligível – 00:07:27).

Marcelo Odebrecht: Não, aquela minha nota.

Oradora não identificada: (Ininteligível – 00:07:31).

Marcelo Odebrecht: Não, tudo bem.

Orador não identificado: Isso (ininteligível – 00:07:33).

Marcelo Odebrecht: Tô. Então é assim que funcionava, mais ou menos. Foi...

Orador não identificado: Esses dados estão no Anexo 32?

Marcelo Odebrecht: É.

Oradora não identificada: 23.

Marcelo Odebrecht: Quem operacionalizou como se pagou essas pessoas, de que forma foi... eu na época nem procurei saber se foi oficial, como foi. Depois a gente ficou sabendo que praticamente tudo foi caixa dois. Quem operacionalizou sabe. São os contatos de cada um, mas tudo está registrado aí nas [provas] quem fez o processo. Quer dizer, na época eu não procurei saber quem... como fez isso. Só pedi para fazer.

Juiz: Tá. Me esclarece um aspecto aqui, Marcelo: quando tu fostes falar com cada um desses representantes partidários, eles já estavam sabendo, pelo Guido Mantega, ou pelo Edinho, que tu ia procurá-los...

Marcelo Odebrecht: Eu pessoalmente não falei com nenhum.

Juiz: Certo.

Marcelo Odebrecht: Mas eu pedi para aqueles que eu sabia quem era o contato e não era Alexandrino, eu liguei para a pessoa e disse: "procure tal pessoa". Então, por exemplo, Ciro: eu pedi para Cláudio procurar. O Kassab: eu pedi ou Luiz Bueno ou Júnior para procurar. E os outros eu pedi para Alexandrino... o Lupi, por exemplo, deve ter sido o Fernando Cunha que eu pedi para procurar. E os outros eu pedi, basicamente, para Alexandrino combinar como Edinho. Muitos a gente nem conhecia. Não, mas aí sim, a pessoa ia e dizia... a gente não dizia que o dinheiro era nosso, quer dizer, também... ou seja, a gente dizia o seguinte: "a pedido do", aí se usou o Edinho, "a pedido do Edinho, aquele compromisso que vocês tinham está sendo cumprido aqui através da gente".

Juiz: Tá, então fechava o ciclo da...

Marcelo Odebrecht: É, teve até um que eu me lembro que era o Kassab, porque na hora que eu saí da reunião, eu avisei para a pessoa, que eu não me lembro se foi Luiz Bueno ou Júnior, mas eu avisei para um dos dois avisar o Kassab. Aí depois eu tive que... ah, o Ciro também eu avisei para Cláudio. Aí depois eu tive que ligar para ele: "olha, diga que não é mais a gente". Porque eu fiquei com medo de, de repente, o compromisso ter sido passado para outra empresa, ele não receber e ficar pensando que era a situação nossa. E era, como eu disse, a gente não tinha reuniões para tratar só desse tema. Por exemplo, essa é uma reunião que eu tive com Guido, uma agenda que eu tive com ele, a agenda que eu pedi a ele era só para falar dos financiamentos pendentes, tá? E aí, na própria reunião, quer dizer, não tem nada a ver, um tema não tem nada a ver com o outro, mas na própria reunião veio as demandas que eu vou anotando de pagamentos. Quer dizer, não existia um pedido,

assim... agora, a gente tinha uma reunião... os temas eram tratados de maneira simultânea. Ou ele tinha pedido a reunião para falar comigo e eu levei meus temas, ou eu levei meus temas e ele pediu. Então era assim que funcionava.

Juiz: Era uma relação em que era normal que os assuntos dos dois lados eram tratados.

Marcelo Odebrecht: É, exatamente. Os dois lados eram tratados. É aquela história: será que se eu não fosse um grande doador, se eu não tivesse compromisso, será que eu teria tanto acesso para o meu pleito? Não sabe, isso aí você não consegue identificar e precisar, entendeu?

Juiz: Certo. E essa questão envolvendo um conflito entre a Odebrecht e a Petrobrás, quanto ao contrato do PAC SMS?

Marcelo Odebrecht: Isso, na verdade, eu botei porque tinha um e-mail meu, que é aquele e-mail que acabou não gerando nada. Foi um e-mail que eu... eu já tinha autorizado a fazer os pagamentos, e aí eu estava chateado com o negócio do PAC, que eu vou falar mais à frente. E aí eu mandei um daqueles e-mails: "oh, cancela". Aí, eu me lembro que na época, se eu não me engano foi Júnior, que era líder de Alexandrino, ligou para e sensatamente falou: "Marcelo, você diz que vai pagar. A gente avisa para o pessoal que o pessoal vai receber. Agora você vai cancelar uma coisa que não tem nada a ver?". Aí realmente eu estava misturando as bolas e eu mesmo tirei minha ordem e autorizei. Mas fazia parte. Realmente me gerou muito incômodo, nessa eleição de 2014, o fato de que a gente estava doando... eu já tinha me comprometido com esses 100 milhões com o Guido lá atrás, e teve uma série de problemas em 2014. E o governo não resolvia os problemas, ele não resolvia. E eu não achava isso... eu dizia: "pô, não é justo". Até eu fiz uma nota enorme uma vez, que eu botei no meu Anexo, com todos os pontos. É uma nota de quase cinco, seis, sete páginas. Todos os pontos, os problemas que a gente tinha com o governo. E, pô, essa é a maneira de tratar os parceiros? Quer dizer, a gente faz isso e vocês deixam todas essas pendências? Era uma nota que eu botava... eu mostrei ela para Dilma, mostrei para Guido, mostrei para Edinho, mostrei para todo mundo. Em suma, quer dizer, eu procurava não misturar as bolas. Eu tinha me comprometido com o Guido 100 milhões, eu tinha problemas em outras áreas que não eram relativas a ele, eu não podia também cancelar.

Orador não identificado: Os partidos que receberam, então, em função disso, foi o PROS, [PRB], PCdoB e [PDT]. É isso, né?

Marcelo Odebrecht: PROS, PDT, PRB, PCdoB. Foi.

Orador não identificado: Tá. E o valor de [24] milhões?

Marcelo Odebrecht: O total deu 24 milhões.

Juiz: E tu saber informar qual é a forma de divisão desse...

Marcelo Odebrecht: Está aqui. As notas dizem claramente qual é o valor de cada um. Para o Eurípedes Júnior, PROS, foi 5. Quer dizer, não sei se foi para Eurípedes... foi para o PROS, 5, foi conduzido através dele. Para o PDT foi 5, para o PRB foi 5 e para o PCB, 7.

Orador não identificado: Tudo caixa dois, né?

Marcelo Odebrecht: Aí depois... na época eu não procurei saber, mas depois, agora na colaboração, a gente confirmou, foi tudo caixa dois. E as informações foram dadas do local, tudo.

Orador não identificado: E cada um operacionalizou no seu grupo, né?

Marcelo Odebrecht: E cada um operacionalizou no seu grupo.

Juiz: Algum acréscimo?

Orador não identificado: Não. É geral... [não sei se tinham falado] sobre como era gerado o caixa dois.

Marcelo Odebrecht: É aquele Anexo que a gente tem específico. A gente tem um Anexo específico sobre isso.

Juiz: As senhoras têm alguma consideração?

Oradora não identificada: (Ininteligível – 00:14:13).

Marcelo Odebrecht: Ah, não, é isso, porque quem deve ter maiores detalhes disso aqui, a maior parte deles, é o Alexandrino. Deve estar no relato dele.

Juiz: Então dou por encerrado o 23º depoimento.

...

Fim da gravação.

Gravação TC 27 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:07:16

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahã, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ähn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 27, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, aqui presente, acompanhado de seus advogados Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo, eu indago se esses são os defensores que tu constituíste e ainda se comparecesses de forma espontânea e voluntária na data de hoje para depor, em face de acordo de colaboração premiada celebrado com o Ministério Público Federal, com base na Lei 12.850 de 2013. E ainda se tem ciência de que os efeitos da colaboração dependem do conteúdo dos teus depoimentos e dos meios de prova que alcançarem.

Marcelo Odebrecht: Eles são meus advogados e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Então, por favor, Marcelo, eu queria que tu falasses a respeito do Anexo 8.5, cujo título é: Pagamentos com Recursos de Caixa Dois e a João Santana para campanha eleitoral de Fernando Haddad para a prefeitura de São Paulo em 2012.

Marcelo Odebrecht: É, como ficou, acho, evidente, a gente acabou sendo uma forma fácil, um [jeito] fácil de acabar pagando as despesas de marketing que João Santana prestava para vários candidatos do PT. Agora, obviamente que eu só assumia aqueles que eram autorizados por Guido ou Palocci, e, portanto, era do interesse, digamos assim, do partido como um todo. Não a candidatura específica. Nesse caso específico, essa foi uma candidatura que foi muito apoiada por Lula, entendeu, e, portanto, teve um peso muito forte, na época, do Lula. Eu não me lembro da gente ter apoiado diretamente essa candidatura do Haddad, mas depois de terminado, veio uma dívida. Tinha uma dívida, o Guido me procurou e pediu que a gente resolvesse uma parcela da dívida – eu não me recordo se a gente resolveu 15 ou 40, mas foi entre esse valor. Que nem na hora o Guido disse que sabia qual era a dívida: “Oh, Marcelo, tem uma dívida. Procura lá”. E eu direcionei internamente. A questão é que eu [fiquei em

dúvida] se eu direcionei para o Hilberto, porque era o João Santana, ou se para o nosso diretor de São Paulo. Eu não consegui aferir isso, mas foi um dos dois, com certeza – ou o Luís, ou o Hilberto. Com certeza transitou para o Hilberto, porque era João Santana. E a gente assumiu essa dívida e descontei da planilha pós-Itália.

Juiz: Tá, Marcelo, só para eu entender, porque é uma diferença grande: 15 e 40.

Marcelo Odebrecht: É porque era como funcionava a coisa. Guido não falou com número, o Guido disse o seguinte: “oh, Marcelo, tem uma dívida para resolver, veja lá a dívida”. E para mim não me interessava, porque seja lá qual fosse o número, eu ia abater da... ou seja, a pessoa que procurou e fechou o número, abateu da conta. E eu não me lembro agora, eu não tenho a última versão, a gente não conseguiu achar a última versão da planilha, mas o valor com certeza foi abatido e o Hilberto sabe. E o valor que foi abatido, foi abatido. Se o cara tivesse, assim... obviamente que o Hilberto só ia abater se tivesse saldo, mas se ele fosse no limite e usasse todo o saldo, ia usar todo o saldo. Eu não me preocupava muito. O dinheiro... eu já tinha me comprometido com o dinheiro, então, entre aspas, o dinheiro já não era mais meu.

Orador não identificado: Por que esse valor foi abatido da planilha Italiano?

Marcelo Odebrecht: Não, esse pedido foi pedido para o Guido.

Orador não identificado: Foi pedido para o Guido?

Marcelo Odebrecht: Para o Guido. Então foi da pós-Itália.

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:03:40).

Marcelo Odebrecht: Ou foi do Italiano, daqueles 50.

Orador não identificado: Tá.

Marcelo Odebrecht: Ou foi do Italiano... não, não, desculpe, desculpe. Foi do Italiano, dos 50, porque o pós-Itália só começou em 2013, 2014. Esse pedido foi feito mais ou menos logo depois da eleição, por exemplo, estamos falando aqui de dezembro de 2012. Então foi Italiano. Foi Italiano naqueles 50 milhões que era do Guido.

Orador não identificado: Então deixa eu ver, porque eu tinha entendido que essa planilha Italiano e pós-Itália só servia para (ininteligível – 00:04:07) as campanhas presidenciais, né? Por que aparece [no plano] municipal?

Marcelo Odebrecht: Não, não. Aquele conceito é o seguinte: esse foi meu primeiro approach. Eu disse para Palocci lá atrás, quando ele começou a pedir o recurso para primeira campanha municipal de 2008, eu disse: “Palocci, eu não tenho responsabilidade, não me meto nas eleições municipais. Eu só me meto na campanha presidencial. Agora, veja bem: se você quiser descontar do valor que eu vou dar para a campanha presidencial...”. E aí foi que começou a haver esse pedido: “tudo bem, mas saiba que tudo que eu pagar a pedido seu, vai ser descontado do valor da campanha presidencial”. Então na hora que Guido tinha aqueles 50 milhões, que ele tinha acertado comigo para a campanha de Dilma 2010, que acabou não usando, que ele começou a usar, ele sabia que esses 50 não estaria disponível para a campanha de 2014.

Orador não identificado: Entendi, entendi. Haddad e quem mais que foi descontado da planilha?

Marcelo Odebrecht: Ah, teve vários: o [Alan] (ininteligível – 00:05:06), lembra? Todos aqueles pagamentos. Aí começou revista, Vaccari... a partir de um certo momento...

Orador não identificado: Ela deixou de ser campanha presidencial e...

Marcelo Odebrecht: Já deixou, mas todo mundo sabia... e aí era a minha preocupação, por exemplo... foi bom fazer essa pergunta, porque tem essa nota que eu botei. Minha preocupação quando chegasse... da mesma maneira que na eleição de 2010 eu pedi para meu pai avisar Lula da nossa contribuição, porque eu queria ver na campanha... era, entre aspas, pouco, mas porque a gente estava doando desde 2008. Eu, inclusive, em uma das conversas que eu anotei para falar com Edinho, porque... “Edinho, olhe, não ache que a gente está doando só 5 milhões. Até Haddad a gente doou”. Então, ou seja, sem contar para eles do detalhe (ininteligível – 00:05:58). E aí eu procurava com aqueles interlocutores dizer o seguinte: “o nosso”... porque chegava lá, se eu não... talvez o Edinho: “mas espera aí, o Marcelo... dizem que a Odebrecht é grande doadora, ele está doando 5 milhões”. Mas não. Eu e outros informava a ele que não, que a gente, na verdade, doou até... só que a gente doava antes dos outros. A maior parte das empresas como é que funciona, pelo meu entendimento: os políticos geralmente procuram as empresas na véspera da eleição ou tinham acertado. A gente não, a gente ia... como tinha esse crédito preestabelecido, anunciado, e eles iam gastando por conta. E muitas vezes eles gastavam antes mesmo da eleição. Quando chegava na eleição em si, eu não doava nada.

Orador não identificado: Entendi.

Juiz: Os senhores têm algum acréscimo?

Oradora não identificada: Não, só ele confirmar o Anexo com os (ininteligível – 00:06:53).

Juiz: Ah, sim.

Marcelo Odebrecht: Sim, é só porque eu acho importante que eu estou aqui tentando ser fidedigno com os Anexos, mas vira e mexe pode ter uma outra coisa que eu estou adicionando ao depoimento ou eventualmente posso estar enfatizando e os Anexos fazem parte da minha colaboração.

Juiz: Está bem.

...

Fim da gravação.

Gravação TC 32 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:11:54

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahã, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ähn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 32, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, na presença de seus defensores Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo, eu indago se estes são os defensores por ti nomeados e ainda se é de livre e espontânea vontade que compareces para depor em face do Ministério Público Federal, para instrução do acordo de colaboração premiada celebrado com base Lei 12.850 de 2013. E pergunto, ainda, se tu estás ciente de que os efeitos da colaboração dependem do conteúdo dos teus depoimentos, e ainda dos meios de provas que tu fores alcançar.

Marcelo Odebrecht: Esses são meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Marcelo, eu lhe peço, por favor, que fale sobre o Anexo número 10, Influência junto a Guido Mantega para obtenção de benefícios ao setor de etanol, Odebrecht Agroindustrial. E antes de esclarecer, por favor, confirme o conteúdo do Anexo que foi entregue, pela tua defesa, ao Ministério Público Federal.

Marcelo Odebrecht: Confirmando o Anexo. Esse é um exemplo grande, é um tema também que ocupou grande parte da minha vida com o Guido. É um exemplo claro daquilo de que, na cabeça do governo, deu um benefício para a gente... que no fundo ele tinha era mais que resolver um problema que ele mesmo criou. E a gente, por alguma razão, se embolou no problema. Então em 2007/2008, a pedido de Lula, naquele auge do etanol, a empresa acabou investindo [no etanol], um mega investimento, foi o maior investimento que a gente fez nos últimos anos, foi nessa área. E aí, logo depois disso, o governo começou a ter problema tributário e tirou a CID. Começou a controlar o preço da gasolina, [uma longa história]. Gerou um mega problema, até hoje é um passivo nosso, que a gente tem, enorme, uma dívida enorme nossa, acabou de ser reestruturada. A gente fez esse (ininteligível – 00:02:00) de investimento e gerou esse problema que a gente tinha. Nós eramos, talvez, a empresa com o maior problema, porque a gente tinha sido a maior investidora. Os outros, na verdade, eram investimentos antigos. Nós tínhamos investido, a pedido de Lula, naquela época. E aí passou a ser, desde que eu assumi a Odebrecht SA... na verdade, a decisão de investimento ocorreu antes de eu assumir a Odebrecht SA, já estava investindo. Então a partir do momento que eu assumi, isso passou a ser um dos grandes problemas que eu tinha que lidar e fazia parte da minha agenda com o Guido para resolver. Dentro dessa linha, não foram poucas as reuniões. E aí uma das primeiras foi essa questão do Pacote de Etanol, que [é] acúmulo de PIS/Cofins. E aí como é que funciona as coisas, para você ter uma ideia: por que eu digo que era uma coisa justa, legítima, mas óbvio que, talvez, eu conseguia resolver as coisas, ou ajudar a resolver as coisas, porque era a relação que eu tinha. Então um exemplo claro: era um pacote que foi prometido, que ia resolver o setor, e eu tinha uma reunião com Guido por outra razão. Quando eu estava esperando o Guido, essa reunião foi em Brasília, eu estava esperando ele naquela antessala que tem uma sala de reunião, ele entra pela sala dele, eu estava esperando. Eu não me lembro quem, mas alguém da equipe dele: “oh, Marcelo, esse é o Decreto do Pacote do Etanol que vai sair amanhã”. Aí eu li rápido e disse: “olha, isso não resolve, não é nada disso. Aí o governo vai dizer que fez o pacote de etanol, [desonerou], e não vai resolver”. Aí eu logo em seguida tive a reunião com o Guido e disse: “Guido, segura esse negócio e vamos botar os

técnicos da [Unica], e o seu pessoal, para resolver esse assunto e vir um pacote razoável”. E aí foi feito isso. Quer dizer, é aquela história: era legítimo, mas, com certeza, se eu não tivesse esse acesso, o pacote ia sair e eles (ininteligível – 00:03:49). Então eu consegui isso, teve a reunião, aí o pacote saiu. Foi aquele pacote que saiu junto com o ReiQ. Esse foi um exemplo. O outro assunto foi a CID. A gente precisava que voltasse a CID à gasolina, porque a CID cria o diferencial com o etanol, que o governo, para controlar o preço da gasolina, tinha tirado. E aí tinha uma discussão dentro do governo da questão da inflação, (ininteligível – 00:04:13), a gente contratou, via Unica, que era a entidade do setor, o FGV para aprovar. Aí eu consegui mobilizar os técnicos da Fazenda para discutir com a Unica a questão de qual era o impacto da inflação. Quer dizer, isso tudo era legítimo, foi um problema criado por eles. Agora, infelizmente ele via isso como um benefício que ele estava dando para a gente. Com certeza pesava, na cabeça dele, quando ele fazia o pedido para doar de campanha. E algumas coisas, não tudo, eu conseguia resolver por esse acesso que eu tivesse a ele. Quer dizer, se tivesse uma empresa, ou um setor, que não tivesse esse acesso e não fosse grande doador, não tivesse esse compromisso que eu tinha com eles, provavelmente não tinha resolvido. Então, ainda que não tenha resolvido total, o que foi resolvido com certeza teve um peso importante no fato de que eu tinha esse acesso a ele.

Orador não identificado: Tá. Na cabeça dele haveria, então, uma doação. E houve essa doação?

Marcelo Odebrecht: Na cabeça dele é aquela história: a partir do momento em que eu passei a ter aquele crédito dos 50 e depois ele me sinalizou... a partir desse momento, ele nunca mais falou. Mas a gente criou uma relação onde eu tinha acesso a ele, ele atendia... não era o que atendia tudo, mas atendia algumas coisas e ele sabia que eu doava, e ao mesmo tempo eu criava esse compromisso implícito. Então esse é um exemplo de coisas de como funcionava o governo. Na verdade, é o que eu digo: vamos supor que a Odebrecht não tivesse um setor de etanol. Provavelmente, por mais legítimo que tenha sido isso aqui, era capaz de, sem o acesso que eu tinha a ele, isso aqui não ter saído. Apesar de ser 100% legítimo. Esse acesso que eu tinha a ele era por quê? Porque ele sabia que eu era um grande doador. Se ele não começasse a resolver também uma parte dos problemas que eu levava para ele, legítimos ou não, eu ia criar dificuldade na época da eleição. E se você [racionalizar] que eu era um dos maiores doadores, ele criaria um buraco na campanha dela. Então são coisas que, apesar de não ser uma coisa implícita, era como funciona a relação de um grande doador, com uma pessoa do setor público.

Orador não identificado: Vocês acabaram ganhando... resolvendo essa [coisa do Cofins], né? Mas o crédito (ininteligível – 00:06:54).

Marcelo Odebrecht: É aquela história: [isso aqui] foi criado como dificuldade e depois vendido como facilidade. Quer dizer, isso tudo aqui foi discutido tecnicamente, tinha embasamento. Mas provavelmente não teria sido, como outros que não teria sido se você não tem acesso.

Orador não identificado: Tá. Isso foi negociado em que época, mesmo?

Marcelo Odebrecht: Foi entre 2013 e 2014.

Orador não identificado: Junto com a outra desoneração?

Marcelo Odebrecht: Foi. Esse foi junto com o ReiQ. O último pacote de desoneração do setor. Porque nesse momento já começou a haver muita crítica, na mídia, sobre os pacotes de desoneração que privilegiavam os setores...

Orador não identificado: Esse e o ReiQ então geraram um crédito lá na conta de 100 milhões?

Marcelo Odebrecht: Não, esse aqui não gerou nada. Esse aqui, por exemplo, a agroindustrial estava tão ferrada, que eu nem tinha como pedir a eles para contribuir com a conta. Na verdade...

Orador não identificado: Não, mas isso é o que gerou, né?

Marcelo Odebrecht: Não, o ReiQ, dentro daquela linha é o seguinte: o ReiQ era uma coisa relevante, era uma coisa que ia resolver. E eu, naquele alinhamento que eu dividi...

Orador não identificado: Eu vou inverter: se não tivesse saído esse pacote aqui, teria saído os 100 milhões?

Marcelo Odebrecht: Eu acho... é aquela história: ele resolveu uma coisa, mas não resolveu outra. Resolveu parcialmente. Essa pergunta você tinha me feito, por exemplo, no ReiQ. Eu disse o seguinte: se não tivesse saído o ReiQ, provavelmente eu não teria dado os 100 milhões, porque eles sabiam o impacto do ReiQ. Se esse pacote aqui tivesse saído e não tivesse saído o ReiQ, provavelmente eu não teria dado. Eu acho que o ReiQ pesou mais...

Orador não identificado: Do que aqui.

Marcelo Odebrecht: ...do que aqui. Por quê? O ReiQ... aqui, de certo modo, ele sabia que ele tinha uma dívida com o setor. No ReiQ, na cabeça dele, ele achava... não necessariamente ele achava que o setor precisava tanto quanto aqui. Essas coisas não são muito preto no branco, mas eu diria o seguinte: a contribuição, os 100 milhões... e por essa razão foi o seguinte: sem o ReiQ eu não teria doado aquele valor que eu doei para 2014.

Orador não identificado: [Mas isso aqui faltou], apoiou? Teve alguma coisa...

Marcelo Odebrecht: Não, eu acho que esse aqui... tudo pesa, mas eu diria que...

Orador não identificado: Não foi por (ininteligível – 00:09:22).

Marcelo Odebrecht: Não. E esse aqui eu diria que foi muito difuso entre as empresas. A gente, por exemplo... é aquela história: o ReiQ a Braskem estava na frente, apesar da cadeia estar por trás. Aqui era a Odebrecht, Unica, tinha várias empresas, a gente não era o líder. Mas o que eu mostro com isso, que eu fiz questão, é o seguinte: esse era mais um item dos N's da minha agenda. E como funcionava as coisas que não eram, às vezes, uma troca direta.

Orador não identificado: E as outras empresas que faziam parte da Unica, colaboraram também?

Marcelo Odebrecht: Eu não sei informar.

Orador não identificado: Não sabe informar?

Marcelo Odebrecht: Essas coisas, normalmente, as empresas não falam.

Orador não identificado: Não falam, né?

Marcelo Odebrecht: É, não falam.

Orador não identificado: A não ser o caso da... (ininteligível – 00:10:11).

Marcelo Odebrecht: Não, não, o Benjamin não tem nada a ver com...

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:10:15).

Marcelo Odebrecht: Não, não, não, não. É, mas...

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:10:17).

Marcelo Odebrecht: Não, mas aí ele pediu uma coisa... um pedido privado para privado. Não teve nada... mas eu estou dizendo o seguinte: se você acerta alguma coisa por conta de alguma coisa, de alguma agenda, isso você não fala.

Juiz: Mas isso aqui sendo benefício do setor, não houve uma reunião na Unica para tratar de alguma [vantagem]? Alguma coisa?

Marcelo Odebrecht: Houve, várias.

Juiz: (Ininteligível – 00:10:36).

Marcelo Odebrecht: Eu não sei. Aí eu não conduzi as reuniões na Unica. Eu não estava presente nas reuniões da Unica, mas com certeza... veja bem, eu não e nem meu pessoal tinha, porque eu não acertei nada por conta disso. Então eu nunca transmiti para os LE, nem ele para mim, que tinha acertado alguma coisa (ininteligível – 00:10:56). O que pode ter havido, mas aí com certeza o Cláudio, mas eu acho que também não [cobraram], é a questão da intervenção junto ao Congresso. Mas, novamente, é aquela história: esse assunto entrou no Congresso junto com o ReiQ. Esse assunto não tinha a digital da Odebrecht, porque era o setor, o setor realmente estava precisando, tem uma bancada ruralista que é grande... obviamente que aí vai perguntar: sim, a bancada ruralista apoia os projetos, porque sabe que vai contar com o apoio? Sim. Mas aí é uma coisa mais difusa ainda. Eu acho que nesse momento que transitou os dois temas no Congresso, eu acho que se houve algum pedido de apoio, tudo, dos congressistas, foi mais focado no ReiQ. Essa é a impressão que eu tenho. O Cláudio pode esclarecer melhor esse assunto.

Juiz: Os senhores têm algum acréscimo?

Oradora não identificada: Não.

Juiz: Então eu dou por encerrado o depoimento número 32.

...

Fim da gravação.

Gravação: TC 34 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:49:44

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza

Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ähn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 34, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, na presença de seus defensores Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo, eu indago se tu estás aqui presente por livre e espontânea vontade para prestar depoimento em face da colaboração premiada, celebrada com o Ministério Público Federal, com base na Lei 12.850/2013. Pergunto também se tu tens ciência que os efeitos da colaboração premiada dependem do conteúdo do teu depoimento e ainda dos meios de provas que forem alcançados.

Marcelo Odebrecht: São meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Pois não. Marcelo, eu vou pedir para ti falar a respeito do Anexo 12, Arena Corinthians, Influência Política e Junto às instituições Financeiras. Primeiro para confirmar o conteúdo do documento que tu entregaste, que a tua defesa entregou ao Ministério Público e depois, se tu puderes explicar o conteúdo dele.

Marcelo Odebrecht: Confirmo o anexo. Esse é um exemplo daquelas coisas que a gente entra, as coisas vão evoluindo, a gente vai se enrolando, a coisa acaba bem pior do que a gente imaginava, a gente achava que ia entrar como o mocinho da história, mas acaba ficando vilão da história, acaba devendo um favor que não era favor e gera essa complicação. E a gente acaba se enrolando com algumas coisas que são erradas, são ilícitas, isso. Então, por exemplo, esse assunto, como é que ele nasceu? Basicamente um pedido de Lula para meu pai: “ajude o Corinthians a construir, porque o Corinthians é meu time do coração, ajude o Corinthians a construir um estádio privado”, só isso, tá? Aí, eu, nessa época, nesse assunto, não me envolvi e começou a gente a tentar ajudar o Corinthians a fazer um estádio, que na época era 300 a 400 milhões, que era o que o Corinthians achava que as receitas pagariam e tal. E aí tem a grande discussão bota que terreno? Vai para lá, vai para cá e se identificou um terreno aí em Itaquera. Bom, essa é a história, nesse assunto eu não estava envolvido. Chegou um momento em que o São Paulo, que ia ter a... foi escolhido como a sede da Copa, o Morumbi, acabou inviabilizando o Morumbi e São Paulo ia ficar fora, tá? Conseguiu se visualizar que a única solução seria então tentar ver se apoiava o estádio do Corinthians. Nesse momento, o Governo Federal, o Governo Estadual e o

Governo Municipal, o Kassab, o Alckmin e o Governo Federal, nessa época ainda era o Lula, disseram o seguinte: “vamos ver como é que a gente viabiliza essa questão do estádio do Corinthians para se tornar”. Só que o estádio do Corinthians, quem estava conversando com o Corinthians, a renda do estádio, pelo plano de negócios do Corinthians pagaria um estádio de 300 a 400 milhões. Aí começam as conversas informais, nesse momento eu comecei a me envolver, tive reuniões com o Alckmin, tive reuniões com o Kassab, o representante do Governo Federal era meio difuso, às vezes era o Luciano Coutinho, que (ininteligível – 00:03:19) papel no BNDES, mas era meio difuso, dependia muito do interlocutor, mas no início foi conduzido muito por Kassab e Alckmin. E, digamos assim, esse alinhamento inicial acabou fechando-se em um jantar que teve lá em casa, que teve representando o Governo Federal o Luciano Coutinho, isso eu já estou falando... o jantar foi na época da transição 13/01/2011, quer dizer, já era a Dilma presidente, o Luciano Coutinho, o Alckmin, o Kassab, o André Sanchez, representante do Corinthians, o Rosenberg também representando o Corinthians, eles trouxeram o Ronaldo Fenômeno só para dar uma importância ao evento, na visão deles e estava eu, o Júnior, que era diretor do [instituto], que conduziu esse assunto desde o início, o nosso diretor financeiro à época, que era o Felipe Jens e o Alexandrino, que tinha uma relação antiga com o André Sanchez e que ajudava muito nessa questão. Aí nesse jantar se acertou de boca, ou informalmente, o que levaria-se ao modelo final e os compromissos que cada um assumiria. O Corinthians disse que toparia fazer um estádio que pudesse fazer a abertura da Copa do Mundo, o estádio de abertura da Copa do Mundo é um absurdo, porque, na verdade, você faz um estádio para um dia, é o evento de abertura da Copa do Mundo, que tem 70 chefes de Estado e que depois você tem que desmontar um bocado de coisa e que nenhum outro evento vai precisar justificar aquele estádio. Então, um estádio de abertura de Copa do Mundo, que foi dimensionado [para] o Corinthians na época é um estádio de mais ou menos 800, 900 milhões. Então, quer dizer, você sair de um estádio de 400, que era o que o Corinthians queria, para um estádio de 800, 900 milhões por causa das exigências da Copa do Mundo, da abertura da Copa do Mundo. Aí o Corinthians falou: “tudo bem, eu faço. Agora, meu compromisso de pagar é 300 a 400 milhões, que era o que eu estava topando. O resto tem que vir de outra forma”. A prefeitura, o Kassab tirou da cartola a questão das CIDs, que era um projeto de lei da Marta, de incentivo ao desenvolvimento de algumas regiões urbanas, então você fazia um projeto, se esse projeto levasse ao desenvolvimento da região, automaticamente ele geraria mais imposto para a região, então você teria o direito de receber este valor de volta através de não pagar tributos. Então, você recebia um papel que permitiria você pagar tributos, basicamente está

falando de ISS. E o Kassab prometeu, porque na época se estimava que o valor era 820 milhões, Kassab prometeu uns 420 milhões de CID. Ou seja, o estádio ia custar 820, o Corinthians assumiria 400 milhões, que era o valor original e essa diferença, que era para a abertura da copa, seria bancada por CID. Em tese, justificava, porque, realmente, o estádio levou a uma supervalorização da região, você gera mais ISS, a conta é muito simples: você vai gerar ISS no tempo e aí você está recebendo o que, na verdade, é o imposto a mais que você está gerando. Se esse cálculo era 420, 300, a gente não sabe, mas a tese era justa.

Orador não identificado: A projeção é de quantos anos?

Marcelo Odebrecht: Não, com certeza, se o Kassab fez, ele fez internamente. Ele assumiu a diferença, ele assumiu a diferença, 420. Com certeza ele deve ter algum embasamento lá dentro da prefeitura para isso. Obviamente, que o problema é o seguinte: você quando pega esse certificado, você abate do imposto agora e provavelmente o benefício tributário vem ao longo dos anos, quer dizer, esse é um problema que veio depois. E a gente estava preocupado na época. Tanto que é assim, que nessa reunião a gente disse: “espera aí”, aí ele assumiu: “não, eu vou apoiar vocês na monetização desse assunto”, certo? Eu vou apoiar. E aí ele disse o seguinte, que ele estava acertando com o Ministério da Fazenda, que como o Ministério da Fazenda não podia mandar o dinheiro para CID, ele mandaria para outro lugar. Ele precisava alocar dinheiro da Prefeitura e ele reservaria esse dinheiro para fazer frente à desoneração tributária da CID, porque isso tudo precisava... Então, é aquela história: o cara promete, mas depois eles vão ver os... pela Lei da Responsabilidade Fiscal, por tudo o que existe, tá. Mas ele prometeu de boca 420. E prometeu também, que era um outro mega problema, resolver a questão do overlay. O overlay que as pessoas pensam é o seguinte: é toda aquela estrutura que é provisória para a Copa do Mundo, que no caso da abertura, a gente estimava de 60 a 100 milhões, só para a abertura. Isso normalmente é bancado pelas prefeituras ou pelos estados. E aí a Prefeitura de São Paulo, para ter o evento que, em tese, geraria benefício para a cidade, aceitou bancar o custo do overlay, que na época era estimado em 100 milhões. Então, Corinthians 400, Prefeitura 420 e o Governo do Estado: “então eu banco as obras do entorno do estádio, mais os assentos provisórios para levar o estádio”, que eram 40 mil, para 70 mil, 60 mil, que era a abertura, que era aquela bancada que teve aquele acidente e tal. Isso só custava 20, 30, 40 milhões e mais as obras do entorno, que custavam também um pacote de 400 milhões. Então ficava assim, mais bem dividido: Corinthians bancava 400, o Governo da Prefeitura 420 mais o overlay e o Governo do Estado 400 e o Luciano assumiu o compromisso de fazer o empréstimo do BNDES,

que estava... o problema que tinha aqui e a gente já tinha identificado e aí ficou aquela promessa do Luciano, que a gente já sabia, foi levantado no jantar que era o seguinte: esse seria um dos poucos estádios que eram do clube. A gente já sabia da questão do Beira Rio do Rio (ininteligível – 00:09:30). Os bancos, eles têm dificuldade para emprestar para o clube, porque eles alegam que tem risco o clube. Então eu digo: “ó, espere aí, você está dizendo que vai emprestar”. Aí, se conversou nesse jantar que o BNDES ia emprestar e a Caixa ia ser repassadora, o Luciano assumiu e foi conversado no jantar que a estrutura para tirar o risco clube ia ser uma estrutura de uma SPE imobiliária. Então, na verdade, o banco não estaria emprestando para o clube, estaria emprestando para uma SPE imobiliária, que era dona da Arena e, portanto, essa SPE imobiliária estaria imune aos outros passivos do clube. E a Odebrecht, o que que a Odebrecht assumiu? Que ia construir a obra e que a gente ia dar a garantia ao financiamento até a execução da obra, porque o financiamento precisava ser pago. Só que, veja bem, o clube só teria o bem imobiliário para dar em garantia depois que a obra ficasse concluída. Então como a gente deu um (ininteligível – 00:10:36) bond dizendo o seguinte: “nós garantimos a obra pronta e, uma vez a obra pronta, vocês aceitam que a garantia passa a ser só a imobiliária”. Então a gente assumiu que durante o período da obra, a garantia do financiamento era nossa. Bom, aí, isso vai, primeiro problema que teve: estava indo tudo bem a negociação com a Caixa e aí veio, na época, o Hereda, que era o presidente da Caixa, disse: “ó, Marcelo, a presidenta”, aí já começam os problemas, “a presidenta mandou cancelar. Não vai ter mais financiamento. E não vai ter mais financiamento também do Banco do Nordeste para a Fonte Nova”, que era nossa, “e para Arena Pernambuco”. Pronto! “Não vai ter por quê?”, “porque o Orlando Silva foi lá reclamar que a Arena de Brasília e de... que não tinha financiamento”. “Espera aí, a gente só entrou nesse problema, porque tinha um compromisso de financiamento”. Aí tive uma reunião com a presidenta, acionei o Kassab, acionei o Eduardo Campos, acionei o Jaques Wagner, tive uma reunião com a presidenta lá em Brasília, veja como é a história. Quer dizer, imagine uma empresa que tem todos esses problemas e não tem acesso. Nesse momento vem um “não” e você não consegue mais resolver. Aí eu marquei a reunião com ela, essa reunião foi na biblioteca do Palácio da Alvorada e estava lá o Luciano Coutinho e o Palocci, que na época era Ministro da Casa Civil. Aí, nessa reunião, entre outros temas, o principal tema era a Arena, expliquei para ela: “ a gente só entrou...”, aquela discussão dela, ela vem com umas coisas, moral da história: depois de umas... essa reunião deve ter demorado umas 4 a 5 horas, era uma [reunião] maluca que tinha. Aí, nessa reunião específica ficou acertado, ela acabou mais ou menos deixando a entender que ia liberar a Fonte Nova e Pernambuco e no caso do

Corinthians, ela disse o seguinte: “tá bom, mas esse assunto não vai ser conduzido via Caixa Federal, vai ser conduzido via Banco do Brasil, que vai ser repassado o empréstimo do BNDES, porque o Banco do Brasil é mais confiável”. Aí, imagina o seguinte...

Orador não identificado: Qual seria a desconfiança ou o problema...

Marcelo Odebrecht: É mais o seguinte: ela acha que a Caixa Federal ia flexibilizar mais nas garantias e aí começa o problema, porque você tinha combinado aquela questão do (ininteligível – 00:13:03) imobiliário e aí, imagine o seguinte: imagine um banco que recebe um problema já desses. Então veja que o cara do Banco do Brasil, [como ele resolveu esse problema], já vem com problema. Aí aqueles problemas que não existiam na Caixa, começaram a surgir no Banco do Brasil. Aí o cara: “ah não, mas isso tem risco clube. Não mas, por mais que não seja uma SPE imobiliária, como depende do jogo do clube, vai depender...”, moral da história, Banco do Brasil encareceu que independentemente da SPE imobiliária, era risco clube. Isso aí, o ridículo disso tudo é que fica eu, um Ministro da Fazenda, presidente do Banco do Brasil em quase 20, 30 horas de reunião. Se eu pegar todas as horas somadas de reunião sobre esse tema do financiamento ainda no Banco do Brasil, nós estamos falando de 20 a 30 horas. Às vezes as reuniões começavam sexta-feira às 14h e iam até às 19h da noite. É uma coisa ridícula você pensar em um país você ter esse tipo de discussão, que já tinha sido resolvida. Quer dizer, o Brasil que resolveu fazer a Copa do Mundo, “é para fazer?”, “é”, “pronto”. E não se está falando aqui de preço, de sobrepreço, está se falando de uma questão de estruturação. Aí você vai, no final das contas, depois de meses de negociação com o Corinthians, a gente e tal, onde eles diziam que não aceitavam, queriam garantias adicionais, queriam que a Odebrecht garantisse o estádio para... aí vem todo o tipo de alternativa, por exemplo, em algum momento, eu pensei o seguinte: “oh, vamos fazer o seguinte”, às vezes o empresário olha e tenta transformar o limão em uma limonada, tem aquele problema que ocorre também, aí, por exemplo, a gente tinha um crédito na Eletrobrás, que era o crédito que estava discutindo com a Eletrobrás. Em um momento eu cheguei para Guido e falei: “Guido, é o seguinte: se você conseguir resolver esse meu crédito com a Eletrobrás, eu vou resolver algum dia, mas se você conseguir resolver esse crédito, daqueles empréstimos com a Eletrobrás, eu aceito dar esse crédito em garantia”. Aí o Bendine concorda: “pô, se você tiver esse crédito e esse crédito estiver ok, eu aceito ele como garantia”, aí eu penso assim: “pô, eu botei um crédito como garantia, um crédito... eu qualifiquei o crédito”. Aí você vai e isso demora tempo. Aí o Guido: “ah não, mas a Eletrobrás e toda essa confusão do setor elétrico, não tem...”, “porra”, mas isso tudo é

confuso. Aí você (ininteligível – 00:15:18). Aí, teve um momento, isso eu estou falando de meses, a obra andando, a gente desembolsando dinheiro e outras questões do imposto, que prometeu, que não vai, isso aí. Imagine... A (ininteligível – 00:15:30) que fica é que este tema específico, como era com o Guido isso isso acaba ocupando minha agenda, o que que eu tinha a ver? Uma obra, como o estádio do Corinthians me ocupa um tempo e o Ministro da Fazenda. E aí, chegou o seguinte: não vai (ininteligível – 00:15:46). Aí foi que eu aproveitei uma reunião que teve na visita, ela foi fazer uma visita à Fonte Nova, que era um estádio que estava acabando antes de 2013 por causa da Copa das Confederações, veja que eu estava falando quase um ano e pouco antes da Copa, [em um ano, não tinha saído o empréstimo, com o estádio do Corinthians avançando]. Aí eu falei assim: “ô presidenta”, aí, como é que eu fazia esses encontros? Normalmente eram aqueles encontros rápidos, eu pedia na sala reservada antes do evento, “presidenta, só vai sair se a senhora der uma orientação. Voltar para a Caixa Econômica que a senhora tirou. A senhora tirou da Caixa Econômica, tem que voltar para a Caixa Econômica e a senhora tem que dar uma orientação para resolver”. Aí ela acabou concordando e mandou a orientação para Guido, de que tinha que resolver via Caixa Econômica, Guido chamou Marcos Vasconcelos, que era vice-presidente, a gente começou a construir com a Caixa Econômica, obviamente que aí a Caixa Econômica já não era mais a mesma Caixa Econômica, por quê? Ela já estava recebendo um pepino de volta, já tinham levantado a lebre do risco clube, ela pediu algumas garantias adicionais, entendeu? A gente acabou dando, mas aí coisa pouca, quer dizer, eu não garanti o financiamento todo, mas garanti os dois, três primeiros anos e o clube aceitou dar em garantia também o terreno. Ou seja, teve algumas melhorias em relação àquele financiamento original, mas a Caixa Econômica aceitou a modelagem da SPE imobiliária, entendeu? Tudo também era baseado na questão do name rights, que o Corinthians dizia que ia vender por 300, 400 milhões, aí o Corinthians não vendeu. Esse é um grande problema, acho que hoje o estádio tem dois grandes problemas: que é a questão do name rights, que o Corinthians devia ter, inclusive, levou ofertas para o Corinthians, de 200 a 300 milhões, o Corinthians achava que tinha que ser 400 milhões e aí hoje não tem name rights, abriu um buraco de 200 a 300 milhões e outro é o problema da CID, que acabou não saindo, que eu vou comentar. Aí voltou para a Caixa Econômica, aí tá, tá, tá, tá... Aí você resolve a Caixa Econômica. Isso eu estou falando de horas e horas de reunião. E é aquela história, interferência, como funciona, isso não é correto, não é correto. Esse tipo de coisa não vai funcionar assim. Aí, veio depois o quê? Financiamento atrasou, o overlay, a Prefeitura caiu fora. Aí não tinha overlay. Aí o Corinthians, na hora, o Corinthians na assinatura, apesar do compromisso da

Prefeitura, quem estava lá assinado que ia responsabilizar pelo overlay era o Corinthians. Aí você está falando aí de 60 a 100 milhões. A CID, que era para sair monetizada durante a obra, não monetizou. Então você tem o custo financeiro. Moral da história: esse custo de 820, mais com algumas exigências da FIFA, já estava em um [bilhão] e pouco, mais o overlay. Abriu um buraco de 300 e poucos milhões em relação ao orçamento original. Aí, a essa altura do campeonato, você já se enrolou, você está lá, o estádio está para inaugurar, a pressão, volta para aquela história de estádio de abertura da Copa. Aí eu vou para a presidenta e falo: “presidenta, tem um problema aqui. Eu tenho um buraco, a gente tem um buraco, o Corinthians tem um buraco de 350 milhões, a gente não tem da onde tirar esse dinheiro, só tem uma opção: é eu emprestar esse dinheiro para a Arena e, assim como a Caixa, eu virar também um credor, eu ter uma dívida que vai ser secundária à Caixa, eu vou ter uma dívida, agora, o seguinte, eu não tenho esse dinheiro. Então, a Caixa me empresta esse dinheiro em cima, para uma empresa em cima, eu pego, já que ela não vai emprestar mais do que 400, ela empresta para cima e eu empresto para a (ininteligível – 00:19:31)”. Aí ela foi e na abertura da Copa do Mundo, não ia sair... “e eu assumo com isso aí também, nesse processo empresto ao Corinthians o dinheiro para o overlay”. E aí, mais uma vez, reunião para lá, reunião para cá e aí se fechou o empréstimo de 300, 350 milhões, com nossa garantia, e depois a gente jogou para baixo e a gente ficou, então tem uma dívida lá com isso. E nesse interim [tudo, assim não sai], porque os bancos, que são os grandes pagadores de ISS, que é quem podia, na verdade, começam a dizer o seguinte: “espera aí, esse papel aí eu compro de você. Lá na frente existe uma ação pública que a CID não é reconhecida e aí? Quem vai...?”. Aí eles queriam uma garantia nossa, que lá na frente...

Orador não identificado: [Que vocês iam pagar].

Marcelo Odebrecht: Aí, moral da história: até hoje não vendeu a CID, então... Ou seja, é um processo complicado, é um processo que não é... um país não deve funcionar assim, é um compromisso que existia, interferência com instituição financeira, você trata as coisas na informalidade, depois você não consegue... você promete as coisas e depois a instituição não fecha, depois vem uma orientação de cima para resolver, uma coisa que devia ter sido resolvida de uma maneira correta e essa é a zona do estádio do Corinthians hoje.

Orador não identificado: Qual é o papel do Lula nessa história (ininteligível – 00:20:52).

Marcelo Odebrecht: A gente sempre... nesse assunto, a gente, seja via Alexandrino, seja via meu pai, seja via o próprio André Sanchez, a gente sempre ficava no pé do

Lula, porque, no fundo, quem tinha metido a gente nesse enrosco era ele. E aí ele pedia a Guido, pedia a Haddad para resolver o problema da CID, entendeu? Porque já era Haddad, mas...

Orador não identificado: Não conseguiu?

Marcelo Odebrecht: Não resolveu. A gente, ou seja, alguma coisa resolveu. Eu falei, o empréstimo resolveu, para overlay.

Orador não identificado: Via Caixa, né? Ah, para o overlay.

Marcelo Odebrecht: O empréstimo da Caixa saiu quase todo, depois de muito tempo. Quer dizer, mas a CID não.

Orador não identificado: Qual é a rubrica que a Caixa usou para fazer empréstimo?

Marcelo Odebrecht: Não sei, mas deve ter sido empréstimo imobiliário. A gente caracterizou como SPE imobiliária.

Orador não identificado: Como garantia? FI?

Marcelo Odebrecht: Ah, não sei. Não, desculpa, foi o repasse, era aquele programa do ProCopas, ou seja, na verdade, toda arena tinha direito, era BNDES passado pelo... alguns eram empréstimo direto pelo BNDES e outro era repasse. Nesse caso específico, foi repasse, mas foi o ProCopas, né? Era ProArenas, ProArenas.

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:22:04) hoje é dívida do Odebrecht? Quer dizer, do clube com a Odebrecht (ininteligível – 00:22:08)?

Marcelo Odebrecht: É da Arena com a Odebrecht.

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:22:12)?

Marcelo Odebrecht: É da SPE Arena, ela deve hoje à Caixa, deve à construtora, que não recebeu o dinheiro porque a CID não pagou e deve à Odebrecht, porque fez esse empréstimo de 350. Então, hoje os devedores são a construtora, a Caixa...

Orador não identificado: Os credores.

Marcelo Odebrecht: Os credores: a construtora, a Caixa e a Odebrecht e você tem como devedor da Arena a CID, que o governo não paga. E aí com esse imbróglgio todo, você vê o imbróglgio, que não é uma coisa séria, né?

Orador não identificado: E a obra foi paga? O custo da obra?

Marcelo Odebrecht: Não, porque uma parte da obra ia ser o CID, a Arena não tinha dinheiro para pagar sem o CID. O CID era 420 milhões da equação. E aí, com essa você tem esse problema, né? Não paga, aí aparentemente chegou em um ponto que algumas coisas vão sendo deixadas de lado, quer dizer, [você próprio] negocia com o clube: “então não tem esse dinheiro, não vamos fazer isso”. Começa até a prejudicar o plano de negócios do clube, alguma coisa, então pronto.

Orador não identificado: Nesse processo todo do Corinthians, da Arena do Corinthians, teve algum pedido de algum político, favor político?

Marcelo Odebrecht: Não, só esse pedido inicial do Lula e a gente tentou que o Lula ajudasse a gente a resolver o imbróglio, mas eu não me lembro de ter tido nenhum pedido político.

Orador não identificado: Nenhuma vinculação?

Marcelo Odebrecht: Não. Esse assunto, inclusive, quando esse assunto, eu já estava preso, quando esse assunto, desde que André Sanchez ou outro recebeu, eu imagino que foi doação de campanha, até porque André Sanchez, esse nunca precisou, nunca pediu nada em relação a isso, era um cara que a gente conhecia como empresário, cliente na época da Braskem, entendeu? Por isso que a relação do Alexandrino veio dele, porque era cliente nosso na Braskem, foi uma pessoa que vendeu negócios, é rico, André Sanchez nunca pediu dinheiro de nada, o que pode ter acontecido e por isso deve ter ele na planilha, imagino, não sei, porque eu já estava preso, mas o que pode ter acontecido é que a gente doou para André e provavelmente, se dou... se era uma relação diferenciada, provável que tenha tido doação caixa 2, então estava lá na planilha. Mas com certeza não teve com o André nenhum tipo de...

Orador não identificado: Quais são os ingredientes do custo para ele ter subido tanto? Projetado por...

Marcelo Odebrecht: O custo, na verdade, o custo da obra não subiu muito. O custo da obra em si não subiu muito, sempre teve mudanças da FIFA. O que na verdade subiu muito foi o custo financeiro, o overlay, lembra que o custo overlay foi adicionado ao valor da obra. E a questão dos custos que nasceram na [humanização]. Então foi custo financeiro e overlay. A obra, em si, não...

Orador não identificado: Mas vocês não projetaram os custos financeiros?

Marcelo Odebrecht: Não, porque não é que a gente não projetou, a CID era para ser paga e monetizada durante a obra e o empréstimo, imagine o seguinte, o empréstimo

era para ser liberado durante a obra. O empréstimo é liberado no valor nominal de 400 e aquilo que estava para ser liberado durante a obra, foi liberado dois anos depois, 400 já virou 300, com a inflação.

Orador não identificado: Então isso foi só em relação à CID.

Marcelo Odebrecht: Não, ao empréstimo também.

Orador não identificado: Esses problemas que vocês tiveram com esse empréstimo...

Marcelo Odebrecht: Não, quando você atrasa o empréstimo, veja bem, o empréstimo que era para ser liberado em 2012, que foi liberado em 2014, ele não é corrigido, é o valor nominal mesmo. Então, quer dizer, entrou em um buraco, essa situação...

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:25:38) abriu um buraco mesmo.

Marcelo Odebrecht: E a outra crítica que eu tinha, enorme, que eu falava com o governo, foi o seguinte: a Copa do Mundo, essa... sempre foi uma coisa do país. A FIFA negociava, e isso a gente viveu bem, a FIFA negociava com o país, com a Alemanha, com a África do Sul, então o país sentava com a FIFA. Era o país sentando com a FIFA e negociava assim: “olha, você ganha tanto de patrocínio e você vai bancar esses custos”. O Brasil... o Governo do Estado, o Governo Federal se recuou, deixou os estados, cada um com a FIFA negociar, a FIFA deitou e rolou, porque chegava e ameaçava assim, a gente viveu isso na Fonte Nova e em Pernambuco, chegava assim, dizia assim: “olha, tinha mais essas exigências para a Fonte Nova”, aí a gente dizia: “Jaques, complica esse negócio, porque essas exigências não estavam no caderno de Ricardo”, aí Jaques: “pô, mas se eu complicar, eles vão tirar o sorteio da Copa, que vai ser em Sauípe”. Aí, o cara lá dizia: “se ele complicar, ele vai tirar a semifinal que era no meu estado”. Então, a FIFA deitou e rolou. Moral da história: FIFA teve o maior lucro da história dela em uma Copa do Mundo, não bancou nenhum custo e os estados (ininteligível – 00:26:49) tudo.

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:26:52)?

Marcelo Odebrecht: Isso eu falei, isso eu falei.

Juiz: Tá. Marcelo, queria só entender aqui o que tu colocaste no teu depoimento...

Marcelo Odebrecht: Só uma coisa, desculpe, esse é dos anexos, que era o seguinte: como... essa é a preocupação que eu tenho, essas coisas todas, veja a quantidade de interface, de interrelação. Então, é aquela preocupação que eu disse: em algum

momento, você comete algo, apesar de você achar que está lá defendendo um interesse legítimo, óbvio que um processo desses pode ter tido alguma conduta, que tenha sido ilícita. Tudo foi transmitido exatamente como foi, mas aí vai dizer que teve tráfico de [influência] da Caixa, teve isso, teve aquilo, entendeu? Então, eu estou contando exatamente como foi esse processo, é óbvio que aonde teve exatamente a conduta ilícita, tem que ser verificado, entendeu?

Orador não identificado: E aonde teve, exatamente, a conduta ilícita?

Marcelo Odebrecht: Não, é o que eu estou dizendo, muitos desses relatos, eu conto como foi, eu tenho (ininteligível – 00:27:52). Esse assunto, por exemplo, não estava nos meus anexos originais, está certo? Aí, em algum momento, em uma das primeiras entrevistas que eu tive, veio esse assunto, aí [juntou] assunto: “espera aí, isso teve um crime”, aí quando eu estava explicando mais ou menos como foi, não estava no meu anexo inicial: “espera, espera, espera, isso aí teve um crime com o sistema financeiro”. Aí eu falei: “vou relatar”. Então, alguns desses anexos nasceram durante as primeiras entrevistas que eu tive, se identificou que poderia ter havido condutas ilícitas em algumas dessas minhas interações e intervenções com o setor público. E aí foi complementado. Tanto que assim que vários desses sistemas, não tinha colocado nos primeiros anexos e se achou necessidade de ter, entendeu?

Orador não identificado: Eu só queria entender um pouquinho melhor por que a resistência à Caixa, a primeira vez, né?

Marcelo Odebrecht: Ela disse, basicamente, o que ela usou para a gente foi o seguinte: ela queria ter um financiamento que fosse, ela achava que o Banco do Brasil era mais imune à pressão, ela queria ter uma coisa mais segura, garantias, tudo. Foi isso o que ela dizia, “confiável”, ela usou esse termo. O Banco do Brasil é mais confiável e pronto. Ela não me detalhou por que. Eu também, não era meu foco... a única coisa que eu disse: “olha, a senhora vai mandar para o Banco do Brasil, agora o Banco do Brasil vai receber como se estivesse recebendo um pepino”. E foi assim, quer dizer, o Banco do Brasil complicou e ele...

Orador não identificado: E acabou não saindo com o [Banco].

Marcelo Odebrecht: E pior: o da Caixa recebeu de volta e já também não aceitou a versão original, aí exigiu garantias adicionais, entendeu?

Orador não identificado: Mas ninguém fez nenhuma exigência... nem na Caixa, nem no Banco do Brasil fizeram alguma exigência indevida para a liberação de empréstimo?

Marcelo Odebrecht: Não, não, não. Não fez. Nunca fez. Eu, pessoalmente... nunca fez. Nesses bancos aí... nunca fez. O que eu estou dizendo: de certo modo, eu tenho que reconhecer que a Caixa, ela é, não dentro dela, mas ela é, pela estrutura talvez, dela, ela é mais suscetível à pressão de cima. Você percebe isso. Então, eu não sei como está hoje, mas naquela época, você percebia o seguinte: o Banco do Brasil e BNDES é menos suscetível à pressão de cima. A Caixa, talvez pelas diretorias serem mais políticas, você vê que tem muito... não sei como está agora, mas antigamente tinha muito, então você percebia por exemplo, essa foi, inclusive, a razão do meu pedido a ela: "tem que voltar para a Caixa". Então, quer dizer, se a presidenta diz para o ministro: "resolve essa questão na Caixa" e bota o vice-presidente para resolver, na Caixa, funciona. No Banco do Brasil, a gente sente que o corporativismo é mais forte e uma influência de cima funciona menos, entendeu?

Orador não identificado: É porque tem uma coisa assim que não bate, sabe? Lá no fundo tem uma coisa assim que não bate, porque era um projeto de governo, era um projeto assim que, se não saísse estádio, ia arranhar a imagem do governo, né? Me parece que o próprio governo colocar obstáculos para que aquela coisa não fluísse, não está batendo muito bem.

Marcelo Odebrecht: O governo não criava obstáculo, é aquela história, a maior parte das vezes, o governo não criava obstáculos de uma maneira. Ele criava de uma maneira indireta ou por omissão. Nesse caso aqui, desde o início, ao contrário de Lula, que... a Dilma caiu fora desse assunto. Foi por omissão o assunto do...

Orador não identificado: Ela não queria e pronto?

Marcelo Odebrecht: Ela achava que a Copa, ela sempre achou que a Copa era um pepino. O Ministério da Fazenda tinha, eu já tinha escutado uma vez: "a Copa é um mau negócio para o Brasil". Eu nunca senti que ela comprou essa ideia da Copa do Mundo. Então, é um problema dos estados. Na cabeça dela, era um problema dos estados. Eu tive uma vez uma conversa com ela e falei o seguinte: "presidenta, se a senhora não entrar nesse assunto com o peso do Governo Federal perante a FIFA, a FIFA vai deitar e rolar com os estados", "o problema é dos estados, eu não assumi nenhum compromisso". Então, ela tinha muito disso, ela não via isso um compromisso

dela. Ela achava que eram os estados, que era problema deles. Ela ia dar o financiamento que tinha prometido, ponto final. Era a responsabilidade dela.

Orador não identificado: Tá, mas assim, não deu, né?

Marcelo Odebrecht: E aí, veja bem, ela não ajudava nas dificuldades que ela criava. Não é que ela criava dificuldades, mas nas dificuldades criadas, você não tinha o apoio dela, porque não era um problema dela. Essa era a postura dela em relação à Copa, ela nunca comprou essa ideia da Copa do Mundo.

Orador não identificado: É, mas teve alguma coisa aí, não sei, não me convenceu. A história convenceu, mas, assim, as razões da obstrução toda, da coisa ter fluído não me convenceram muito bem.

Marcelo Odebrecht: É porque, é que eu não acho que teve, digamos assim, usando o termo dolo, ou que foram deliberadas, as dificuldades. O que eu acho que houve foi que, dando exemplo, aqueles representantes que estavam sentados à minha mesa, no jantar, prometeram coisas que depois não podiam ou não conseguiram cumprir, com exceção do Alckmin. Alckmin foi, na prática, o único que cumpriu o que prometeu. Alckmin prometeu as obras do entorno e prometeu... aí, o que que ele fez? Ele não tinha o dinheiro, mas ele foi [belizar] o patrocínio, que, se não me engano foi da Ambev, que patrocinou. Ele viabilizou o que ele prometeu. Kassab não fez, porque deixou a CID com pepino, foi o Haddad, ele alega sempre que foi o Haddad e o (ininteligível – 00:33:37) também não.

Orador não identificado: Por que que a Odebrecht não caiu fora também?

Marcelo Odebrecht: É aquela história, é que nem aquela questão da (ininteligível – 00:33:43), quando você vê, você já está enrolado. A obra já está andando, a essa altura do campeonato, a gente ia ter toda a torcida do Corinthians contra a gente. Esse processo, se eu soubesse hoje o filme, eu não teria entrado.

Orador não identificado: Lá atrás...

Marcelo Odebrecht: Quando você vê a desgraça, você já está enrolado nela.

Orador não identificado: Ah, mas foi lá no início que a desgraça começou a acontecer. Não foi monetizada a CID...

Marcelo Odebrecht: Mas você acha que você vai resolver.

Orador não identificado: Lá no início, assim, não tinha nem sido assinado o contrato.

Marcelo Odebrecht: Não é assim. Mas é aí é que está a diferença, o erro talvez seja uma postura nossa: a gente acha que vai resolver e lutamos para resolver.

Orador não identificado: Não, essa história aqui, (ininteligível – 00:34:24), salvaram a nação, né?

Marcelo Odebrecht: A gente não salvou, a gente foi bobo. A gente foi bobo, porque talvez, o seguinte, eu, às vezes, digo o seguinte: talvez a gente tenha feito um desserviço, porque eu acho que se a gente tivesse (ininteligível – 00:34:40) desde o início, talvez o problema não tivesse surgido. Eu sempre dizia o seguinte: às vezes, a nossa postura de achar que vai resolver e aquela postura que a gente tem de que a gente tem a relação, resolve e tudo, eu acho que, às vezes, é prejudicial. Por quê? Porque faz com que a gente jogue o problema, a gente postergue o problema. Talvez, se a gente tivesse chegado, vamos lá, fosse uma empresa que não tivesse a capacidade financeira nossa na época, nem a relação nossa, simplesmente o seguinte: não tinha começado a obra sem resolver tudo. Aí talvez resolvesse. Eu acho que, muitas vezes, essa nossa postura de que a gente vai resolver o problema em relação é que criava o problema. (Ininteligível – 00:35:22): “oh gente, as pessoas acham que a gente vai resolver, a gente acha que vai resolver pela relação e no final das contas, a gente aumenta o problema”. Então, eu não sei. Na verdade, eu acho que provavelmente o seguinte: eu vi em outros estádios que foram resolvidos. Eram empresas pequenas e foi resolvido, porque as outras empresas, com certeza, não conseguiram bancar 400 milhões. Então, o problema tinha surgido antes. Então, eu não sei, necessariamente, a gente acabou, pela nossa postura, deixando [o problema], entendeu? E aí, veja bem, tem a questão de Lula, por exemplo, teve um momento que eu tentei desistir do estádio. Teve alguns momentos, por exemplo, eu me lembro bem, teve momentos em que eu (ininteligível – 00:36:08) e ia desistir, tá? Que eu disse assim: “está um imbróglio”, ainda estava no início, teve um problema do custo de orçamento. Ah sim, logo que a gente fechou 820, fechou o orçamento depois, o arquiteto do Corinthians veio com uns projetos malucos e aí o custo, que era 820, se eu não me engano, foi um pouco maior. Isso deu um desgaste e com isso eu: “gente, vamos sair”. Já tinha tido o jantar, eu me lembro que já tinha tido o jantar. Eu disse: “vamos sair. A gente não vai ganhar nada com isso”. A gente não tinha começado a obra, “se já está começando a obra e já está tendo discussões de preço, vamos sair”. Aí, por exemplo, aí a gente teve... aí que é a história, entra Lula, André Sanchez recorre à Lula. Aí, por exemplo, teve um evento de empresários lá em Comandatuba, que a gente tinha pedido para Lula fazer uma palestra. Aí nesse evento, antes da palestra, Lula pediu uma reunião comigo e com meu pai. E foi Alexandrino, foi Júnior,

foi André, se eu não me engano, André Sanchez estava lá e aí: “vocês têm que fazer agora o estádio, olha quantas coisas você ganha aqui, porra”. Aí faz as obras do estádio. Você entra em um atoleiro, você não sabe como sair depois. E, novamente, eu acho que a nossa postura e a nossa relação, às vezes levava a gente a meter os pés pelas mãos, porque a gente achava que conseguiria resolver. Aí eu tenho acesso a essa pessoa, tenho acesso àquela, consigo falar com a presidenta para resolver e você vai e não resolve.

Orador não identificado: Quem vai pagar a conta no final?

Marcelo Odebrecht: Acho que no final, perde a gente, perde o Corinthians, perde a Caixa, perde tudo. É o tipo de jogo eu todo mundo perde. Eu acho que, nesse caso específico, vai ter que ter, ou resolve a CID, ou vai ter que ter, a gente vai perder, o Corinthians vai perder e a Caixa perde.

Orador não identificado: É por que teve todo um custo, né? O custo é um buraco gigante, né?

Marcelo Odebrecht: É, outra, aí tem vários problemas, ninguém, na época, imagina que os estádios iam ter os problemas que tiveram depois. Uns planos de negócio, houve uma superestimação, uma série de problemas. No fundo, eu digo o seguinte: talvez se a gente não tivesse tido, às vezes, esse acesso ao poder acaba sendo pior. Quer dizer, às vezes, você questiona o seguinte: será que todo o dinheiro que a gente deu, todo o acesso que a gente criou, será que isso ajudou a gente ou prejudicou a gente? Entendeu? Aliás, é só olhar o resultado. Inclusive, uma coisa que é importante olhar é o seguinte: a desgraça toda, os nossos resultados da coisa toda (ininteligível – 00:39:00). Porque essas desgraças todas que tinha, ganhava dinheiro em alguns projetos? Ganhava. Aí quando a gente ganhava em algum projeto, eles achavam que... é aquela história também: “ah não, mas vocês pedem aqui e ganham acolá”, entendeu?.

Orador não identificado: Então, esse “pede aqui, ganha acolá” é justamente isso a última coisa que eu queria fazer: o Lula garantiu ganhos em outros projetos?

Marcelo Odebrecht: Não.

Orador não identificado: Se fizesse para o Corinthians?

Marcelo Odebrecht: Não especificamente, mas ele achava que... assim como a gente, outras empresas, nunca tinham ganho tanto dinheiro. Então, você ia falar com o Lula:

“você nunca ganharam tanto dinheiro aqui no Brasil, comigo”, então, é difícil, é difícil, é complicado.

Orador não identificado: Mas havia ideia de compensação, pelo menos?

Marcelo Odebrecht: Havia, é aquela história, o cara chega e fala para você isso, aí você vai e acaba... Então, entra, é quase como entra... Eu diria o seguinte: a gente não está doando só. O estádio do Corinthians acaba sendo um custo que a gente vai absorver, é quase um...

Orador não identificado: Então é uma conta corrente geral então esse custo.

Marcelo Odebrecht: E você não vai resolver. Aí é o seguinte... por isso que, no fundo, no fundo, eu evitava de levar qualquer pleito, por mais legítimo que seja e quando eu levava o pleito (ininteligível – 00:40:21) dizia: “oh, eu estou levando esse pleito”, na cabeça dele, ele está resolvendo esse problema, por mais que ele crie outros problemas, ele está resolvendo um. Por isso que eu fazia questão de provisionar. Então, veja bem, ao mesmo tempo em que está ocorrendo isso, imagina o seguinte: o cara está liberando um bilhão de reais, por ano, para o ProSub, que é justo. A obra está correndo, está [saindo] a tecnologia, não tem nada de ilegal ali. Mas na cabeça dele, aquilo ali compensa o outro. Você vê a complicação que era, entendeu?

Orador não identificado: [Em cima de vocês, empresários]?

Marcelo Odebrecht: E por isso que eu preferia não levar. Mas aí, o seguinte: como o dinheiro não saía e eu tenho que levar o pedido, fica na cabeça dele, do Guido, entendeu? Então essa é a complicação que gera. Essa simbiose pública/privada é um negócio complicado e grande parte disso é da mesma maneira: as pessoas prometem o que não podem cumprir, entendeu? Eu acho que isso é uma irresponsabilidade, do ponto de vista de governo, entendeu? Isso eu não vejo em vários outros países.

Orador não identificado: Quando é que saiu o estádio mesmo?

Marcelo Odebrecht: Na véspera da abertura da Copa. Foi assim, uma semana, duas semanas antes da abertura da Copa. Aí teve aquele problema do acidente e tal.

Orador não identificado: Na perspectiva de vocês, vocês poderiam recuperar esse prejuízo lá na frente? [2016, 17, 19]?

Marcelo Odebrecht: A gente acha que o seguinte: hoje depende, fundamentalmente, para o plano de negócios ser viável, depende de duas coisas hoje, eu acho: o

Corinthias fechar um valor pelo name rights, que o name rights está falando de dar nome ao estádio e recuperar 200, 300 milhões ao longo do tempo. Esse é um buraco importante que está no plano de negócios. E o outro é receber a CID. Se não resolver a CID, você abriu um buraco.

Orador não identificado: Tá, vamos dizer que o prejuízo vai ser assumido pela Odebrecht.

Marcelo Odebrecht: Na parte que nos cabe.

Orador não identificado: Obviamente que agora existe um outro fator, que é o fator Lava Jato, acredito que o controle de obras esteja um pouco mais rigoroso. Mas assim, se (ininteligível – 00:42:31) vocês imaginavam que mesmo que alguma obra desse prejuízo aqui, esse caso foi um pedido específico, foi feita uma projeção, foi feita uma projeção equivocada. Mas dentro da possibilidade de riscos, dava para projetar para mais adiante recuperar o prejuízo? Em outras obras?

Marcelo Odebrecht: Não, na verdade, não, essa conta assim, diretamente, não se faz. Não, não, não se faz. Até pela (ininteligível – 00:42:55) não faz.

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:42:57) o prejuízo ali, não chega a ser isso?

Marcelo Odebrecht: Não, você não faz. Porque, na verdade, o seguinte, em tese, do ponto de vista de fluxo de caixa, você já gastou. Em tese, do ponto de vista financeiro, o prejuízo já houve. Você está falando agora de recuperar algo que você já tem. Então, por exemplo, eu vou perder meu empréstimo, eu vou perder minha fatura que eu tenho de obra. Mas, em tese, o prejuízo já está lá, é uma dívida que tem comigo, entendeu?

Orador não identificado: Mas quando vocês entraram na obra, admitiu-se a possibilidade de prejuízo ou não?

Marcelo Odebrecht: Não, a gente sabia que ia ser mínimo. A gente estava entrando mais pela questão... Tanto é assim, que eu fiz até uma mudança, que ocorreu nos estádios, que foi o seguinte: em algum momento eu percebi, que o fato dos governos... na verdade, construir os estádios no prazo era um desafio que nossos diretores locais vendiam como algo importante para os governadores. Tanto é assim, que quando eu percebi isso, eu falei o Júnior: “Júnior, isso vai dar (ininteligível – 00:44:03), porque o seguinte: os caras vão perder dinheiro nos estádios, em tese, para ganhar em outro lugar”. É aquele negócio, eu perco aqui, atendo o governo, mas você fica me devendo em um outro lugar. Aí, em algum momento, o Júnior até concordou e o que que ele

fez: ele criou uma superintendência que não tinha relação com os estados, para cuidar só das obras dos estádios. Então, entrou um diretor, que era técnico e ele ia bater com os governadores, entendeu? Porque a gente percebeu que teve um momento em que os caras não levavam... tinham esse problema, aí criou um conflito de interesses. Essas coisas, vê como é a quantidade de rolo, de interface. E aí, nesses processos todos, o que que eu sempre digo hoje: não tem como nessas interfaces todas, óbvio que ocorreram condutas ilícitas, aí o cara procura... veja bem, Fonte Nova. O pleito foi legítimo? Foi, mas como é que resolveu? De uma maneira ilícita. Então, veja a confusão que você cria e a quantidade de coisas que você entra cometendo ilicitudes, em coisas que, na verdade, você está metendo os pés pelas mãos. Então, por isso que meus relatos até evoluíram, porque eu ia contando as coisas nas entrevistas e o pessoal [identificando]. E na época, eu não via isso como uma ilicitude, achava que estava resolvendo um problema, era legítimo e tal, mas, no final, você acaba cometendo as condutas ilícitas. Aí você olha o filme de hoje e você vê que tem ilicitudes nisso aí. Quer dizer, será que não teve ilicitude nesse pedido que eu fiz à presidenta para interferir na Caixa? O pedido que ela faz com a Caixa, entendeu? Inclusive, essa foi a razão pela qual veio o pedido do relato. Então...

Juiz: Tá, eu ia perguntar uma coisa: dentro da ideia desses estádios todos, sempre se trabalhou com a ideia de exploração posterior. E era uma conta que muita gente diz que não fechava, que envolvia públicos que os estádios brasileiros não têm, venda de produtos, alimentos, bebidas e tal, que também não é comum. Essa conta da Fonte Nova, da Arena Pernambuco, do Maracanã e também do estádio do Corinthians, você sabia que não ia fechar...?

Marcelo Odebrecht: Não, porque eu não acho que foi assim. Os casos são casos bem... os quatro que eu conheço são bem diferentes. Maracanã: o grande problema do Maracanã foi que o plano de negócios tinha um shopping center, tinha um ganho imobiliário e aí, por conta daquele negócio de não poder derrubar o estádio de atletismo, essas coisas todas, então você criou um problemaço. E também o fato de que os times do Rio pioraram e só o Flamengo, aí teve o problema, o Vasco... existia algumas frustrações em relação aos clubes de (ininteligível – 00:47:01) do plano de negócios. Eu acho que houve, no caso do Maracanã, vários fatores, subestimou um pouco, mas teve essas questões todas. No caso da Fonte Nova, está bem, o plano de negócios até está confirmando. A informação que eu tenho é que no caso da Fonte Nova foi o mais certinho. Não foi o ideal porque o Vitória não aceitou ir para a Fonte Nova, porque veio a Fonte Nova como estado do Bahia e o Bahia acabou estando na segunda divisão, então (ininteligível – 00:47:30). Mas a Fonte Nova está, mais ou

menos, certinho. Pernambuco foi um problema, porque Pernambuco havia um compromisso de Eduardo, que ele achava que ele conseguia por causa da (ininteligível – 00:47:42) forçar os três clubes a jogar na Arena. Acabou indo o clube de menor torcida, que é o Náutico. E o acesso ao estádio, que tinha um BRT, tinha uma promessa toda, ficou muito longe. Então isso aí teve também esses problemas. E no caso do Corinthians, aí (ininteligível – 00:48:00). Porque se tivesse a CID e o name rights, fechava o plano de negócios. Aí é marginal o erro, entendeu? Pelo menos foi a informação que me passaram. Os dois grandes buracos do Corinthians é o CID e o name rights. Então cada caso é um caso.

Orador não identificado: (Ininteligível – 00:48:19) rombo para a Caixa de quanto?

Marcelo Odebrecht: Em tese, o que está em risco hoje: o financiamento da Caixa, a única vantagem que a Caixa tem é que ela é sênior, quer dizer, nós somos júnior. Quer dizer, ferra a gente antes da Caixa, mas aí a gente tem o financiamento aí de (ininteligível – 00:48:41) milhões, a Caixa tem... ou seja, o primeiro dinheiro que pingar não vai para a gente, vai para a Caixa. A Caixa tem isso, a gente ferra e a gente ferra como construtora, que tem o recebido da obra, que não recebeu ainda pela CID.

Juiz: Sim, mas quem é que vai comprar um estádio?

Marcelo Odebrecht: Não...

Juiz: Se a Caixa vai executar o crédito dela...

Marcelo Odebrecht: Não vai, esse é outro problema que tem. Você depende do Corinthians continuar jogando. E ainda vai o seguinte: aí o Corinthians começa a definir, todo esse problema... Mas cada caso é um caso. Eu não diria para você que tem que olhar...

Orador não identificado: E onde [vocês ficam associados] aos estádios?

Marcelo Odebrecht: No caso Fonte Nova e Maracanã.

Orador não identificado: Maracanã.

Marcelo Odebrecht: Por exemplo, eu vi uma delação agora que teve pagamento por TCE, é só (ininteligível – 00:49:25), quer dizer, uma obra com prejuízo, a concessão é uma desgraça, ainda pagar o TCE? Quer dizer, isso é um absurdo.

Juiz: Encerramos? Os senhores têm algum acréscimo?

Oradora não identificada: Não.

Juiz: Então dou por encerrado o depoimento.

...

Fim da gravação

(00:05:03)

Gravação: TD 43 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 01:04:38

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 43, que presta Marcelo Bahia Odebrecht. Aqui presentes, acompanhado de seus defensores Luciano Feldens, Débora Poeta e Joana Paula Batista. Marcelo, eu indago se estes são os seus defensores e ainda se tu estas aqui de forma voluntária e espontânea para prestar esse depoimento, que é feito com base no acordo de colaboração premiada, celebrado com o Ministério Público Federal, com suporte na Lei 12.850/2013. Eu indago ainda se tu estás ciente que os efeitos da colaboração premiada dependem do conteúdo do teu depoimento e ainda dos elementos de colaboração que forem entregues.

Marcelo Odebrecht: São meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Certo. Marcelo, eu lhe peço que fales sobre o Anexo 20, Geração e Distribuição Geral, Caixa 2, primeiro vou pedir que tu confirmes o conteúdo dele, no texto que foi entregue pela tua defesa.

Marcelo Odebrecht: Confirmo.

Juiz: E depois explicar, por favor.

Marcelo: Essa questão da geração (ininteligível – 00:01:08), nos primórdios, digamos desde... até mais ou menos início da década de 1990, quando teve aqueles primeiros problemas, a geração se misturava com a distribuição. E eu entendo até que muita parte das empresas brasileiras ainda usam isso que a gente fazia até o início da década de 1990, que era você... basicamente tinha que pagar alguém, se um contrato tinha que pagar alguém, o contrato gerava um contrato fictício para pagar alguém. Então você misturou a geração com a distribuição, misturou com a contabilidade oficial. Nós tivemos, então, problemas no início da década 1990, certo? E aí se criou, não posso precisar exatamente a data, mas foi em meados da década de 1990, vamos lá, 1993, 1994, 1995, se criou o modus operandi atual, que era o que a gente chamava de separação da geração da distribuição, tá? Isso tinha várias razões, tá? Digamos assim, umas legítimas, outras ilegítimas. As razões legítimas eram você tentar preservar o que a gente chama o corporativo, quer dizer, você não quer (ininteligível – 00:02:30) a contabilidade oficial da empresa, porque se você começa a permitir que todas as empresas, todo mundo que faça contratos fictícios, você gera uma confusão dentro da empresa e você perde o controle do que é lícito e ilícito. E você começa a misturar a diretoria financeira, o jurídico com a questão de... então você mistura toda a empresa que é lícita com a questão ilícita do caixa 2. Outra questão é que quando você gera também, você deixa cada um gerar, muitas vezes você tem um problema que você está gerando um custo em um contrato que tem prejuízo, ineficiência fiscal. Essa é a questão, digamos assim, legítima, por que você fez isso. A questão ilegítima é que você, ao fazer isso, você também cria um chinese wall, você tentar ocultar mais fácil esse processamento do caixa 2. Você desvincula da onde você gera da onde você distribui e dificulta a localização. Então, no fundo, quando isso foi criado, na década de 1990, tinha esses dois objetivos, esse modus operandi. No que tange à geração, então esse modus operandi, digamos assim, foi estabelecido na década de 1995, mais ou menos 1995, nesse período, tá? Bom, durante todo esse período, já com esse novo modus operandi, aí você separou a geração e distribuição, a geração em si, e aí eu falo um pouco da geração, ela passou a ser, quase em sua totalidade, no exterior, por uma questão de eficiência fiscal, porque a gente tinha prejuízos acumulados no Brasil, a construtora, naturalmente, a grande parte do [overhead] dela era do Brasil, então os contratos no exterior eram mais leves, porque não tem o overhead brasileiro, então, em geral, você tinha grande parte do resultado, praticamente 100% do resultado da empresa vinha do exterior. Então onde é que você fazia geração? Você faz a geração onde tem mais [eficiência] fiscal, além do que, você

tem mais... a complexidade tributária no Brasil, a fiscalização, tudo permite com que... então a gente pegava países que tinham mais flexibilidade e você tinha margem melhores, até porque o overhead estava no Brasil e você gerava lá fora. Tinha também o conveniente, porque em alguns países que você, você também precisava gerar, não por uma questão de fazer a geração de caixa 2 e fazer a [presença] fiscal ao mesmo tempo, mas você precisava gerar, porque você tinha restrição de remessas de lucros. Então se você tivesse lucro lá, você não conseguiria reemitir por questão cambial. Aí, o que que você fazia: na geração, você [emitia] através de um subcontratado, através de uma empresa, então você emitia, não era lucros. Então, no fundo as coisas acabavam (ininteligível – 00:05:28). A geração em si era de conhecimento amplo na empresa, no fundo o entendimento era que aquilo era planejamento fiscal, as pessoas que faziam tinham consciência que estavam fazendo planejamento fiscal, algum tipo, talvez, de sonegação fiscal, algum tipo de evasão fiscal, mas a questão era fiscal. Sabiam que esse dinheiro era gerado e, veja bem, todo mundo sabe, que atua no... não precisa explicar que uma empresa de construção precisa de geração, porque, inclusive, a origem disso, você não cria essa necessidade de caixa 2 já na origem pensando em pagar propina, acaba-se levando a isso, a pagar. Mas você tem bônus que são pagos por fora, porque você não quer criar um relativismo. Você tem um problema, por exemplo, você pega um diretor ou um executivo, que está em um contrato que dá um enorme lucro, tá? Portanto, ele tem um bônus. Aí você pega ele e quer botar em um contrato que vai dar prejuízo, ele não vai ter bônus. Aí, como é que você motiva ele para ir para aquele contrato? E você não pode dar um RV para um cara do contrato... Aí você cria, aí você resolve assim, para não criar um... e também um (ininteligível – 00:06:54), às vezes, relativismo interno por alguma razão. Então, bônus por fora sempre houve. Isso eu estou falando de 20, 30 anos, sempre houve. Então, todo mundo sabia que havia necessidade. Todo mundo sabia que havia uma necessidade, por exemplo, você não atua em países com guerrilha ou nas favelas do Rio, sem pagar milícia, sem pagar... então tem muito dinheiro que corre. Você, inclusive, a gente paga sequestros, eu mesmo participei da questão para trazer o corpo de um engenheiro nosso que foi sequestrado no Iraque, eu participei, junto com o governo brasileiro na negociação que envolveu, inclusive, o governo italiano, a gente deu, se eu não me engano, foi uns [5 milhões de dólares], isso é por fora, tá certo? A gente pagou sequestro na Colômbia, sequestro no Peru, esse tipo de pagamento em dinheiro. Tinha a questão de (ininteligível – 00:07:39). Tinha questões de: você vai para esses lugares, o subcontratado quer dinheiro, ele não transita nota fiscal. Você vai para uma obra na zona de guerrilha da Colômbia, o subcontratado quer dinheiro. Você tinha questão muito, que a gente fazia, como eu

mencionei a questão dos empréstimos que a gente fazia para alguns veículos de mídia, a gente não queria aparecer. Então a gente pegava o caixa 2, botava no fundo, o fundo fazia o investimento. Isso era muito comum. Ou, por exemplo, fazia uma negociação onde para criar uma referência de um valor para quem estava comprando, a gente, às vezes, fazia uma venda simultânea para um outro fundo, que era nosso e criava uma referência. Então, havia essa necessidade. Então, no fundo e havia caixa 2, sem entrar no mérito de qual caixa 2 era legítimo, qual caixa 2 era propina. Então, veja bem, as pessoas que faziam a geração, elas sabiam que havia a necessidade de caixa 2 (ininteligível – 00:08:42), isso há 20, 30 anos. O problema é que até 1990 era feito (ininteligível – 00:08:49), quem gerava, distribuía e a partir de 1995, se separou o modus operandi, deu uma eficiência fiscal, transformou o que não tinha (ininteligível – 00:08:59) e, de certo modo, você disciplinou mais, você criou menos gente que distribuía, que fazia parte, digamos assim, mais ilícita, o resto você estava fazendo uma coisa que era uma geração, mas era uma questão mais fiscal.

Juiz: 1995 ou 2005?

Marcelo Odebrecht: 1995.

Juiz: [Como houve a separação]?

Marcelo Odebrecht: Essa questão do modus operandi de separar foi 1995, que foi quando a gente aquele problema no orçamento, aquelas questões todas. O que existe de confusão que, às vezes, o pessoal fala que foi estruturado o setor de operações estruturadas é porque a confusão que existe é a seguinte: o modus operando atual existe desde 1995, não mudou nada. O que é a confusão que o pessoal faz de tal de 2005 é o seguinte: a parte da distribuição era conduzida, na época, não pelo pessoal que está hoje. Alíás, acho que a Lúcia fazia já parte. Era conduzida por um antigo colaborador, de 1995 até mais ou menos 2005, pelo Ferreira. O Ferreira junto com a Lúcia, não sei se tinham outras pessoas envolvidas, eles é que faziam o que a equipe faz hoje, Lógico, como a organização foi crescendo, as demandas vão crescendo, de todas as naturezas: lícitas, legítimas e propina, de tudo quanto é natureza vai crescendo, mas o modus operandi não mudou e isso era conduzido por Ferreira e por Lúcia. Em 2005, mais ou menos, o Ferreira teve um AVC. Quando eu entrei na construtora, em 2002, era Ferreira. O Ferreira, desde antes de eu assumir, ele estava, a gente tem a macroestrutura e ele tinha um título que dizia assim: assessor. Sempre me incomodou, porque todo mundo na empresa sabia o que o Ferreira fazia, você não explica por que que Ferreira fazia. Então, o que existe a confusão que foi formado... não foi formado, estruturado em 2005, isso existe desde de... o modus operandi,

exatamente, existe desde 1995. O que ocorreu foi que em 2005, quando eu chamei Hilberto para substituir Ferreira, que teve um AVC, Hilberto trabalhava, na época, na holding, não trabalhava na construtora, era uma pessoa de confiança antiga (ininteligível – 00:11:12), chamei o Hilberto. Aí o Hilberto chegou para mim e falou: “porra, Marcelo, eu não quero que seja que nem Ferreira. Eu não quero que todo mundo saiba o que é que Ferreira faz, porque não convém. Eu acho que quem sabe, tudo bem, mas quem não sabe, não precisa saber. E hoje todo mundo sabe o que que Ferreira faz. Então se você me botar no programa de Ferreira, todo mundo vai saber o que eu faço”. Então, operação estruturada, na verdade, e aí tem essa confusão que eu já vi quando vocês fazem as palavras-chaves, vocês pegam, às vezes, operação estruturada é o nome que se dá a financiamentos estruturados com garantias específicas. Então, muitas vezes vai se ver o nome operações estruturadas em planilhas, apresentações da área financeira, porque tem a ver com você estruturar um financiamento com garantia específica. A gente chamava... hoje chama mais projeto (ininteligível – 00:12:05), mas a gente chamava mais operações estruturadas. E aí o Hilberto disse assim: Marcelo, deixa eu colocar o nome do meu programa, que é o programa do Ferreira, como operações estruturadas, porque aí eu vou conseguir transitar em toda a organização, vou convencer, vou conversar e todo mundo vai achar que eu estou apoiando o financiamento estruturado que todos os projetos precisam para exportação, para isso e para aquilo”. Pronto, para isso que foi criado. Hilberto criou, com o crescimento, ele pediu para... depois ele me trouxe a ideia: “ô Marcelo, preciso reformar minha equipe e tal” e veio o Fernando, veio o Luís Eduardo e conduziu a questão da... mas o modus operandi existe. Esse modus operandi, basicamente, que existe desde 2005, aumentando ou não, mas o modelo, quer dizer, desde 1995 é a questão seguinte e aí é importante diferenciar o seguinte: você tem primeiro porque havia um modelo que era para ser. Quando a gente começou a aprofundar e essa era uma dificuldade que a gente tinha, por quê? O que era para ser, não foi o que foi feito. Essa é uma dificuldade que tem, ou seja, deixa eu tentar (ininteligível – 00:13:27) o modelo como foi concebido em 1995 era o seguinte: você faturava, com foco presencial offshores que é o que a gente chama de nível 1. Essas offshores, elas eram de conhecimento das equipes, porque tinham que fazer para essa offshore, feito contratos, digamos, de planejamento fiscal, então você conhecia, tá? E, de certo modo, como eram volumes altos, ou, por exemplo, como eram volumes altos e concentrados, os bancos sabiam e faziam questão de assegurar que aquilo ali era planejamento fiscal e que a Odebrecht sabia que aquelas contas, apesar de não ser offshore, porque os bancos que a gente tinha confiança e era sinalizado o seguinte: se você começa a depositar 20, 30 milhões em uma conta, ele quer saber:

“pô, de quem é essa conta?” e, muitas vezes, o nosso pessoal da área financeira tinha que dizer: “olha, essas são as contas nossas, o dinheiro é nosso” e os bancos procuravam saber: “tem corrupção aqui?” e o meu pessoal do financeiro, que não se envolvia na parte de distribuição e não era para se envolver, a gente criou essa divisão, dizia: “não, é a questão do planejamento fiscal” e, obviamente, tinha o cuidado, até para não cometer o crime de fazer isso em países onde a questão fiscal não é um crime. Então a gente tentava fazer com que no primeiro nível, em tese, não houvesse um crime, porque era feito planejamento fiscal nos países em que aquilo não era um crime. Exemplo claro, bom, já estou entrando no segundo e no terceiro nível. Bom, a partir daí, a partir daí, o modelo que tinha sido estruturado, em algum momento se descontrolou, a partir daí, eu não posso assegurar qual foi o momento, porque, veja bem, o que a empresa, quando eu digo a empresa, o corporativo, o que o corporativo da empresa sabia e tinha conhecimento era da geração que era disponibilizada para a distribuição. A partir daí, o conceito era de total confiança, total delegação, porque a gente sabia que a partir daí, se você começasse a fazer controles e ontem o procurador estava perguntando para mim a questão do (ininteligível – 00:16:02), você começa a... por exemplo, controle significa que alguém tem que explicar a alguém, que alguém tem que controlar, tem que falar pelo telefone, tem que falar por e-mail, então, em tese, a confiança era o seguinte: a partir daí, é o seguinte, quem tinha autorização para usar o caixa 2, independentemente de qual era, se era para bônus, se era para caixa 2 mesmo, se era para propina, se era para qualquer coisa, quem tinha autorização, tinha autorização. Ou seja, enviava o pedido para o pessoal que fazia isso, que era antes um assessor e depois virou a equipe de operações estruturadas e esse pagamento era feito e você não precisava pedir autorização (ininteligível – 00:16:44). Se você tinha autorização para contactar essa pessoa, se você sabia, você não buscava autorização do seu líder. Depois eu fui saber até que alguns líderes até pediam, o que não era para ocorrer, porque você cria uma redundância, mas eu soube que alguns líderes queriam ter, mas em princípio, se um líder autorizava, você não [tem]. Bom, quando você gera isso aí e não era para ter nenhum tipo de presença, ou fingertip, ou identidade, qualquer tipo de relação entre a Odebrecht e essas offshores dois, três e quatro, que faturavam quanto a offshore do primeiro nível e que levariam ao destino final. Não era para ter. A razão era exatamente porque você tem razões, novamente, legítimas e ilegítimas. A razão ilegítima, óbvia, é você querer ocultar e dificultar o [traciamento]. Em tese, se você chega lá na ponta e quebra, se tem problema a quem você pagou, por qualquer razão, não estou aqui entrando no mérito de qual foi a razão, mas você não consegue tracear de volta para a Odebrecht, porque você tem três níveis que não têm relação com a

Odebrecht. Inclusive, como esse sistema foi concebido dessa maneira e, em tese, a partir do momento em que você não controla, porque é o sistema, então, em tese, não haveria controle, essa, inclusive foi uma das dificuldades que a gente teve quando começou a operação Lava Jato, essa era o que a gente pensava, quer dizer, eu, pelo menos, pensava e vários outros pensávamos, que havia. Então, em tese, não tem nem informação, porque não existia relações. Então, por exemplo, a gente foi surpreendido com o fato de que algumas contas, e depois fomos descobrir várias, tinham (ininteligível – 00:18:53) informais Odebrecht e não era para ter, o sistema não foi concebido assim. A razão legítima, porque tudo tem uma razão legítima e a razão legítima disso, também tem uma razão, é o seguinte: quando você cria um sistema onde você sabe que você está fazendo um sistema sem controle, você também acho que o pessoal que elaborou isso lá atrás pensou sabiamente, você ter o que a gente chama de checking balance. Tudo bem, a gente não está controlando, mas você imagina que de alguma maneira o mercado financeiro controle. O que é que você imagina: se você começa a ter trânsitos de dinheiro elevado em contas que não têm uma empresa do porte da Odebrecht por trás, você imagina que o banco vai chiar. Então, você, mais ou menos, limita seu pessoal. Outra coisa, você também entende que você, se você é financeiro, vai impedir pagamentos de PEP] quer dizer, qual é a cabeça? Você até entende, você sabia que o sistema permitia, que o seguinte: que pagasse uma contribuição política para um marqueteiro de campanha, ok, mas ele não é PEP. Mas se esse dinheiro for uma propina direta para a conta de um diretor de uma estatal, em tese, o sistema financeiro devia bloquear. Bom, o que que a gente percebeu e, com certeza, o pessoal deve ter falado: houve uma total conivência, o checking balance foi totalmente rompido, porque houve uma total conivência do pessoal, misturou, os bancos, quando começavam a se tornar, a gente descobriu isso depois, apurando, os bancos quando começavam a se tornar desconfortáveis com o valor, o nosso pessoal, de alguma maneira, transparecia para o banco que a Odebrecht estava por trás, só que o banco não avisava, digamos assim, ao financeiro da empresa que a Odebrecht estava por trás, a gente não sabia que aquela conta estava, com a gente, com um [bo], quer dizer, o corporativo do grupo não sabia que estava, tinha uma conivência com os financial office. Eles começaram e aí, veja bem, a gente também criou, o sistema foi elaborado aí, o seguinte, criou uma conivência, inclusive, que o nosso pessoal ajudava, isso, com certeza, eles devem ter falado, o nosso pessoal ajudava os PEP's a abrirem conta para, exatamente, dar um by-pass com a conivência do financial office. Quer dizer, uma total (ininteligível – 00:21:26). E essa foi uma dificuldade que a gente teve, quer dizer, no início, para colaborar, por quê? Porque, inclusive, o seguinte: o modelo do jeito que foi feito, novamente, por

razões legítimas e ilícitas, ele foi feito de tal maneira que internamente era o seguinte, até para não (ininteligível – 00:21:44) as coisas, em tese, o pessoal da distribuição, que era, antigamente, o Ferreira, o Hilberto e equipe, eles não deveriam saber quem era o destinatário final. Eles deveriam ter um codinome, ele receberia um codinome, uma conta e ponto. Eles não deveriam saber mais nada. Mais nada, essa informação não deveria existir, eles só deveriam saber isso. Quem sabia qual era, era o pessoal. Só que aí, a gente descobriu, inclusive, o sistema Drousys não era para existir. Inclusive, quando esse assunto pipocou em 2014, eu procurei o Hilberto, que, a essa altura do campeonato teve um problema e a gente sabe, e foi um, acho que uma parte do descontrole ocorreu quando o Hilberto teve o problema da operação, acho que, a partir daí, se descontrolou mais ainda e o pessoal de baixo fez uma zona, que foi o seguinte: quando eu perguntei ao Hilberto: “Hilberto, você tem os registros?”, ele falou: “Marcelo”, obviamente que ele sabia, “eu não tenho o registro”, ou seja, a gente não sabia, eu não sabia e várias pessoas, o pessoal do jurídico que estava tentando fazer a [defesa], não sabia que havia tais registros no Drousys, porque não era para haver. Uma vez até que ele me comentou que tinha um sistema de informação segura, eu falei: “que maluquice é essa? Vocês estão registrando?”, aí ele falou: “não, Marcelo, é um sistema, um chat seguro, onde a informação vai e desaparece”. Então, o registro não era para haver, quanto mais o nível de registro que tem hoje, porque ele fez um processo onde ele misturou as duas coisas. Ele tinha informação, no Drousys de que obra foi, ele tinha o nome, então, ele tinha tudo. Tanto é assim, que uma vez, ele estava falando com o nosso advogado americano, que ele estava preocupado, porque destruíram o token do sistema, que eu vou falar mais na frente, do sistema do (ininteligível – 00:23:40), tá? E eu falei, olha, eu acho até que, realmente, se eu não soubesse hoje o que eu sei do Drousys, o sistema de (ininteligível – 00:23:51), porque, olha como é a mentalidade: se o Hilberto só sabia o codinome e a conta, sem as informações, que eu vou detalhar, que estavam no (ininteligível – 00:24:01), que era a interface entre a geração e a distribuição, realmente, você precisava daquele sistema. Depois eu fui descobrir o seguinte, que tudo o que estava no sistema do (ininteligível – 00:24:09) estava no sistema do Drousys, que não eram verdade. Então, na verdade, se tornou irrelevante, a gente consegue fazer hoje a colaboração só com o Drousys, porque tem toda a informação lá, tem a ponta toda. Você precisa, algumas vezes, do colaborador para identificar a pessoa que, muitas vezes, não tem lá. Mas também eu descobri que o Hilberto e o Luisinho e o Fernando acabaram ajudaram vários e não era, eles não era para ter contato com as pessoas, até porque, eles não eram para saber o grau, não era para ter... então, houve uma (ininteligível – 00:24:45) total. A questão do (ininteligível – 00:24:47), que precisa ser esclarecida é o seguinte: quando

eu assumi e até pouco tempo depois de assumir, quando você tinha autorização para fazer o uso de caixa 2, independente de qualquer coisa, em geral, você tinha o empresário, o empresário tem um apoio financeiro, aí o apoio financeiro fazia, na base da confiança, o pedido para o pessoal, na época o Ferreira, o pessoal fazia o pagamento. Qual era o conceito que existia? Você não podia fazer uso caixa 2, para qualquer (ininteligível – 00:25:46) natureza, se você tinha um caixa 1, digamos assim, um caixa oficial deficitário. Isso é uma coisa natural, porque senão você começa a fazer pagamentos do caixa 2, que não tem controle da empresa e você está criando um prejuízo no caixa 1. Só que esse controle, na prática, era feito pelo próprio empresário junto com o seu apoio financeiro, na base da confiança. Além disso, imagine o seguinte: se eu tinha 100 ou 200 empresários, que tinham autorização para fazer uso do caixa 2, eu tinha 100 ou 200 apoios financeiros, então eu duplicava as pessoas que tinham acesso ao sistema de distribuição. Então, vamos automatizar isso. Então, eu coloquei o (ininteligível – 00:26:11), que na verdade, uns chamam de mera peça da engrenagem, eu botei ele, para fazer o seguinte: “(ininteligível – 00:26:16), quando vier um pedido de uso do caixa 2”, e o (ininteligível – 00:26:20) não entrava no mérito do que era, quando vier um pedido de uso do caixa 2, “o empresário vai informar para você o codinome, certo? E vai informar para você o valor. Se não tiver respaldo no caixa oficial, você traz uma maneira de falar comigo, se tiver respaldo, volta ao modelo anterior, não vou me meter”. Aí, a autorização, essa que é a nossa cultura, cada um é agente do seu próprio destino, cada um [toma], o cara tinha autorização. Aí, nesse modelo, o que que acontece? Na prática, os caras quando tentavam fazer uso do caixa 2 e não tinha respaldo do caixa 1 e o (ininteligível – 00:27:07) travava, sem entrar no mérito, ele não questionava, ele, simplesmente: “não tem dinheiro, vocês não têm dinheiro no caixa 1, não pode usar o caixa 2”. Aí o (ininteligível – 00:27:14) travava e dizia: “tem que falar com o Marcelo”. 95% das vezes, só em travar o cara já me procura. E, algumas vezes, tem até alguns e-mails que a gente botou lá a prova, algumas vezes o cara me procurava e dizia o seguinte, a maior parte das vezes, quase totalidade do Brasil, [onde] a gente tinha problema, aí o cara me dizia assim: “Marcelo, eu estou aqui, eu estou precisando usar pagamento” e eu dizia, a maior parte das vezes, eu nem entrava no mérito do que era o pagamento e, novamente, por questões legítimas e ilegítimas. Primeiro, não era da minha responsabilidade, segundo, se eu começasse a entrar, imagina, eu estou falando com alguém pelo telefone, se eu começasse a explicar o que era, eu começaria a (ininteligível – 00:28:00). Então, na prática, eu procurava me informar quando é que o caixa 1 ia virar, minha preocupação era muito essa. Em algumas vezes eu até tive acesso a codinomes, tudo, mas nem procurava saber quem era. Quando eu digo que

quase a totalidade era Brasil, porque no exterior, em geral, por conta do modelo de contratação, que é muito prático, no exterior, você ter um advanced payment, em geral, a obra do caixa 1 vira positiva. Então, em geral, você não tem o problema de caixa 1 que gere necessidade. Então, em geral, como eu só sabia dos problemas quando tinha problema de caixa 2, (ininteligível – 00:28:42). E aí, você cria esse processo, eu, mais ou menos, fico no automático, eu saí da construtora em 2008, a partir daí eu não sei mais como os LE's conduziram esse assunto com o (ininteligível – 00:28:57). Aí eu sei que cada um depois adotava isso, eu estou falando da construtora, cada um adotava seu próprio controle, sei que uns, depois eu fui saber, uns pediam autorização ao (ininteligível – 00:29:10), outros queriam... mas aí o pessoal vai poder informar com mais precisão, entendeu? Então, no fundo eu não sei se eu falei falar alguma coisa da questão de... ah sim, uma coisa que eu acho importante, que aí sim, era a única conta, fora as contas nível um, que apesar de eu não conhecer especificamente, a empresa conhecia, do nível um, tinha uma conta que englobava outras contas, lá em um único banco, eu acho importante aqui até para ser justo com o banco, que era o... que foi o, acho que nesses bancos todos que atuavam com a gente do nível 2, nível 3, nível 4, acho que foi o único que foi correto e não teve ilicitude ou conivência com os financial office, foi a questão do Pictet. Porque o Pictet era o banco que a gente usava para fazer os pagamentos para os executivos. Quando esse processo até começou, eu tive essa preocupação de dizer o seguinte: no Pictet, essa era a única conta de nível 2, 3 e 4, que eu tinha conhecimento que existia. As outras, em tese, não era nem para o financial office saber que a Odebrecht estava por trás, mas essa sim. Essa conta do Pictet, essa é uma conta que o financial office e teve dois financial office nesse período, ele, quando eu assumi a construtora e depois assumi a Odebrecht S/A (ininteligível – 00:30:59), que depois foi, a pedido do Pictet, oficializadas na CNO, mas antes de ser oficializadas, assim que eu assumi a CNO e depois que eu assumi a Odebrecht, o financial office da conta me procurou e disse o seguinte: “Marcelo, eu quero escutar de você, se esses pagamentos aqui feitos nesta conta são apenas questões de bônus executivos fiscais, tá? Porque isso aí não é crime aqui na Suíça, a gente administra, mas eu não posso ter outras coisas”. E eu para eles: “não, eu garanto que essas contas não têm nada a ver, é só bônus executivo” e era o entendimento da época. Depois até eu soube que o pessoal, novamente, parece que até fez alguns pagamentos que não era para terem sido feitos, indevidamente, através dessa conta e aí, inclusive, gerou uma contaminação, aí fica parecendo até que as pessoas... não tinha. Essa conta é o que eu chamava o seguinte: “Hilberto, veja bem” e eu falava para o Ferreira e falava para o Hilberto: “vocês têm um processo que é todo feito por operadores, terceiros, a gente não vai se

(ininteligível – 00:32:14), porque você está mandando, às vezes, para um operador, que transaciona com outra empresa, a outra empresa pode ter problema, você pode. Agora, veja bem, essa aqui é o que eu chamo de [conduto limpo], é uma questão fiscal, executiva, eu não posso misturar isso com qualquer outro tipo de pagamento, porque como eu não conheço a natureza e o tamanho da ilicitude ou destinatário dos outros pagamentos e, se você está usando um operador, o que impede esse imperador que você está usando, essa conta também estar sendo usada por um contrabandista, ou terrorista? Então, o seguinte, eu não posso (ininteligível – 00:32:48) esses pagamentos de executivos com essa questão”. Então, essas contas específicas, que eu tinha conhecimento e elas eram para ser puramente para pagamentos de executivos. Agora, isso é construtora. Na Braskem, aí... porque, eu sabia isso, porque eu era da construtora, executivo da construtora, eu conhecia o modus operandi. Na verdade, desde 1995 isso existe, quer dizer, quando eu era diretor da construtora eu já sabia que isso existia. Então, isso aí, esse modus operandi, as pessoas que tinham delegação para utilizar, todo mundo sabia desde 1995. Então, eu achava isso aí, eu cresci nesse ambiente, natural com o uso de caixa 2, quer dizer, a ilicitude sempre teve. Na nossa cabeça, a gente sabia, obviamente, que se é caixa 2 é indevido de alguma maneira, você está fazendo caixa 2, algum indevido tem. Você pode até estar buscando um país onde isso pode ser feito, mas você está fazendo algum tipo. Mas do nosso ponto de vista e assim que, infelizmente, a cultura foi feita, a gente cresce achando que a ilicitude, a questão do problema está em cada um assumir qual foi o tipo de pagamento que você fez usando o caixa 2. Ou seja, dentro da empresa, a maior parte dos empresários e eu cresci assim também, a gente não via a grande ilicitude no uso específico do caixa 2, porque você racionaliza que se é um uso legítimo, a forma de caixa 2 é por uma questão de como a construção funciona, como isso. Então você entende que o uso é legítimo e você criou uma forma ilegítima ou ilícita, você nem usa esse termo, você: “eu estou querendo fazer um pagamento”. A gente sempre entendeu que cada um era responsável por aquele pagamento em si ter ou não natureza ilícita, propina ou não e esse tipo de controle cabia a cada um tomar. E não era para, inclusive, (ininteligível – 00:35:07) o restante da empresa, entendeu? Ah sim, isso eu falei, que a geração se dava no exterior por causa da questão fiscal. Eu acho que eu passei tudo, mas não...

Juiz: Quem que imaginou essa estrutura dessa forma, em níveis? Quem que idealizou [esse modelo]?

Marcelo Odebrecht: Eu já cheguei com isso, então isso vem desde 1995. Eu sei que esse assunto veio, eu estava na época, eu vivi esse mega problema, que foi... eu

estava na hidrelétrica de Corumbá, em 1992, que foi aquele escândalo dos Anões. Depois teve a questão, lembra aquela questão do escândalo do Eliseu Rezende? Meu pai foi no Congresso e naquele momento era uma zona, por quê? Quem distribuía tinham que gerar o próprio recurso que distribuía. Imagina o seguinte, você vai fazer... naquela época, se você ia fazer uma doação a um candidato, sabe o que que você fazia? Você pagava, por exemplo, naquela época, custo de camisa. Você pagava a empresa que imprimia camisa para aquele candidato. Então, quando surgiu esse problema de notas frias e tudo mais, eu acho que, inclusive, pelo o que eu soube, o Paul detalha isso. Eu não sei se foi ele, necessariamente, mas ele detalha um pouco disso, não sei se foi ele.

Juiz: Quem?

Marcelo Odebrecht: O Paul.

Juiz: O Paul Altit.

Marcelo Odebrecht: O Paul Altit, eu não sei se foi ele que estruturou isso, mas eu sei que ele tinha conhecimento, ele tinha mais conhecimento disso, eu não sei se foi ele exatamente. Mas isso vem dessa época, foi na época que a gente teve os problemas das notas frias. E aí se tomou a decisão, como eu falei, razões legítimas e ilegítimas de separar e fazer a geração no exterior, separar a geração e distribuição e criar o modelo atual.

Juiz: Eu entendi que antes eram utilizados os doleiros, faziam os pagamentos da mesma forma, mas me parece que as contas, pelo menos eu não encontrei nenhuma das contas abertas no exterior, pelo menos não nesse nível, né? Antes de 2000, parece que as contas de 2003, 2004, 2005...

Marcelo Odebrecht: Não, eu acho que o pessoal, veja bem, é que eu falei, eu acho que sempre houve só que a impressão que eu tenho, a impressão que eu tenho é que em algum momento, que eu não sei precisar, e como era um sistema que não era para ser controlado, começou a haver um descontrole. Se você vai me perguntar se o descontrole foi em 1999, 2001, 2002, eu não sei. Mas o que que acontece? Se o sistema fosse mantido como era concebido em 1995, não era para ter. Porque o sistema foi concebido para as contas níveis 2, 3 e 4 não ter nenhum fingertip da Odebrecht. Então quando você começa a achar contas da Odebrecht nível 2, nível 3... é porque começou a haver o descontrole, porque o sistema foi feito para você operar nível 2 através do operadores: doleiro [e só]. Quando você começa a ter contas exclusivas da Odebrecht, você começa a ter contas que financial office sabe que é da

Odebrecht, foi em algum momento. Ou seja, na verdade, os senhores conseguem recuperar esse história, a partir do momento que começou a haver o descontrole do modelo elaborado em 1995.

Juiz: Nunca foi apresentado então: “olha, nós vamos dividir isso aqui em camadas ou em níveis, de forma que a gente não consiga deixar o rastro”. Isso eu quero saber se foi apresentado para o senhor. Se em algum momento chegaram para o senhor: “esse é o modelo que nós queremos fazer”.

Marcelo Odebrecht: Não, isso aí, veja bem, lembrando o seguinte: eu não pulei, eu não pulei na construtora em 2002. Eu não pulei. Eu me formei em 1992 e entrei. Esse modelo de geração e distribuição, a gente sabia como funcionava. Agora, o que que a gente imaginava? Eu e vários outros empresários? Inclusive, eu acho que uma das coisas que fez com que vários empresários, por exemplo, quando eu estava preso, eu já estava preso em setembro, tá? E aí veio a questão da... a gente tomou a dimensão da quantidade de... as investigações (ininteligível – 00:39:20), tentamos correr antes dos senhores, aí o pessoal me disse: “ó, Marcelo, está nessa dimensão, foi isso o que a gente descobriu, através de investigação”, foi em setembro, eu falei: “olha, veja bem, eu estou aqui, não sou eu mais que tomo decisão, eu vou dar a minha opinião, eu acho que vocês têm que se reunir”, eu recomendei que se reunissem todos os LE’s com o pessoal da Odebrecht S/A, “e o seguinte, vocês têm que tomar uma decisão. Vocês têm informação aí fora, na minha opinião, eu acho o seguinte, a empresa deve colaborar e vai caber depois a cada um tomar a decisão se vai ou não colaborar”. Em setembro do ano passado, eu disse: “a empresa deve colaborar”. O que que aconteceu na época, que eu acho que aí a decisão que eu soube... e eu falei: “eu apoio a decisão de vocês, porque vocês têm as informações. Se não for para colaborar eu apoio, se for para colaborar, eu apoio”. O que que eu acho que levou naquela época, em setembro do ano passado, à decisão de não colaborar? Porque na cabeça dos empresários, na cabeça dos empresários, que conheciam esse sistema, assim como eu, havia essa segregação. Ou seja, eles achavam que eles que tinham feito pagamentos ilícitos nunca... se todo mundo, se as pessoas soubessem, naquela época, na minha opinião, entendeu? Agora, é óbvio o seguinte: não estou dizendo todos, existia, já naquela época a decisão espontânea e (ininteligível – 00:40:49), eu sempre adotei o (ininteligível – 00:40:51) seguinte: eu vou fazer o que a empresa decidir. Essa foi minha posição desde setembro. Óbvio, (ininteligível – 00:40:57). Várias pessoas queriam colaborar, eu sabia que várias pessoas, não posso dizer para vocês quem, mas era informação do pessoal, várias pessoas queriam colaborar e eu acho que várias pessoas não queriam colaborar, porque achavam que nunca iam ser,

porque, na cabeça de todo mundo, esse sistema era o sistema que a gente imagina ser e que não se mostrou ser. Não existia o Drousys, não existia isso. Então, essa dicotomia.

Juiz: Então o senhor não sabe quem pensou nessa estrutura financeira.

Marcelo Odebrecht: Eu acho que essa estrutura, na verdade, o seguinte: eu não acho que ela foi elaborada por uma pessoa especificamente. Na minha opinião, o seguinte: uma estrutura dessas, você vai evoluindo com o tempo. Eu acho que a grande decisão foi feita quando se decidiu e aí foi uma decisão que nós, que éramos empresários, eu era, na época, diretor comercial, sabíamos o seguinte: “não vai...”, primeira orientação, “não vai haver mais...”, isso eu me lembro, porque eu era diretor comercial na empresa, de uma obra, a primeira decisão que a gente sabia: “não vai haver geração de nota fria, não vai haver mais geração na empresa, por conta disso”. Aí você começa a... você não cria um modus operandi. Você vai e as pessoas vão evoluindo. Aí você separa, aí você separa o seguinte: aí você separa geração de distribuição. Aí o pessoal da geração começa a aprimorar o lado da geração, o pessoal da distribuição começa a aprimorar. Eu não acho que um negócio desses existiu uma grande pessoa. Você vai evoluindo com o tempo. Por exemplo, com certeza, quando você une todas as colaborações, porque, veja bem, dentre os colaboradores tem gente que participou desse esquema desde o início até hoje. Obviamente, tem pessoas que não... (ininteligível – 00:42:55) teve um AVC e não é o caso mais. Mas se você pegar, por exemplo, você tem entre o Hilberto, Luisinho e Fernando, que conhecem, mais ou menos, de 2005 para cá. Entre a Lúcia, que, obviamente, o problema é que eu acho que cada um tem informações meio que compartimentadas. A Lúcia que conhece aqui. Você pega os diretores financeiros, é natural que o seguinte: à medida que... quando o sistema foi implementado, naquela época, o diretor financeiro tinha um conhecimento maior. À medida em que o chinese wall [para funcionar], você vai segregando cada vez mais o financeiro desse sistema. Mas como todo mundo está colaborando, é fácil dizer... mas eu não sei se na prática, quem fez isso e aquilo, entendeu? Esse sistema é um sistema que foi evoluído ao longo do tempo, por vários de nós, eu, por exemplo, eu não posso... o fato do sistema ter sido, ter existido antes de eu assumir a construtora ou não é indiferente da minha responsabilidade, entendeu? Quer dizer, eu podia, de alguma forma, ter dificultado... talvez eu pudesse ter impedido, talvez, se tivesse bloqueado esse sistema, o pessoal voltasse a gerar e descontrolado, mas podia. Então, isso não muda. Eu não acho que muda a minha responsabilidade ou de outras pessoas, entendeu?

Juiz: Perfeito. E o dinheiro, a origem do dinheiro, a geração vinha principalmente de que país?

Marcelo Odebrecht: Vinha principalmente do que eu botei aqui: a gente tentava unir a questão fiscal com a questão de restrição cambial. Você tem problema de remessa de lucros em países como Angola e Venezuela. Então, nesses países, convinha você fazer a questão por essas duas razões. E, em geral, você conseguia fazer isso em países onde você tem um controle fiscal e margens maiores. Como eu expliquei ontem, em geral, as construtoras brasileiras e no mundo todo, elas conseguem ter margens melhores aonde elas levam financiamento, isso vale para o privado ou para o público. Se você chega para um cara que é um cliente seu e leva o dinheiro para ele comprar coisa, você consegue negociar uma margem melhor. Então, em geral, se você tem financiamento, a margem é maior. Então é só buscar os países que a gente tem restrição cambial e os países onde tem mais financiamento, que, naturalmente, faz o match. Em geral, Venezuela, Angola, República Dominicana, acho que Equador, talvez, Panamá, pela questão fiscal.

Juiz: O senhor disse que, às vezes, o (ininteligível – 00:45:49) brecava, travava as operações.

Marcelo Odebrecht: Quando não tinha respaldo do caixa 1. Se o cara pediu pagamento, se o cara fazia pedido de pagamento de caixa 2 de um milhão e o caixa do centro de resultados dele não tinha um milhão, ele travava. Porque senão o cara, pela autorização que ele tinha de usar um dinheiro que a empresa não controlava, ele podia criar um prejuízo incontrolável, porque eu não saberia que ele estava usando aquele dinheiro.

Juiz: Entendi. Qual é a frequência que isso acontecia?

Marcelo Odebrecht: Na prática, é o que eu falei, isso acontecia muito pouco. Por quê? Primeiro, em geral era raro o cara pedir sempre, porque ele sabia que ia breca e a partir do momento que breca, quando breca, é aquela história: o cara tenta, às vezes o cara sabe que está fazendo errado, tenta. Agora ele pensa duas vezes antes de pedir autorização. Então, era muito raro, eu diria para você que isso não aconteceu com frequência. Eu acho que acontecia mais quando você tinha, por exemplo, às vezes que provisionar... eu lembro que tinha o seguinte: às vezes você tinha que provisionar o negócio em uma obra que não tinha começado ou uma obra que tinha encerrado, aí não tinha mais geração. Mas isso era muito comum mais quando eu era... no início, por exemplo: se hoje você vai dizer assim (ininteligível – 00:47:14), aí não tinha esse

controle, era descontrolado. Quando eu botei o (ininteligível – 00:47:19) esse controle fez lá, vamos lá, em 2004, 2005. O que que acontece? Provavelmente, entre 2004 e 2006, no início, as pessoas ainda testavam e tal. Depois o negócio entra mais ou menos no operandis e, provavelmente, a partir de 2006, eu devo ter tido pouca interface, entendeu?

Juiz: O senhor tinha conhecimento de como funcionava mesmo, na prática, esse setor? Ou seja, a pessoa solicitava lá, o gerente de uma obra solicitava um dinheiro a ser pago para alguém. (Ininteligível – 00:47:51) era passado para o pessoal de operações estruturadas, o Hilberto botava no sistema, a informação ia para (ininteligível – 00:48:03) ou para o Luisinho, conforme nacional/internacional. As secretárias operacionavam, passavam ordem para (ininteligível – 00:48:10). O senhor conhecia todo esse caminho...

Marcelo Odebrecht: Não...

Juiz: ...depois os doleiros utilizavam.

Marcelo Odebrecht: Eu não conhecia nenhum doleiro, não conhecia nenhuma [ponta], até, porque, é aquela história: não era para ter. O que era para ser e essa é a dificuldade que eu tenho é o seguinte: o que era para ser não é necessariamente o que foi. O que era para ser e eu (ininteligível – 00:48:29). Eu estava lá (ininteligível – 00:48:34), quando esse sistema foi elaborado, o que é que foi elaborado? O empresário que precisava fazer o pagamento em caixa 2, ele deveria fazer a seguinte disciplina: ele deveria passar para seu financeiro e depois para o (ininteligível – 00:48:53), quer dizer, antes era para o financeiro dele, depois foi para o (ininteligível – 00:48:55), tá? Mas ele devia passar, o financeiro ou o (ininteligível – 00:49:00), financeiro antes de eu botar o (ininteligível – 00:49:02) não deveria saber. Era aquela questão de sair do usual para quebrar informação. Ninguém deveria ter toda a informação, só o empresário. O empresário, ao acertar um pagamento de qualquer natureza, propina ou não, qualquer natureza, pode até ser subcontratado, pode ser milícia, pode ser sequestro, pode ser o que for, quando ele acertava um pagamento em caixa 2, ele deveria informar para o financeiro e depois para o (ininteligível – 00:49:27) as seguintes informações: o codinome, ele deveria informar o codinome. Ele deveria informar o valor e o centro de resultado para o qual este valor seria descontado. Só. Em tese, essas eram as três únicas informações que ele deveria passar para o financeiro ou, depois, para o (ininteligível – 00:49:52), tá? E deveria, ele passar para o pessoal de operações estruturadas o codinome, o codinome e aonde iria ser feito esse pagamento. O (ininteligível – 00:50:11) ou o financeiro, antes do

(ininteligível – 00:50:14) deveria checar. Havendo um respaldo do caixa 1, ele simplesmente devia mandar uma mensagem para o pessoal de operações estruturadas, que aprovava, para aquele codinome, aquele valor. Então veja que, em tese, da maneira que eu sabia e que vários empresários entendiam que o sistema era feito, o pessoal de distribuição só deveria ter duas informações: codinome, conta e o valor, que recebia do (ininteligível – 00:50:47). Depois eu fui saber que era o próprio pessoal de operações estruturadas, que bolava os codinomes, (ininteligível – 00:50:54) que não era, o modelo original...

Juiz: Não, isso aí eu entendi bem, entendi bem que era bem compartimentado, né?

Marcelo Odebrecht: Era para ser bem compartimentado, não foi.

Juiz: Isso, exatamente.

Marcelo Odebrecht: Mas era para ser, mas não foi.

Juiz: Isso, mas eu só não entendo assim: deveria ter alguém com uma visão ampla, a respeito de tudo, para organizar o sistema, porque o sistema tem que funcionar e não adianta você tentar organizar a partir de... [etapa].

Marcelo Odebrecht: Mas se você tiver essa de pessoa para pessoa, você destrói o conceito original, que era segregar. Ninguém era para ter a informação completa.

Juiz: Eu estou questionando aqui para entender, tá?

Marcelo Odebrecht: Exatamente.

Juiz: Mas respeitando o ponto...

Marcelo Odebrecht: É, é o que eu estou te dizendo, a gente tem que basear o seguinte: primeiro tem um processo de confiança grande na organização. Segundo, não era para ter. A ideia exatamente é de não ter ninguém na organização que soubesse, tivesse todas as organizações e houvesse a segregação, digamos assim, da parte lícita e parte ilícita da empresa. E que a parte lícita fosse conduzida... ou seja, a tese era: você manda o dinheiro e depois alguém, agente do seu próprio destino, autoriza esse dinheiro, mas não envolvendo... qual é o problema nosso? É envolver financeiro... você não pode ter, como tem nas outras empresas, o seguinte: se você faz uma geração de nota fria que paga um contrato fictício de um determinado, que gera (ininteligível – 00:52:20) na política, como é que as pessoas no contrato vão saber que está havendo pagamento de caixa 2 ou propina, ou isso, ou aquilo? Então,

não era para haver. O negócio é o seguinte: o sistema era baseado... tanto é assim, que a gente foi descobrir agora quanto de roubo interno que havia. Por quê? Porque se esse tipo de controle existisse por alguém, nós teríamos discutido a quantidade de desvio interno que houve. Ou seja, as pessoas que faziam desvio interno se beneficiavam, justamente, do fato de que não havia nenhum tipo de controle.

Orador não identificado: Entendo, entendo. Em relação a esses países estrangeiros, o senhor tinha algum indicativo ou o senhor tinha conhecimento, ou era participado ao senhor, eu nem sei se não é um termo específico...

Marcelo Odebrecht: Não, eu tenho um anexo sobre o que eu conhecia, sobre a questão de [ilícito] do exterior.

Orador não identificado: Tá, está certo.

Juiz: Eu queria esclarecer um pouco a questão do sistema, do Drousys. O Drousys, do que a gente entendeu dele, ele é um sistema simples, mas com alguma complexidade técnica também. E ele funcionou uma parte do tempo no Brasil e depois ele foi migrado para a Angola e depois foi migrado para a Suíça. Tu sabes me dizer, Marcelo, como é que se deu essa decisão? Quem é que levou para fora? Como é que isso foi... e a minha pergunta é pelo seguinte: embora, hoje em dia, a tecnologia esteja muito barata, isso envolve uma decisão complexa, gerar um sistema que funciona no Brasil e levar para fora, isso implica em ter uma solução técnica eficiente. O sistema era bastante utilizado. Tu sabes como é que se deu esse processo, como é que foi?

Marcelo Odebrecht: A questão do Drousys era justamente o seguinte, de fato, (ininteligível – 00:54:23) as pessoas da área de estruturadas movimentavam uma quantidade de dinheiro. Isso tudo foi feito, elaborado, por decisão deles. Eles devem ter confirmado isso no relato. Por quê? Esse sistema foi um dos descontroles que houve, porque lembra o seguinte, teve um (ininteligível – 00:54:41), eu nem conhecia, na época, eu soube depois das negociações, esse tal do nome Drousys. O que eu sabia, tanto é assim, que o seguinte: eu registrava tudo. Se, inclusive, por exemplo, nas minhas preocupações que eu menciono atrás, da Lava-Jato, que está anexo [como obstrução de justiça], eu nunca me preocupei com sistema. Por que que eu não preocupei com sistema? Porque teve uma sempre feita, que o Hilberto me falou: “Marcelo, nós fizemos um sistema para comunicação segura”. Eu falei: “Hilberto, que sistema é esse?”. Porque não era para ter. Lembre-se do seguinte, não era para ter nada. “Não, Marcelo, é um chat que a gente cria, onde o cara manda uma informação e depois a informação desaparece, não fica guardada em lugar nenhum”. Então, em

tese, o Drousys foi uma total surpresa para a gente. Essa foi, inclusive, uma das dificuldades que teve, eu diria o seguinte: talvez tenha sido uma das dificuldades da postura, inclusive, da demora da Odebrecht colaborar, porque o que a gente, que podia tomar decisão, não todo mundo, de colaborar, a gente também não tinha o grau de conhecimento do tamanho da exposição que teve. Foi uma das dificuldades, senão não era nem por convicção, seria burrice. O que eu quero dizer é o seguinte: eu me lembro, por exemplo, que quando surgiu esse assunto, eu até me lembro que eu comentei isso e olha o cuidado que o pessoal de operações estruturadas tinha, eu falei: “Hilberto, você tem os registros dos pagamentos feitos a João Santana para eu levar para eu mostrar para Dilma o risco de contaminação da campanha dela?”, lembra, eu até comentei. Ele falou: “não, Marcelo, eu não tenho registro, porque eu não posso [ver]”. Aí depois de um certo tempo, ele voltou para mim e disse: “Marcelo, eu consegui elaborar com o meu pessoal, recuperando alguns dados, uma planilha”, não era o Drousys, “uma planilha com registros”. Por quê? Na época ele não podia me dizer que tinha um registro, porque não era para haver. E quando a gente tomou consciência do sistema, é um absurdo, porque ele ia contra todo o processo de segregação (ininteligível – 00:57:00), porque, na prática, era o seguinte: se houve aquele problema do Drousys, não precisa nem ter o (ininteligível – 00:57:06), nem o seguinte, porque toda a informação estava lá. Até por isso eu disse: “aquele token se tornou irrelevante”, aquela questão de... toda informação, qual era a informação que falta? Então, eu digo o seguinte: esse sistema foi totalmente concebido, se eles tiveram algum apoio interno, eles podem dizer. Agora, eles não avisaram e pegou de surpresa tanto a mim, quanto a vários empresários o tipo de sistema, registro, as decisões tomadas por eles. Como, a essa altura do campeonato, deve ter percebido que várias... em um ambiente (ininteligível – 00:57:36), eles estão dizendo que várias decisões eram feitas por eles. Essa questão que eu tomei um susto de um negócio de banco, eu não tinha a menor ideia de esse tal de banco no Caribe, que o pessoal pensou em comprar. Até porque eu descobri depois que esse banco foi usado para desvio interno de recursos. Quer dizer, essas coisas eram decisões do pessoal, faziam parte do processo de descontrole que começou a haver em algum momento.

Juiz: Ok. Tá, pois é, mas dentro dessa linha assim, essas planilhas, a Itália e pós-Itália, como é que ela foi montada? Ela não utilizava uma parte dessas informações?

Marcelo Odebrecht: Não, não, não usava. Na verdade, aí foi uma [história], entre aspas, nesse aspecto foi uma infeliz coincidência. Em tese, a planilha Italiano não precisaria ter, podia ser o controle de qualquer pessoa. Eu escolho o Hilberto, em primeiro lugar porque ele era a relação com a Monica. E segundo, porque eu sabia

que vários pagamentos iam ser feitos por caixa 2, não todos. E terceiro, porque precisava de um encontro de contas entre as empresas com caixa 2. Mas, lembre o seguinte: não necessariamente tudo o que está ali, foi caixa 2. Ou seja, o fato de estar com ele, podia estar com outra pessoa, que podia informar. Uma grande parte ali, principalmente dos pagamentos de Feira foi caixa 2, mas nem tudo. Então, ele não tem nada a ver. Ele é aquela história, o seguinte: ele é um controle meu que não tem nada a ver... ele é um controle meu, dessa conta corrente que eu tinha com o PT e que eu autorizava, era a autorização que eu fazia... Ou seja, eu, Marcelo, que eu me recorde, aonde é que eu autorizei o uso do caixa 2 diretamente? No que se refere a campanhas presidenciais, que incluía a planilha Italiano e a planilha pós-Itália e no caso, por exemplo, que eu mencionei do Anderson. Ou seja, eu autorizava caixa 2, porque era (ininteligível – 00:59:45). Isso não tem... é um controle que poderia ter sido feito por outra pessoa, não necessariamente, ele precisaria estar lá. Eu botei lá por aquelas razões que eu explicitiei, entendeu?

Juiz: Tá. Marcelo, aqui, trocando um pouquinho de assunto, eu queria que tu explicasse, deixa só eu achar aqui...

Marcelo Odebrecht: Isso, obviamente, eu estou falando... isso tudo o que a gente está conversando aqui é sobre geração e distribuição na CNO. Na Braskem, é aquela história, eu não conheço detalhes, tá, não fui executivo da... então não conheço detalhes do modus operandi como era.

Juiz: Certo. Marcelo, eu queria só que tu explicasse, também como exemplo, até porque você já foi (ininteligível – 01:01:06)...

Marcelo Odebrecht: Desculpe, também não sabia, nas outras empresas, que em tese... eu também não sabia como era feito o que era feito.

Juiz: Tá. E a questão dos pagamentos feitos por outras empresas.

Marcelo Odebrecht: Tá, eu acho até bom explicar...

Juiz: É, que aqui está o nome da Itaipava.

Marcelo Odebrecht: Ah sim, veja bem. Aí eu vou falar dos dois temas, (ininteligível – 01:01:34). Na questão do... uma parte, por exemplo, aquele [histórico] que eu disse: uma parte, por exemplo, da planilha Italiano e de outros pagamentos que eram feitos, eram feitos para quem recebeu de modo oficial e saía do caixa 2. Então, o Valter fazia, às vezes, ou outros parceiros que o pessoal deve ter aí... eu conheço o Valter, mas eu sei que pode ter outros, que fazia doações legais e a gente depois fazia, reembolsava

eles com caixa 2 de alguma maneira. Então, esse caixa 2 existia também para isso. Outra questão que existia, que eu fazia é o seguinte, uma preocupação que eu tinha é o seguinte: o uso do caixa 2, independentemente se uso... se é legítimo, ou ilegítimo, não estou aqui comentando, mas é uma coisa complicada do ponto de vista de sócio, que envolve confiança. Então, por exemplo, a gente sempre teve, eu, pessoalmente, também, na CNO, como a CNO pertencia 100% à Odebrecht e existia pessoas de mais tempo de casa, de certo modo, ter um caixa 2 na CNO, certo, era uma coisa que você não estaria afetando a confiança de sócios que você não estaria falando sobre o caixa 2. Por isso até que o que, em tese, deveria mexer em um aparelho desses, por exemplo, se você tem lá, por exemplo, quando o cara, quando você está conversando com um político e está em determinado estado, ele não vê qual é a empresa que está, ele vê que a Odebrecht está por trás. Então, por exemplo: se você tem uma determinada presença lá, decorrente de concessão, decorrente de projeto, não importa o que, seja da maneira como ele for também, contrapartida específica, geral, seja lá o que for, ele vai olhar e vai querer contribuição daquela empresa. A orientação que existia era que, bom, se você tem que fazer alguma espécie de contribuição, lícita ou ilícita, aí a gente não entrava nesses detalhes, mas se tinha que fazer alguma espécie de contribuição, que faça através da construtora, que até está nas obras da concessionária. Não faz através da concessionária, para não gerar, exatamente, o seguinte: na concessionária, em geral, a gente tinha sócio, era mais complicado. Uma coisa é você fazer... porque o caixa 2 já é um processo de confiança. A gente já viu a quantidade de desvios, pô, é lógico que a última coisa que eu queria, era além do problema (ininteligível – 01:04:15), era ter um problema de relação de confiança com meus sócios. Então, uma coisa natural era fazer na construtora e eu conhecia o detalhe, mas 100% da Odebrecht. Outra coisa era fazer em empresas que a gente tinha sócios, entendeu?

Juiz: Entendi. Tá bem. Os senhores têm algum acréscimo?

Oradores: Não.

Juiz: Então dou por encerrado.

...

Fim da gravação.

Gravação TD 45 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:04:09

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ähn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 45, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, aqui presente, acompanhado de seus defensores Luciano Feldens e Joana Paula Batista. Marcelo, eu indago se esses são os defensores por ti nomeados e ainda se é de livre e espontânea vontade que vens perante o Ministério Público Federal prestar esse depoimento, no contexto do processo de colaboração premiada, celebrado com base na Lei 12.850 de 2013. Indago, ainda, se tu estás ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem do conteúdo da tua colaboração a ainda dos elementos de prova que vais prestar.

Marcelo Odebrecht: São meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Marcelo, por favor, eu preciso que tu fales sobre o Anexo 22, Tentativa de Obstrução da Justiça, vide 2.1, Orientação para Eliminação de Provas Contrárias à Construtora, nota MF/RA (ininteligível – 00:01:01). Eu peço que tu confirmes o conteúdo do Anexo e depois explique ele, por favor.

Marcelo Odebrecht: Eu confirmo o conteúdo do Anexo. Na verdade, quando iniciou a operação, quando iniciou a questão, foi deflagrado em novembro de 2014, teve busca e apreensão em Márcio e Rogério. Eu alertei eles, assim, a primeira coisa e ia procurar alertar o seguinte: “vocês não vão ter nada nos seus computadores que tenham coisas que vão comprometer a empresa”, tá? Obviamente que eu estava mencionando duas questões aí: tantos eles terem coisas que comprometessem, como também, a essa altura do campeonato, também a gente tinha muita preocupação com grampos. Porque a gente imaginava que o pessoal podia estar fazendo grampo de qualquer natureza. Aí eu alertei isso, alertei a ele e com certeza mencionei com outros executivos, mas, na época, o pessoal do jurídico me alertou logo depois: “Marcelo, veja bem: vamos olhar a questão de grampo, vamos olhar a questão de rastreamento, mas não vamos fazer destruição, porque caracteriza destruição de prova”. É porque quando eu tomei aquela iniciativa, eu nem estava pensando nisso. Aí eu tomei consciência, tanto que eu não apaguei nada e até o pessoal me falou: “e, Marcelo,

além de ser destruição de provas, é improdutivo. Porque na verdade, é o seguinte, uma vez que está no meio digital, você não consegue apagar tudo. Esqueça”. E aí o próprio pessoal me alertou: “em algum momento nós vamos ter que fazer investigação e se foi feita alguma destruição, apagou algum registro, isso vai ser descoberto, porque o pessoal tem como descobrir que aquilo foi deletado”. Então, na prática, eu avisei e depois quando o pessoal me alertou disso, eu... como que... voltei atrás, eu nunca mais mencionei, mas essa foi a minha primeira iniciativa na hora que veio, foi ter esse cuidado, mas que depois eu fui alertado e no mais eu... eu coloquei isso até para esclarecer essa nota. E uma coisa que, isso sim, durante todo o tempo a gente se preocupou, foi em fazer constantes varreduras para ter certeza que a gente não estava sendo monitorado. Até... mas aí eu menciono no encerramento de operações estruturadas, que eu acho importante.

Orador não identificado: E de fato foram apagadas algumas mensagens?

Marcelo Odebrecht: Veja bem, eu imagino que alguns devem ter apagado. Eu, a partir de um momento, não orientei mais a isso, porque o pessoal me orientou: “Marcelo, isso aí tem duas questões: pode ser caracterizado como obstrução de justiça e, dois, não tem nenhuma eficiência, porque dificilmente você vai conseguir apagar uma coisa no físico e não ter no meio digital. Até porque os sistemas são sincronizados, tem backup, tem tudo isso aí”. (Ininteligível – 00:04:00). Por isso que eu nem apaguei nada meu.

Juiz: Dou por encerrado o depoimento.

...

Fim da gravação.

Gravação TD 46 - MARCELO ODEBRECHT

Duração do Áudio: 00:20:19

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
[]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico

Juiz: Termo de Depoimento número 46, que presta Marcelo Bahia Odebrecht, aqui presente, acompanhado de seus defensores Luciano Feldens e Joana Paula Batista. Marcelo, eu indago se estes são os teus defensores e se tu estás aqui de forma voluntária para depor e colaborar com o Ministério Público Federal, no contexto do processo de consentimento de colaboração premiada, celebrada com base Lei 12.850 de 2013. Indago, ainda, se tu estás ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem da tua colaboração, não só do depoimento que será prestado aqui hoje, como também dos meios e provas que vierem a ser entregues.

Marcelo Odebrecht: Esses são meus defensores e estou aqui espontaneamente.

Juiz: Eu lhe peço, por favor, que fale sobre o Anexo 22.2, Encerramento do Programa de Operações Estruturadas. E para confirmar o conteúdo dele e também explicá-lo, por favor.

Marcelo Odebrecht: Confirmando o Anexo, o conteúdo dele. Quando começou a explodir a Lava Jato, a gente, lógico, percebeu que onde estaria o nosso ponto de exposição e que podia espalhar por todo mundo que tivesse feito uso, seja legítimo ou ilegítimo, era a questão das Operações Estruturadas, do Hilberto e a equipe dele. E aí aquele ponto que eu estava falando do Anexo anterior, o problema que a gente tinha naquele momento era com a questão de ser monitorado. Tem várias, a questão de ser monitorado e a questão do stress que estava gerando. Na verdade, as pessoas ficavam sempre com medo de no outro dia de manhã ter uma batida, ou busca e apreensão, ou a própria prisão temporária. Então, a minha recomendação nesse momento, em uma conversa que eu tive com o Hilberto, falei: “Hilberto, para vocês conseguirem”... foi encerrar as operações estruturadas, “não vamos discutir, o negócio é grave, vamos encerrar, até para que esse assunto não se espalhe e exponha quem não tem que ser exposto. E eu acho que vocês deviam, todos, ir para o exterior, para vocês conseguirem trabalhar. Porque aqui vocês vão ter... na hora que vocês falarem no telefone, vocês vão ter medo, na hora que vocês usarem o computador vocês vão ter medo, vai ter medo que sua sala vai estar grampeada. Além do que vocês dormem achando que no outro dia de manhã vai ter uma operação com vocês. Então, seguinte, vai para o exterior”. Agora, essa conversa específica, eu entendo o seguinte: “não vão com expectativa de serem foragidos. Isso a empresa não vai bancar. Se houver uma ordem de prisão, vocês vão voltar, vocês vão voltar. Agora, volta com aquele planejamento, acalma a família, não é surpreendido”. Então houve essa orientação. Eu orientei, especificamente... a única coisa que eu orientei, na época, foi “não, trabalhe nos Estados Unidos”, porque o meu processo de monitoramento que podia haver aqui,

no meu entendimento podia haver nos Estados Unidos. Depois eu fui saber que as famílias de dois deles, o Fernando e o [Edinho], foram para Miami. Não sei se os dois em Miami, mas foram para os Estados Unidos. E aí eu fiquei incomodado e me disseram: “não, Marcelo, mas eles estão tendo a disciplina até de não levar o celular que trabalham para os Estados Unidos. As famílias estão lá, mas eles trabalham na República Dominicana, em outros países da América Central, durante a semana, e vão para os Estados Unidos só final de semana ficar com as famílias. Foi isso. E Hilberto, eu tentei: “oh, Hilberto, eu acho que você devia fazer a mesma coisa”, mas o Hilberto estava reativo, não queria sair, parece que depois ele acabou pensando em sair, pegou um visto, mas aí eu acho que eu já estava até preso, quando ele tomou a decisão. Mas o Hilberto estava reativo e os outros dois foram nesse esquema. Ah, sim. E nessa altura do campeonato eu já estava bem desconfortável, porque a gente já tinha percebido algum descontrole. E aí eu pedi para um LE da (ininteligível – 00:04:02), que não tinha nada a ver com isso, mas tinha um background financeiro, que é o Felipe: “oh, Felipe, me ajuda a monitorar, que está acabando esse programa todo de operações estruturadas. E eu acho também que até na lógica de você poder trabalhar com seriedade, sem ter risco de monitoramento, acho que você devia viajar. Você devia ficar fora”. E aí eu pedi a ele esse assunto.

Juiz: Tá. Em que medida foi essa ordem, Marcelo, de encerramento do programa de operações estruturadas? O que ele compreendeu?

Marcelo Odebrecht: A fechar todas as contas e não fazer mais operação.

Juiz: Certo. Sendo mais específico: encerramento de contas... a Odebrecht praticamente comprou um banco no exterior, aquele (ininteligível – 00:04:57).

Marcelo Odebrecht: Eu não sabia.

Juiz: Mas houve uma ordem também... em algum momento alguém deve ter te informado.

Marcelo Odebrecht: Não, não, naquele momento... o que acontece é o seguinte: a minha decisão foi baseada na informação que eu tinha na época. O que eu sabia na época: que havia conta, havia um volume grande de pagamentos espalhados, que iam expor. Isso eu sabia. Eu sabia que pagamentos tinham sido feitos, independentemente se o uso tinha sido legítimo ou não, ia contaminar tudo. Da mesma maneira que foi pago um diretor da Petrobrás, foi pago um político por caixa dois, (ininteligível – 00:05:31), da mesma maneira foi pago um subcontratado, da mesma maneira foi pago um executivo. Ia fazer uma contaminação, ia imiscuir tudo. Então eu disse assim: “tem

que acabar”. O que eu sabia? Eu não sabia do sistema. É fácil até ver nas minhas notas, que eu fiz para uma das minhas últimas conversas com o Hilberto, não tinha sistema. Eu não sabia do sistema. Eu não sabia que existia um sistema, não me preocupei com um sistema. Então o que eu sabia: vá para o exterior, tinha a conta que tinha que ser fechada, não faça mais operação. Isso era o que eu sabia. Obviamente que eu não sabia tudo o que havia, portanto não tinha como... o que eu imaginava, por exemplo, naquela época: que os operadores eram operadores, e isso que era informado, não eram só nossos. Por exemplo, o Olívio, que eu vim a conhecer preso já, não sabia que existia Olívio... o Olívio eu pensei... o Olívio ou outros Olívios, o que eu pensava? Que atuava para a Odebrecht e para vários outros. Isso é o que a gente imaginava. Inclusive, desde que a Lava Jato se iniciou, na época, estou falando de 2014, o nosso pessoal jurídico estava à cata. Esse assunto, e eu acho que o pessoal de operações estruturadas se eles tiverem falando a verdade, eles podem confirmar, durante todo um ano onde eu coloquei o jurídico da empresa para fazer investigação, eles omitiram a real exposição nossa. Quando eu fui preso, nós estávamos rodando em círculos, achando que a nossa exposição era na tal da [Smith & Nash]. Ou seja, eu fui preso achando que a única conta onde a Odebrecht tinha um BO – e me disseram que era BO, porque o cara escreveu a caneta – era [Smith & Nash], e mesmo assim porque escreveu à caneta. Então o grau de informação... e não era essa a informação só que eu tinha, era que o jurídico tinha omitido. Isso, com certeza, o pessoal, se tiver falando a verdade, vai confirmar. O pessoal da operação estruturada.

Juiz: Tá, mas por exemplo, especificamente essa questão do Smith & Nash: essa operação, eu me lembro dela, é um documento que foi entregue pelo Youssef, que ele esteve na sede da Braskem, informou a conta e foi feito uma operação lá fora. O pessoal da Braskem eu imagino que soubesse desse tipo de informação. Porque se ele recebeu um dado, recebeu o Youssef, que era uma pessoa que fazia o que fazia, recebeu dele dados bancários e fez a transação lá fora, alguém lá dentro sabia desse... né? E o interlocutor dele é o Alexandrino, é um deles, né?

Marcelo Odebrecht: É, veja como a história se comporta: tudo o que acontecia, as pessoas não diziam exatamente como era. Vamos pegar o caso, exemplo, de Alexandrino: quando o Bernardo assumiu... eu assumi a presidência do conselho em 2008, agosto de 2008, Bernardo assumiu... era uma pessoa... depois eu até tive um problema...

Juiz: Bernardo Gradin?

Marcelo Odebrecht: Bernardo Gradin. Depois eu tive um problema com ele, mas ele assumiu, era uma pessoa de minha confiança na época e... até eu assumi a presidência do conselho porque a gente resolveu botar Bernardo. E o Pedro, que era presidente da Odebrecht na época, disse o seguinte: “Marcelo, eu não tenho a relação de confiança que você tem com o Bernardo, então assuma logo a presidência do conselho, já que você vai assumir no final do ano quando você for presidente da Odebrecht”. Aquele processo de transição. Quando eu assumi, uma das coisas que Bernardo, na época... Bernardo falava para mim que detestava o Alexandrino. E Alexandrino sempre foi uma pessoa que tinha relação... uma das pessoas que conduzia nossa relação com algumas pessoas do PT. Ele me pediu, inclusive, para conseguir um programa para o Alexandrino fora da Braskem. Ele estava na Braskem e não queria o Alexandrino na Braskem. Então eu consegui um programa para o Alexandrino inicialmente na holding e depois migramos para a construtora. Eu fui descobrir depois que o Alexandrino continuava apoiando o Bernardo. Bernardo nunca me disse, até porque Bernardo falava o diabo de Alexandrino. E depois eu descobri que o Bernardo continuava usando o Alexandrino para fazer meio de campo com o Youssef. Imagine meus papos aqui com o Youssef, onde o que ele dizia eu ficava... aí eu preso aqui, falei, eu (ininteligível – 00:10:09): “eu zorra é essa, rapaz? Você estava assessorando o Bernardo que detestava você, que dizia que não usava?”. Então, quer dizer, esse tipo de coisa não era assim... era essa confusão toda. Inclusive uma das dificuldades que tem, em uma empresa como a nossa descentralizada, até uma decisão nossa... e talvez tenha sido por isso que a empresa engessou... eu estava preso. Veja bem, eu estava preso e com esse nível de descentralização aí fora, imagine... a empresa parou. Não era capaz de tomar nenhuma decisão, nem para o bem, nem para o mal. Foi o que de fato aconteceu também. Tanto que todo mundo diz que a maneira como a Odebrecht conduziu a gestão pós-crise, foi a prior entre todas as empresas. O diretor presidente preso e o processo de descentralização, onde ninguém – nem eu que estava preso, nem ninguém que estava aí fora – tinha o domínio de... todo mundo sabia umas partes e ninguém conseguia juntar o todo. Todo mundo sabia qual era a exposição. O cara achava que a exposição não ia chegar nele, outros estavam preocupados, mas não conseguiam... então, é um processo complicado tomar uma decisão dessas. Então não houve isso. A minha decisão que eu fiz, foi a seguinte: acaba com a operação, fecha as contas. O meu grau de conhecimento... eu não tinha esse conhecimento todo, o nosso jurídico que se envolveu não tinha o conhecimento, não conseguiu, ficou rodando em círculos com a tal da Smith & Nash, que a gente só descobriu porque teve a... veja bem, olhe a nossa surpresa: quando teve a delação que o Paulo Roberto disse que tinha recebido... em

tese você não podia receber e pagar dinheiro para (ininteligível – 00:11:50). Primeira coisa, como é que a gente paga para um diretor que é (ininteligível – 00:11:54)? Porque, em tese, a gente sabia que tinha sido feito pagamentos ao [PP], a pedido de Paulo Roberto. A gente não sabia que tinha sido feito pagamentos ao Paulo Roberto, porque isso aí ia contra a lógica inicial do sistema, que era para fazer o Checks ans Balances. Tudo isso pegou... não é que alguém na empresa... todo mundo sabia os seus fragmentos. E aqueles que faziam as irresponsabilidades, talvez, não soubesse a consequência... moral da história: era muito difícil para qualquer um. E comigo preso, ainda, tomaram uma decisão, entendeu? Mas eu, o que eu disse, foi o seguinte: fecha as contas e acaba a operação estruturada e vai para o exterior para trabalhar com mais seriedade e sem risco de grampo. Foi isso que eu fiz em relação a operação estruturada. Inclusive até pela disciplina que eu tinha...eu digo o seguinte: a disciplina que eu tinha de registrar tudo, facilita hoje a minha vida na colaboração, porque é só ir lá e ver exatamente. Por exemplo: sistema eu não sabia. Não sabia. Se eu soubesse o sistema... em algum lugar estava a questão do sistema.

Juiz: Pois é. Em relação ao sistema também. Eu perguntei antes da migração dele... não sabia?

Marcelo Odebrecht: Não, eu soube o seguinte... eu soube... eu não estou falando do sistema do Drousys. Uma decisão que a gente tomou em uma certa feita, que não tem nada a ver com o Drousys, que foi uma decisão corporativa, foi mudar o nosso link oficial, a nossa questão dos cabos, tudo, para... se eu não me engano foi o Panamá, porque a gente sabia que uma parte das coisas poderia ter e a gente não queria que passasse pelos Estados Unidos. Então... mas isso foi uma decisão corporativa de mudar o link corporativo para o Panamá. A questão das mudanças que ocorreram de onde estava o Drousys, foi tomada pelo pessoal de operações estruturadas, eles tomaram, eles fizeram [a lição], eles fizeram... veja bem, eles podem até ter tido algum tipo de assessoramento técnico, mas pelo que eu entendi, o próprio técnico era o irmão do Luizinho, entendeu, era fora. Tudo feito fora.

Juiz: Mas então, quando houve a ordem de encerramento, você não sabia da existência do sistema?

Marcelo Odebrecht: O sistema... a gente tomou conhecimento do sistema e das informações que tinham no sistema, eu não sei o tamanho dessa informação, mas a gente tomou consciência ao longo do segundo semestre do ano passado. Eu já estava preso e o pessoal descobriu... eu não sei se foi setembro, outubro, novembro, dezembro, mas foi nesse período em que se tomou conhecimento e que [disseram]:

“olha, Marcelo”... me falaram já preso aqui. Eu não sei se foi setembro... porque Maurício... quando eu estive, Maurício falou: “Marcelo, descobrimos várias coisas”, ele não me falou exatamente do sistema, até porque no parlatório lá a gente evitava. Aí foi quando eu disse: “oh, então vocês precisam se reunir e tomar a decisão se vão colaborar ou não”. Agora, o sistema com os registros, eu não sei se foi descoberto em setembro ou se foi descoberto em fevereiro, março, depois da operação. Foi uma surpresa.

Orador não identificado: O senhor tem conhecimento de que no (ininteligível – 00:15:11), a Odebrecht ficou com 15 milhões de dólares apreendidos em razão [da quebra] do banco?

Marcelo Odebrecht: Não, eu acho que... se você me perguntar: “sabia que o banco?”, não. Eu soube que teve... o Hilberto uma vez me comentou, mas aí é aquela história: ele não podia me comentar que a Odebrecht perdeu um negócio, porque, em tese, se ele me fizesse isso, ele estava dizendo que estava rompendo o sistema. Então a conta não podia ser da Odebrecht. Mas uma vez eu me lembro, [que uma certa feita], ele me comentou que a gente tinha perdido o valor de um banco que tinha quebrado no Caribe. Me comentou uma época.

Orador não identificado: É, a nossa dificuldade um pouco é interesse só nesse banco foi movimentado um bilhão de dólares, nesse que quebrou. Depois o (ininteligível – 00:16:00) foi um milhão de pouco, quase um milhão e meio. (Ininteligível – 00:16:07).

Marcelo Odebrecht: Não, a gente sabia...

Orador não identificado: Da empresa, né?

Marcelo Odebrecht: Não, espera aí, eu não estou querendo dizer que eu não sabia. Veja bem, nós sabíamos e eu sabia, e a alta cúpula inteira sabia, [a gente sabia, o sistema sabia], que a gente sempre movimentou, ao longo dos anos, variava de 0,5 a 2% do faturamento do grupo. Nós estamos de grupo que chegou a faturar 100 milhões de reais. Nós estamos falando de 2%, nós estamos falando de 2 bilhões de reais. Então quer dizer o seguinte: a gente sabia que a depender do ano de necessidade, porque às vezes você gera, então a gente sabia que 0,5 a 2% do faturamento sempre, historicamente, isso estamos falando de 20, 30 anos, transitava por caixa dois, pelas necessidades que eu já falei, diversas. Então, o que a gente sabia era do volume. O que eu entendo que às vezes é difícil... o que a gente não sabia e era assim que a empresa (ininteligível – 00:17:06), era a utilização disso. Era baseado na confiança. Aí a única coisa que eu posso mostrar isso, é o seguinte: da mesma forma que alguém

poderia gastar 100 milhões de reais de caixa dois sem buscar autorização, ele poderia também gastar 100 milhões de caixa sem autorização. Porque talvez a única forma de demonstrar à delegação do grupo, é o seguinte: uma pessoa poderia fazer uma proposta, isso talvez não existe em nenhuma outra empresa do mundo, um diretor de contrato poderia fazer uma proposta de 3 bilhões de dólares, que poderia gerar um prejuízo de 500 milhões de dólares, sem buscar autorização de ninguém da empresa. Uma pessoa que tem uma delegação para perder 500 milhões de dólares, pode, da mesma forma, usar 50 milhões de dólares de uma maneira [estruturada]. Então a nossa delegação era deste nível. Eu acho que a única maneira de compreender o porquê que havia essa delegação do modo ilícito, é porque a mesma delegação não existia... quando eu digo que eu... o que eu quero dizer é o seguinte: eu não tenho problema em processo de colaboração, e eu acho que nenhum outro executivo teria, de assumir a responsabilidade pelo que sabia, [pelo que ele fez], porque em um processo de colaboração a gente está, inclusive, falando fatos mais graves. Então eu não teria nenhum problema de assumir, pelo contrário, eu teria toda a preocupação de dizer. Obviamente que a gente tem o cuidado de [dizer o suficiente]. Então, veja bem, a única razão pela qual eu não sabia dos pagamentos ilícitos, é porque também eu não me envolvia nos lícitos. Talvez, por exemplo, pega a minha agenda com o Márcio Faria. Minha agenda com o Márcio Faria... Márcio é um cara que tinha contrato de três, quatro, cinco milhões. Da mesma maneira que não tem na minha agenda aprovando, comentando nada sobre pagamento ilícitos, também não tem nada sobre propostas, sobre... porque não era... a nossa cultura é o seguinte: dentro do seu negócio você é dono, você autoriza. Diretor de contrato autoriza. O empresário de [pequena empresa]. Exceção é quando você usa o dinheiro do acionista. Por isso aquela questão do fechamento com o caixa um. Se você não tem... se você tem 500 milhões na organização, se você tem um contrato e esse contrato gera 100 milhões de dólares de lucro, em tese, pode parecer uma maluquice, mas você pode gastar os 100 milhões, lícito ou ilícito, sem pegar autorização. Aonde é que está o problema? Se você for entrar no caixa negativo, significa que você não está [mais usando] o seu caixa, você está usando o caixa do acionista. A partir daí você precisa pegar autorização tanto para o pagamento lícito, quanto para o ilícito. É assim que funcionava a organização.

Juiz: Entendi. Os senhores têm algum acréscimo?

...

Fim da gravação.

